

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALISON RIBEIRO CENTENO

OS MAESTROS DA ELITE: CARREIRAS E TRAJETÓRIAS DOS LÍDERES NO SENADO
FEDERAL ENTRE 1999 E 2006

Porto Alegre

2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ALISON RIBEIRO CENTENO

**OS MAESTROS DA ELITE: CARREIRAS E TRAJETÓRIAS
DOS LÍDERES NO SENADO FEDERAL ENTRE 1999 E 2006**

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais
pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

Março 2018

Ficha Catalográfica

C397m Centeno, Alison Ribeiro

Os maestros da elite : carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006 / Alison Ribeiro Centeno . – 2018.

174 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. Senado Federal. 2. carreiras políticas. 3. trajetórias políticas. 4. social background. 5. lideranças partidárias. I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Texeira CRB-10/1974

ALISON RIBEIRO CENTENO

**OS MAESTROS DA ELITE: CARREIRAS E TRAJETÓRIAS
DOS LÍDERES NO SENADO FEDERAL ENTRE 1999 E 2006**

Esta Dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 20 de março de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Rafael Machado Madeira - Doutor em Ciência Política
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Orientador

Prof. Augusto Neftali Corte de Oliveira – Doutor em Ciência Política
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Renato Monseff Perissinotto – Doutor em Ciências Sociais
Universidade Federal do Paraná

*Dedico este trabalho à minha mãe e meus avós,
fontes de todo apoio nessa minha jornada
acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

À minha família: minha mãe – Tânia, e meus avós – Antônio e Maria; pessoas extraordinárias, exemplos de incansável luta, indiferente dos desafios e dos empecilhos. Com muito amor, sempre estiveram ao meu lado, dando apoio incondicional nos melhores e nos piores dias, sem o qual não teria alcançado mais essa conquista em minha vida.

Ao meu orientador Prof. Rafael Machado Madeira, sempre pronto a me incentivar e instigar a aprofundar meus conhecimentos. À minha tia e eterna professora – Maria Lucrecia Calandro, pela amizade e pelo conhecimento agregado na elaboração deste e outros trabalhos.

Aos meus queridos amigos, especialmente Natássia Bayer (palavras não descrevem o quanto nós parecemos sensatamente doidos, especialmente quando debatemos economia e sociedade, ou os filmes do Woody Allen) e tia Marília Menegassi Velloso (até nossos embates ideológicos são cheios de carinho).

RESUMO

Através de um estudo acerca do *social background*, das carreiras e trajetórias políticas de Senadores que foram alçados aos postos de líderes de partidos e blocos suprapartidários do Senado Federal entre 1999 e 2006, este trabalho evidencia que, no que tange às 51ª e 52ª Legislaturas, o colégio de líderes concentrou e exacerbou as principais características dos componentes da Casa. Valendo-se de um arcabouço teórico que valoriza a experiência política e o capital social como fontes de manutenção da elite que compõe os meios institucionais, retomou-se estudos de caso focados no Congresso Nacional, sintetizados em dados e afirmações que corroboraram para a compreensão da política institucional brasileira dominada por uma elite coesa, de baixa circularidade e de elevados recursos socioeconômicos que os projetam para os cargos mais elevados do Legislativo. Tendo questionado a possível dissonância entre os Senadores líderes e liderados, encontrou-se um perfil de líder que supera as diferenças intrínsecas das legendas na escala ideológica, onde os Senadores engenheiros se sobrepuseram a dominância dos bacharéis em Direito na Casa da Federação, que como instituição legislativa marcada pelos políticos de carreiras longevas, tinha no colégio de líderes, Senadores ainda mais experientes, principalmente com carreiras políticas construídas por mandatos no Legislativo.

Palavras-chave: Senado Federal; carreiras políticas; trajetórias políticas; *social background*; lideranças partidárias.

ABSTRACT

Studying the social background, the political careers and political pathways of Federal Senators from Brazil who were chosen as party leaders and supra-party blocs' leaders between 1999 and 2006, this examination points out that during the 51st and 52nd Congresses the group of leaders concentrated and exacerbated the main qualities of the Senate's components. Using a theoretical framework that values institutional political experience and social capital as sources of maintenance of the political elite that composes the political institutions, studies focused on Brazil's bicameral Congress were synthesized in data and conclusions that corroborated for the understanding of the Brazilian political institutions dominated by a cohesive elite, with low circularity and high socioeconomic resources that projects them to the highest positions on Legislative. Questioning the possible dissonance between parties leaders and parties members in the Federal Senate, there was a 'leader profile' that overcame the intrinsic differences of parties on the political spectrum, where Senators that have graduated in engineering overcame the numerical dominance of law graduates in Brazil's Federal Senate, which as one half of the country's Congress is marked by long-serving career politicians, with parties leaders being even more experienced Senators, mainly with political careers built by Legislative mandates.

Keywords: Brazilian Senate; political careers; political pathways; social background; party leadership.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - LISTA DE SENADORES QUE ASSUMIRAM MANDATO ENTRE AS 51ª E 52ª LEGISLATURAS.....	114
APÊNDICE B - LISTA DE SENADORES POR PROFISSÃO E GÊNERO QUE ASSUMIRAM MANDATO ENTRE AS 51ª E 52ª LEGISLATURAS.....	117
APÊNDICE C - LISTA DE SENADORES DAS 51ª E 52ª LEGISLATURAS, POR PARTIDO, QUE DECLARARAM SEGUNDA PROFISSÃO.....	121
APÊNDICE D - LISTA DE PROFISSÕES DECLARADAS E SUAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DE DIVISÃO.....	125
APÊNDICE E - LISTA DE DIPLOMAÇÕES DECLARADAS E SUAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DE DIVISÃO.....	126
APÊNDICE F - LISTA DE SENADORES POR DIPLOMAÇÃO ESCOLAR QUE ASSUMIRAM MANDATO ENTRE AS 51ª E 52ª LEGISLATURAS.....	127
APÊNDICE G - LISTA DE SENADORES DAS 51ª E 52ª LEGISLATURAS, POR PARTIDO, QUE DECLARARAM SEGUNDO DIPLOMA.....	131
APÊNDICE H - DIVISÕES E CLASSIFICAÇÕES DOS ASPECTOS DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	135
APÊNDICE I - LISTA DE SENADORES POR POSIÇÃO NA BANCADA, GÊNERO E SITUAÇÃO DE MANDATO ENTRE AS 51ª E 52ª LEGISLATURAS.....	136
APÊNDICE J - LISTA DE SENADORES QUE MUDARAM DE PARTIDO AO LONGO DE SEUS RESPECTIVOS MANDATOS.....	140
APÊNDICE K - LISTA DE LÍDERES PARTIDÁRIOS, DO GOVERNO E DOS BLOCOS DE ‘OPOSIÇÃO’, ‘MINORIA’ E ‘APOIO AO GOVERNO’ ENTRE 1999 E 2006.....	142
APÊNDICE L - ASPECTOS DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	145
APÊNDICE M - ASPECTOS DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS (OUTROS POSTOS) DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	149

APÊNDICE N - ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	153
APÊNDICE O – HISTÓRICO DE MANDATOS EXECUTIVOS, LEGISLATIVOS E MANDATOS TOTAIS (SOMA) DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	157
APÊNDICE P – HISTÓRICO DE MANDATOS EXECUTIVOS DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	161
APÊNDICE Q – HISTÓRICO DE MANDATOS LEGISLATIVOS DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	165
APÊNDICE R – HISTÓRICO DE MANDATOS NOMEATIVOS DOS SENADORES EMPOSSADOS ENTRE 1999 E 2006.....	169
APÊNDICE S – LISTA DE POSIÇÕES NAS BANCADAS POR ÁREA DE FORMAÇÃO PRÉVIA AO MANDATO – 1999-2006.....	174

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE SENADORES POR PARTIDO (1999-2006)	71
TABELA 2 – NÚMERO DE PARLAMENTARES (POR ANO) NAS BANCADAS ENTRE AS 51ª E 52ª LEGISLATURAS	72
TABELA 3 – DIPLOMAÇÕES E PROFISSÕES DOS SENADORES (1999-2006) POR ÁREA DE CLASSIFICAÇÃO.....	74
TABELA 4 – PROPORÇÃO DAS PROFISSÕES DOS SENADORES (1999-2006) POR REGIÃO E PESO DAS REGIÕES NO QUADRO DE PROFISSÕES DECLARADAS (EM %)	76
TABELA 5 – PROPORÇÃO DAS DIPLOMAÇÕES DOS SENADORES (1999-2006) POR REGIÃO E PESO DAS REGIÕES NO QUADRO DE DIPLOMAÇÕES DECLARADAS (EM %)	78
TABELA 6 – EXPERIÊNCIA DOS SENADORES EM CARGOS ELETIVOS E NOMEATIVOS, POR GÊNERO E SITUAÇÃO (TITULAR X SUPLENTE) – 1999-2006.....	85
TABELA 7 – EXPERIÊNCIA DOS SENADORES (1999-2006) POR PARTIDO EM CARGOS ELETIVOS E NOMEATIVOS	85
TABELA 8 – LISTA DE POSIÇÕES NAS BANCADAS POR REGIÃO – 1999-2006...92	
TABELA 9 – LISTA DE POSIÇÕES NAS BANCADAS POR ÁREA DE PROFISSÃO PRÉVIA AO MANDATO – 1999-2006.....	94
TABELA 10 – PERCENTUAIS DE LÍDERES E INTEGRANTES NO SENADO FEDERAL, POR ÁREA DE PROFISSÃO, DIPLOMAÇÃO, REGIÃO E CARGOS PRÉVIOS AO MANDATO – 1999-2006.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>SIGLA</i>	<i>NOME DO PARTIDO</i>
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
DEM	DEMOCRATAS
PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PV	PARTIDO VERDE
PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
SD	SOLIDARIEDADE
NOVO	PARTIDO NOVO
REDE	REDE SUSTENTABILIDADE
PMB	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A POLÍTICA (INSTITUCIONAL) É PARA POUCOS: O CAMPO POLÍTICO E OS PROFISSIONAIS DA REPRESENTAÇÃO	20
2.1	OS OPERADORES DO CAMPO E O FENÔMENO DA PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA.....	21
2.2	A COMPETIÇÃO E A OLIGARQUIZAÇÃO.....	27
2.3	DISPUTA INSTITUCIONAL PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	37
3	PROFISSIONALIZAÇÃO, CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS (OS RESTRITOS CAMINHOS AO CONGRESSO NACIONAL)	45
3.1	PROFISSIONALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO	48
3.2	OCUPAÇÕES, CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS – O CASO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	51
3.3	O SENADO FEDERAL.....	55
3.4	OS LÍDERES ENTRE AS LIDERANÇAS.....	63
4	‘O CASO’ SENADO FEDERAL: CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DOS SENADORES (1999-2006)	67
4.1	SÍNTESE DO HISTÓRICO PRÉ-MANDATO DOS SENADORES.....	70
4.2	LÍDERES E LIDERADOS: SEMELHANÇAS E DISSONÂNCIAS DO <i>SOCIAL BACKGROUND</i> , DAS TRAJETÓRIAS E DAS CARREIRAS	89
5	CONCLUSÃO	102
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICES	114

1 INTRODUÇÃO

O Senado Federal é o equilíbrio nacional, o lado equânime do Congresso, onde cada Unidade da Federação dispõe do mesmo número de parlamentares. Desenhada por Oscar Niemeyer com a cúpula côncava (simbolizando a reflexão que se espera quanto aos debates de amplo nível que também se almejam), dentro deve prevalecer a reflexão e a austeridade. Tida como a Casa da Federação, em um país complexo e de disparidades regionais, o Senado evoca estudos devido ao seu fator de equilíbrio e paridade entre os estados brasileiros.

Datado do Império (mais precisamente criado junto com a primeira Constituição brasileira em 1824), o Senado brasileiro realizou sua primeira sessão em maio de 1826. A época, muito diferente de sua configuração na segunda década do século XXI, o número de representantes era de 50 Senadores nomeados pelo Imperador, não eleitos pelo voto direto¹. Mantinham mandato vitalício² e diferentemente do Estado laico reforçado pela Constituição de 1988, os Senadores do Império juravam, além de lealdade ao Imperador (que os escolhia entre os três mais votados em cada província), semelhante fidelidade a religião católica.

Em 190 anos de história, o Senado Federal foi palco de magnos debates sobre os mais diversos temas. Tratou logo em seu princípio como instituição legislativa de questões de suma relevância para a história do País, como a Lei do Ventre Livre e a Abolição da Escravatura. Ampliou direitos dos cidadãos, como a extensão do voto às mulheres (com forte participação de Bertha Lutz, que hoje tem seu nome em um diploma entregue anualmente por esta mesma Casa a grandes mulheres brasileiras), até os Estatutos ‘do Idoso’, ‘da Criança e do Adolescente’ e ‘da Pessoa com Deficiência’. Foi também crucial no voto do monopólio estatal do petróleo em 1953, ao votar a lei de fundação da Petrobras, a maior empresa brasileira³.

Entre um brevíssimo período parlamentarista em 1961 à ditadura em 1964, com Senadores biônicos por diversos anos, até a retomada do voto popular, desde 1988 cada estado elege três Senadores para um mandato de oito anos. Esta substancial Casa federativa já foi composta por algumas das mais ilustres figuras da história da política nacional, como Ruy

¹LEMOS, Leany Barreiro de Sousa; RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008. Acesso em: 15 set. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180410>.

²GROBA, Paula. **Criado em 1824, o Senado acompanhou momentos históricos do Brasil**. Rádio Senado, jan. 2013. Acesso em: 20 mar. 2016. Disponível em: www12.senado.gov.br/radio/1/noticia/criado-em-1824-o-senado-acompanhou-momentos-historicos-do-brasil

³SENADO FEDERAL. **Arquivo S: Nossa história é nosso maior patrimônio**. Acesso em: 05 abr 2016. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/arquivo-s>

Barbosa, Pinheiro Machado, Teotônio Vilela, bem como por notáveis intelectuais como Darcy Ribeiro, dentre outros marcantes nomes da política do Brasil.

Fica evidente na Carta Magna brasileira que o número de competências do Senado Federal é consideravelmente maior que da Câmara dos Deputados. Não apenas pela instauração e julgamento de processos contra autoridades da República (Presidente, Vice-Presidente, Ministros de Estado e das Supremas Cortes, membros do Conselho Nacional de Justiça ou dos investidos nos cargos da Procuradoria-Geral da República e da Advocacia Geral da União), mas também, por ser o Senado responsável pela sabatina e a aprovação dos integrantes dos Supremos Tribunais – Federal e de Justiça, Presidente e Diretores do Banco Central, Ministros do Tribunal de Contas da União, Embaixadores, entre outras atribuições⁴. Destarte, é o Senado Federal a casa legislativa que além de revisora (como em seu princípio), é local de extrema influência nas diretrizes do sistema judiciário, bem como da política monetária e da política externa brasileira, graças a sua competência de arguir e aprovar nomeações da Presidência da República.

O grande diferencial do processo que elege Deputados Federais e Senadores, está propriamente na diferença entre os sistemas proporcional e majoritário que, respectivamente, elegem os parlamentares para cada uma das Casas do Legislativo federal. Enquanto a tendência histórica dos Deputados é buscarem votos em suas bases, mais precisamente, determinadas regiões de seus estados ou grupos que se assemelhem em interesses (zonas rurais, religiosos de uma mesma entidade, etc.), os Senadores pleiteiam uma ou duas das três cadeiras por estado⁵, necessitando da maioria dos votos (indiferente de grupos, em uma sociedade brasileira de características heterogêneas, que também se registram dentro dos estados da Federação).

Alvo de campanhas e protestos para seu ‘fechamento’, que visam tornar o Brasil um país de Legislativo unicameral, o Senado é tradicionalmente conhecido por ser composto por parlamentares de amplas trajetórias na vida pública, muitos deles ex-Deputados, Prefeitos de capitais, ex-Governadores e até mesmo, ex-Presidentes da República. Não por acaso, é natural que o escrutínio eleitoral tenha como resultado para as vagas do Senado Federal, políticos com amplas carreiras no Legislativo (havendo diversos registros de figuras que iniciaram carreira política como Vereadores, passando pelas Assembleias Legislativas de seus respectivos estados, sendo posteriormente Deputados Federais, até chegarem ao Senado), antigos

⁴ Melhor exemplificadas no art. 52 da Constituição Federal.

⁵ Alternativamente, uma ou duas das três vagas para o Senado Federal por UF são disputadas a cada eleição. Logo, se em uma eleição é renovado 1/3 das vagas (27 Senadores), quatro anos posteriormente as demais 54 cadeiras são disputadas, renovando os demais 2/3 da Casa. Assim, cada Senador tem um mandato de oito anos.

detentores de mandatos no Executivo municipal e estadual, ou mesmo, pessoas que se tornaram famosas por outros meios (jornalistas, esportistas, dentre outros).

Mais de 60% dos detentores do mandato de maior envergadura na República Federativa do Brasil, tiveram passagem pelo Senado Federal, prévia ou posteriormente ao mandato de Chefe do Estado brasileiro (considerando aqui apenas os “não-interinos”⁶). Desde a redemocratização em 1985, até as eleições gerais de 2014, três dos seis mandatários a frente do Palácio do Planalto foram posteriormente eleitos Senadores: José Sarney foi alçado à Casa da Federação pelo estado do Amapá em 1990, tendo seu mandato renovado em duas ocasiões, exercendo-o até 2015; Fernando Collor retomou sua carreira política em 2007, tomando posse como Senador após tentativas falhas em eleições para Prefeito de São Paulo em 2000 e Governador do estado de Alagoas em 2002; e, finalmente, Itamar Franco foi eleito Senador em 2010, poucos meses antes de seu falecimento em julho de 2011.

Os estudos sobre o Senado desde a década de 1990 têm priorizado a relação desta augusta instituição com o federalismo⁷. Desde a redemocratização, uma das principais agendas da Ciência Política brasileira tem sido averiguar as relações entre os poderes Executivo e Legislativo, que ocorrem em um ambiente de grande fragmentação partidária. A ascensão ininterrupta de legendas, atingiu após as eleições de 2014 – 28 partidos com representantes no Congresso Nacional, sendo no Senado Federal – 16 legendas no início da 55ª Legislatura em fevereiro de 2015 de um total de 35 partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral.

O crescente número de partidos e a considerável distribuição de parlamentares nessas agremiações, força o regime Presidencialista a adotar as vias do Parlamentarismo para constituir maioria em ambas as Casas. A consequência e o resultado disso é o Executivo “negociando” – fazendo uso de um termo comum no cotidiano do Congresso, com uma diversidade de líderes, que vai além da liderança do governo escolhida pela Presidência, ou mesmo da liderança do partido de filiação do (a) Presidente (a) da República, mas de um colégio de líderes que sustenta a base de apoio ao Governo.

⁶ NEIVA, Pedro Robson Pereira & SOARES, Márcia Miranda. **Senado brasileiro**: casa federativa ou partidária? Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 97-115, fev 2013. Acesso em: 02 abr 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000100007>

⁷ NEIVA, Pedro Robson Pereira & SOARES, Márcia Miranda. **Senado brasileiro**: casa federativa ou partidária? Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 97-115, fev 2013. Acesso em: 02 abr 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000100007>

Além dos líderes de cada partido, legendas podem se aliar em duplas ou maiores grupos para composição de blocos⁸; tais grupos também têm garantia de liderança. O Líder do partido ou do bloco suprapartidário é escolhido pelos integrantes da legenda ou do coletivo de partidos, tendo sua indicação oficializada pela Mesa Diretora do Senado Federal após o envio de um documento assinado pela maioria dos Senadores do partido ou do bloco. Já o Líder do Governo, é escolhido pelo Presidente da República. São diversas as prerrogativas que contam os líderes de blocos e líderes partidários no Senado Federal: encaminhamento para votação⁹ de matérias (em votações simbólicas, o voto encaminhado pelo líder representa o de seus liderados, abreviando o período de votação¹⁰), de regimes de relevância e urgência, de votação de requerimentos e do mérito de projetos de lei de diversas naturezas, bem como das medidas provisórias. Além disso, contam com a sobreposição destes Senadores na lista de oradores em relação a seus homólogos.

Ademais, os mesmos possuem gabinetes próprios de liderança¹¹ que dão maior capacidade de articulação e intermediação, em especial, quando da base aliada do Governo, que não apenas intermedeiam diretamente as relações entre os poderes Executivo e Legislativo na esfera Federal, como também interagem com o Presidente do Senado no transcorrer das votações.

Parte da literatura da Ciência Política brasileira atribui aos líderes no Senado um protagonismo significativamente menor que em relação aos líderes da Câmara dos Deputados, justamente porque a maioria que a primeira Casa compôs e compõe, tem extensas carreiras políticas¹²; tendo muitos deles passado por diversos escrutínios eleitorais, alguns tendo sido investidos em mandatos de chefes do Executivo estadual e federal, seriam assim, pouco influenciáveis pelos líderes. Todavia, não apenas pelas prerrogativas quando empenhados no papel de liderança, mas também, pelo claro papel decisório no trâmite, encaminhamento e

⁸ Segundo o RISF, art. 65, § 5º, na ausência de um partido que detenha a maioria das cadeiras na Casa, o grupo de partidos que detiver o maior número de componentes, avoca para si o papel de maioria e indica um líder de dentro do bloco suprapartidário. Consequentemente, o grupo de partidos que lhe opuser e deter o segundo maior número de membros, angaria o papel de minoria e também dispõe de um líder.

⁹ Ainda que rotineiramente, todos os Senadores que se dispuserem a falar ou encaminhar a votação têm complacência da mesa para falar durante a Ordem do Dia (período da Sessão onde são votadas matérias previamente acordadas entre as lideranças e a Mesa Diretora do Senado Federal).

¹⁰ Regimento Interno do Senado Federal (RISF), art. 293, II.

¹¹ Que fica restrito a blocos parlamentares que agremiem no mínimo 1/10 do número de Senadores, segundo o art. 61, Parágrafo Único, do RISF, ou a partidos que tenham no mínimo 1/27 do número de Senadores, segundo art. 65, § 4º-A do RISF.

¹² Neiva (2011) sintetiza essa compreensão, citando exemplos precisos: “De fato, quem conhece minimamente a política brasileira custa a acreditar que tem ou tenha havido relação de liderança de Renan Calheiros sobre José Sarney e Pedro Simon, por exemplo; de Ideli Salvati sobre Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante; de José Agripino sobre Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel; de Sérgio Machado sobre José Serra, só para citar alguns” (*idem*, p. 296).

resultado de votações significativas, ou seja, em toda a construção da agenda legislativa, que se questiona o perfil da trajetória dos líderes de bancadas e blocos. Averigua-se uma possível distinção destes com o perfil geral da Casa, neste âmbito onde questões federativas são amplamente debatidas, concomitantemente a escolha de autoridades e o cancelamento das decisões das políticas externa, fiscal e monetária do Brasil.

O objetivo desta dissertação não é apenas comprovar a hipótese de relevância do *social background* na eleição dos Senadores que foram elevados ao papel de líder, mas, examinar a importância de uma carreira política consolidada pelas urnas e prévias experiências no Legislativo¹³. Ou, talvez ainda, a predominância de ex-chefes do Executivo estadual e municipal, observando o considerável número de ex-Governadores e ex-Prefeitos que foram eleitos Senadores no período de abrangência, ocupando análoga função. Será apurada além da possível existência de padrões nas trajetórias políticas, um possível parâmetro profissional nas carreiras daqueles que auferiram os postos de liderança no Senado entre os eleitos no período de 1994 a 2002¹⁴, que tinham mandatos nas 51ª e 52ª Legislaturas, considerando assim três eleições gerais¹⁵.

Isto posto, serão averiguados assuntos pontuais possivelmente atrelados aos líderes partidários e de blocos no Senado Federal, como presumível e consequente preeminência dos que detêm título de ensino superior, origem regional dos Senadores, profissão anterior a carreira política, cargos ocupados quando já no exercício da profissão política, dentre outros. Assim sendo, avança-se ao último objetivo que é verificar se esse ‘perfil de líder’ se estende aos diversos partidos, ou seja, se o mesmo se repete em partidos que se diferenciam em motes ideológicos, havendo um parâmetro que supera as diferenças intrínsecas das legendas.

Para isso, estruturou-se um banco de dados e se utilizou o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para averiguar padrões como profissão, nível escolar, mandatos no Legislativo e/ou no Executivo, Secretário e/ou Ministro de Estado e características das trajetórias dos Senadores, que foram divididas em quinze categorias. Para este fim, foram utilizadas informações do portal e de publicações oficiais do Senado Federal, bem como do Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas.

¹³ Seja na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e/ou Câmara de Vereadores.

¹⁴ Como o mandato de Senador é de oito anos, em 1999 alguns desses estavam na metade dos seus mandatos.

¹⁵ Eleições de 1994, 1998 e 2002.

Analisando características que vão além da trajetória política, considerando tudo aquilo que caracteriza esses parlamentares, objetiva-se responder se esses líderes destoam ou não em suas carreiras políticas dos ‘liderados’, e quais possíveis privilégios que o já citado *social background* exerce como fator para ascensão desses parlamentares ao protagonismo dentro de suas bancadas na Casa da Federação. Tal avaliação abrangerá um período de significativas mudanças no ‘tabuleiro do poder’, com aumento significativo do número de legendas partidárias com assentos no Senado Federal, invocando estudo quanto a possível ‘padronização’ dos líderes de partidos e blocos suprapartidários.

Antecede esse estudo de caso, um capítulo com algumas das principais abordagens teóricas a respeito do campo político, a profissionalização política e a elitização que esse fator promove, conceitos primordiais para o capítulo subsequente, que traz um apanhado de pesquisas embasadas nesses preciosos construtos, focadas no caso brasileiro, tanto na Câmara dos Deputados, quanto – ainda que em menor número – no objeto dessa investigação que é o Senado Federal. Esse punhado de diagnósticos permitirá fazer a comparação almejada da carreira e da trajetória política dos pertencentes as bancadas partidárias e suprapartidárias, e seus respectivos líderes.

Logo, no capítulo dois, haverá uma sucessão de conceitos que buscam debater o *modus operandi* da democracia como assentado em instituições políticas as quais são formadas por lideranças escolhidas pelo voto. A dissimilaridade de poder é, conseqüentemente, o que distingue líderes e liderados, onde os primeiros, alçados ao campo institucional da política, formam força majoritária política enquanto representam a maioria numérica social. Aprofunda-se essa discussão da dicotomia entre representantes e representados, seus fundamentos, e como o princípio de universalização do processo decisório e incorporação da população no dia a dia das principais discussões políticas, tende a se traduzir numa formação de agremiações tanto quanto elitizadas, onde a política é vista como um meio social composto e regido por uma hierarquia política pouco maleável.

No terceiro capítulo, retoma-se uma série de estudos focados nas duas casas do Congresso brasileiro, que diagnosticaram as principais características socioeconômicas dos que são elevados ao Congresso Nacional pelo voto, apresentando um quadro instigante de que quanto maior o posto, maior a incidência de períodos longevos de carreira política, diplomação universitária e outras experiências sociais que façam jus ao protagonismo do cargo executado. O ponto mais intrigante é o de como Senadores se mostraram mais experientes politicamente que seus colegas da Câmara dos Deputados, e entre esses que passaram pela Câmara Alta do

Parlamento, dentro dos postos institucionais do próprio Senado, eram ainda mais veteranos que seus homólogos Senadores.

O presente trabalho se diferencia desses estudos por lidar separadamente com os dados de carreira política (postos eletivos, político-institucionais e burocráticos) e trajetória política (histórico de postos e cargos em associações e entidades não político-burocráticas) – diferenças que serão novamente reforçadas no capítulo três e no capítulo quatro, bem como das informações da posição socio-ocupacional (também referido como *social background*) – titulação escolar, profissão e origem regional, para posteriormente agregar essas conclusões e formar um molde que diferencie Senadores por partido, região, e os que foram ou não líderes durante os anos de 1999 e 2006.

Estabelecidas as bases – teórica e de revisão literária – se testou a hipótese no quarto capítulo, de um perfil mais experiente dos líderes partidários e de blocos suprapartidários no Senado Federal, comparando-os com os integrantes de suas respectivas bancadas. Os estudos sobre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, revisados no terceiro capítulo, permitiram fazer comparações com as informações que foram sondadas e observadas. Assim, observando a incidência de diplomações e profissões entre os Senadores, as características dos partidos e das regiões no que tange aos diplomas mais associados a cada legenda e conjunto de unidades federativas, quais as características das trajetórias desses políticos antes de iniciarem suas carreiras institucionais e quais os cargos mais destacados após a começar, pode-se distinguir líderes e liderados.

Traçou-se um perfil do Senado Federal entre as 51^a e 52^a Legislaturas, mostrando a razoável semelhança entre as legendas – indistinto o espectro ideológico, com um Senado dominado pelos bacharéis em Direito (que se traduziu num grande número de advogados), do gênero masculino, onde as trajetórias associadas aos movimentos estudantis e os ramos de ‘Economia e Negócios’ projetaram mais Senadores do que quaisquer outros segmentos sociais, e de políticos com carreiras consolidadas pelos mandatos eletivos. Somente o PT, com Senadores pouco experientes na política institucional e com trajetórias marcadas pelo sindicalismo, fugiu desse padrão. Se a profissionalização política foi a etiqueta do Senado para o ínterim, reforçando a elitização política, entre os líderes, a experiência política – predominantemente pela *expertise* legislativa, foi ainda mais ostensiva, concluindo que o Senado é a Casa dos políticos experientes, onde os líderes partidários e de blocos suprapartidários são mais versados, fazendo desse seletivo grupo, os ‘Maestros’ da elite.

2 A POLÍTICA (INSTITUCIONAL) É PARA POUCOS: O CAMPO POLÍTICO E OS PROFISSIONAIS DA REPRESENTAÇÃO

No presente capítulo, a política será tratada com o enfoque de Bourdieu (2002) – como campo de disputas e interesses, operacionado pelo princípio estabelecido por Weber (2015) do fenômeno dos profissionais políticos que constituem, sob a perspectiva de Mills (1965,1981), parte fundamental da elite do poder, realidade pouco mutável pela própria natureza elitista e oligárquica das instituições – como bem descrito por Michels (1970). Isso posto, abre-se espaço para a defesa de Dahl (1997), Schumpeter (1961) e Sartori (1994) da elitização política para o bom funcionamento da democracia numa coexistência entre uma minoria governante-representativa com uma massa de liderados, dada a inexequibilidade de uma democracia de todos, pavimentando para a análise da relação entre líderes e liderados de Manin (1995) – que será colocado em contraste com o enfoque institucional-representativo de Dahl (1997) e Sartori (1994), e Panebianco (2005) que aperfeiçoa a análise de Michels (1970) acerca da constituição de lideranças políticas.

De tal forma, a representatividade vem com o acúmulo de poder, onde os mais céticos quanto a inclusão da população no processo político decisório, reafirmam a necessidade de uma política voltada para os interessados em operar esse meio social. Mesmo em instituições que brotaram do princípio de democratização e universalização do procedimento decisório, a concentração de poder é um inexorável caminho.

Assim, a democracia será abordada como embasada na liberdade dos indivíduos, no direito ao voto e a formulação de opinião, centrada em partidos políticos que reforçam a concentração de poder dos líderes. A representação política será tratada como o elo intermediário entre os indivíduos comuns e as instituições políticas, indiferente do modo como esses cidadãos atuam, sempre a margem da política institucional – de meros eleitores ocasionais a formadores e participantes ativos de organizações que geram, nutrem e reforçam demandas políticas, robustecendo bandeiras que impactam o processo decisório, esse, guiado por políticos profissionais que competem pelo voto popular.

2.1 OS OPERADORES DO CAMPO E O FENÔMENO DA PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

Na primeira parte do capítulo, serão intrincadas as ópticas de Weber (2015) e Bourdieu (2002), delimitando a política como campo com formação histórica de disputas, dominado pelos profissionais políticos – conceito que congregado com a descrição de Mills (1965,1981) da elite do poder, leva os profissionais políticos a serem compreendidos como os que intermedeiam o poder de diversos segmentos sociais. Sincronicamente, essas teorias estabelecem os fundamentos para análise de um campo institucional controlado por detentores de capital político, que firmado nas disparidades sociopolíticas, embasa as dificuldades de atuação e o engessamento¹⁶ do campo político.

Em **A Política como Vocação** – Weber (2015) expõe uma síntese de sua teoria política fundamentada em sua visão sociológica do Estado e a formação histórica da representação política. A literatura weberiana acerca do fenômeno da profissionalização política não apenas é extremamente rica, mas por semelhante qualidade atravessa décadas seguindo como sustentação teórica para estudos dessa que é uma das principais características das democracias ocidentais.

O célebre pensador alemão define como política o esforço e a participação do poder ou da influência no Estado. O homem que integra esse processo o faz por diversas razões, desde um ato egoísta, até a defesa de ideais ou de princípios da ordem econômica, mantendo relações sociais de poder desigual. A política consiste numa relação de dominação (mais precisamente, entre aqueles que comandam o Estado e a maioria da população), fundamentada não apenas na influência exercida pelos detentores do poder, mas na vontade em contrapartida dos populares de obedecer (*idem*).

Essas são as questões basilares do campo político de Bourdieu (2002): “campo” é um espaço relativamente restrito formado por posições, onde indivíduos e instituições concorrem para mantê-las ou alcançá-las, compartilhando interesses comuns (ainda que em constante conflito). Os “campos” são parcialmente autônomos (já que seguem diferentes lógicas, sendo moderadamente independentes) e mantêm suas próprias regras. Havendo intersecção entre os mesmos – gerando espaços sociais abrangentes, são concomitantemente influenciáveis e promotores de influência. A amplitude do conceito de “campo” é rica pela sua permissividade para análise do campo para além do que distingue seus componentes.

¹⁶ Por engessamento, propõe-se compreender como de difícil acesso, porém penetrável.

A confluência dos “campos” (ainda que autônomos) fica melhor exemplificada pelo próprio autor ao definir o “espaço social” como “multidimensional” (*idem*, p. 153), havendo reprodução da hierarquia do ‘campo’ econômico nos demais ‘campos’ (principalmente no social e no cultural); o poder é exercido por quem detém maior capital – em suas múltiplas formas (cultural, econômico, social, intelectual), formando a hierarquia dentro do campo político. Esse último caracteriza-se pela dominação consentida, composto de acordos, forças e conflitos internos perduráveis, onde como em todo ‘campo’ há um aglomerado de ambições que são a razão de sua própria essência.

Ainda que o meio político em Mills (1981) seja influenciado pela interferência dos domínios econômico e militar, ao isolar a variável política é possível observar a sintonia entre o sociólogo norte-americano e Bourdieu (2002), no que o primeiro aprofunda a interposição da classe dominante de outros campos no campo político, em especial no que tange a independência relativa de cada campo, bem como da absorção do impacto das diretrizes dos outros campos com os quais coincide, pois para esse a "elite do poder não é de governantes solitários" (MILLS, 1981, p. 12), demonstrando a complexidade do campo político, que reproduz as fragmentações das batalhas dos campos econômico e social. Não diferente é o poder da classe política e sua interposição em outros campos, pois "reunindo em si muitos poderes [...] penetra [...] em todas as reentrâncias da estrutura social" (*idem*, p. 15).

Mills (1981) aborda o caso empírico estadunidense de um tripé do poder – interligado, onde os poderes político, econômico e militar atuam interconectados, dadas as "inter-relações entre riqueza, poder e prestígio" (*idem*, p. 26), tomando "decisões [...] que outras áreas da sociedade parecem marginais em relação a estas, e [...] subordinadas a elas" (MILLS, 1965, p. 29). Cada campo é composto por uma "elite do poder [...] de homens cuja posição lhes permite [...] tomar decisões de grandes consequências", ao comandarem "as principais hierarquias da sociedade moderna", atuam promovendo influência onde a ausência de suas decisões "constitui [...] um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam" (MILLS, 1981, p. 12).

Também em Weber (2015), os cidadãos são de tal forma dominados por autoridades e essa subjugação existe pelos tipos puros ideais¹⁷; seriam esses: dominação tradicional (fundamentada em um caráter sagrado, havendo compromissos com essa subordinação que vão além de questões do mero respeito às regras); racional-legal (crença na legalidade da ordem, em um sistema hierárquico com autoridades e subordinados, sem a personalidade das relações, não havendo privilégios ou exclusões); e carismática (que se baseia no sentimento do poder de

¹⁷ Que Weber (2015) ressalta serem abstrações, não as encontrando em plenitude na realidade, mas que servem como forma de análise, comparando tais aproximações com os fatos reais.

oratória, por uma soberania, devoção que envolve afeto pelo dominador, em um poder que distingue o líder de seus liderados).

As três formas embasam a importância do respeito à ordem e à autoridade, ressalta-se na dominação racional-legal um sistema hierárquico entre governantes e governados, que melhor se exemplifica nos que controlam o Estado. Enquanto que na dominação carismática, sobressai para o autor a figura do demagogo, descrita como um poder pessoal ostentado por características de líderes nos quais os liderados ‘depositam fé’, que “[...] só triunfou no Ocidente” (*idem*, p. 70). É justamente esses dois tipos que pavimentam para a compreensão da profissionalização política, que por vezes se encontram ‘combinados’ a níveis de realidade.

Em Mills (1965) são também três as formas de dominação e exercício do poder sobre a maioria, onde "entre os meios predominantes do poder está o de controlar e manipular o consentimento dos homens", onde tal como a dominação legítima weberiana, "a autoridade" é exercida através do "poder justificado pelas convicções dos que obedecem voluntariamente" (*idem*, p. 25), enquanto o ato de manipular a vontade alheia decorre do "poder exercido às cegas sobre os impotentes" que ocorre isocronicamente a "coação" (*idem*, p. 26). Essa elite que opera esse poder tem capacidade de transformar "as condições estruturais em que vive a maioria dos homens" (*idem*, p. 27).

Aprofundando o princípio da dominação weberiana, o "poder simbólico" (BOURDIEU, 2002) é a capacidade de estabelecer certezas e convicções, respeitáveis por aqueles que estão sujeitos aos que assim as delimitam e estipulam (descartando a característica puramente coercitiva ou de imposição por meios físicos). Tais capacidades, obviamente, advêm do ‘capital’ adquirido e estruturado por tais indivíduos dominantes; o conceito de capital para o autor é amplo e vai para além da acumulação de bens, referindo-se assim a tudo aquilo que fundamenta, ‘simbolicamente’, o poder exercido no “campo”, é a legitimação através da ‘verdade assim conhecida’ e estabelecida.

Com o desenvolvimento do capitalismo e do Estado burocrático, Weber (2015) observa o surgimento da profissionalização política¹⁸: homens que exercem essa função “por vocação”, na constante luta pelo poder. Não cabe aqui aprofundar o discernimento descrito pelo pensador alemão daqueles que da política vivem como meio de atividade e fonte de renda, com aqueles

¹⁸ É importante denotar que Mills (1981) apontou para o fenômeno dos políticos não profissionais, que atuando as margens dentro das instituições e da arena política, tinham carreira não constituída por pleitos eleitorais – "burocratização" da política" (grifo do autor) (*idem*, p. 276), onde os não profissionais também integram **A Elite do Poder**.

que nela adentram por terem autonomia econômico-financeira¹⁹; em ambos os casos, o ponto principal que se busca elucidar neste trabalho é a existência de um pequeno número de figuras políticas que nesse meio fazem ampla carreira e se tornam parte da elite do poder.

Através da disputa entre os profissionais políticos há a legitimação, onde a rivalidade e a mediação de forças visam o centro do poder, a dominação, delimitando as regras do próprio campo político. Para Bourdieu (2002), o “poder simbólico” é praticado numa relação de conformidade e “cumplicidade” entre os “que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (*idem*, p. 8). Assim sendo, as posições de dominantes e dominados precedem até mesmo os agentes que compõe o próprio campo, numa ‘construção’ histórico-social do mesmo.

Essas características são exercitadas ao vender o ideal de que o político se apresenta "apenas para servir" (MILLS, 1981, p. 27), no padrão de Bourdieu (2002) – reafirmando o simbolismo de seu poder ao não colocar sua intenção de forma evidente, mas reforçando a relação dissimétrica entre líder e liderados impondo a convicção de que representa determinado segmento. A "elite do poder se compõe de homens de origens e educação semelhantes" (MILLS, 1981, p. 29), distinta da maioria da população²⁰ são "de um tipo social parecido, [...] que leva uma fusão fácil entre eles" (MILLS, 1965, p. 31), reforçando que esse não é um círculo impenetrável, porém, difícil de ser atingido, pois requer uma forma de "capital" (BOURDIEU, 2002) que ponha em equivalência os novos atores dentro desse campo com os atuantes e operantes consolidados do mesmo.

Logo, o que distingue os engajados no cotidiano do campo político dos meramente representados e governados são justamente os "mecanismos sociais" (*idem*, p. 163). O campo político é simultaneamente a reprodução e interpelação da hierarquia socioeconômica com o mesmo, onde as disparidades sociais se traduzem em semelhantes desigualdades dentro da estrutura política. O campo político segue, como nos demais campos, a lógica econômica, sendo a política composta por diversos produtos e os cidadãos aqueles que os demandam.

¹⁹ “Há duas maneiras de fazer política. Ou se vive ‘para’ a política ou se vive ‘da’ política. [...] em geral se fazem uma ou outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática. Quem vive ‘para’ a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘fim de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação a sua vida. Neste sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. Nossa distinção assenta-se, portanto, num aspecto extremamente importante da condição do homem político, ou seja, o aspecto econômico. Daquele que vê na política uma forma permanente fonte de rendas, diremos que ‘vive da política’ e diremos no caso contrário que ‘vive para a política’ (WEBER, 2015, p. 78).”

²⁰ Na próxima subseção, a literatura de Michels (1970) servirá para abordar como a ascensão de representantes das minorias sociais pouco muda esse quadro.

Equitativamente ao que estabeleceu Bourdieu (2002) – utilizando a instituição como modo de "conservar" (MILLS, 1981, p. 19) o exercício de sua autoridade, o político é "intermediário de muitos poderes em choque" (MILLS, 1965, p. 33) e anseia "posição nas grandes instituições" (MILLS, 1981, p. 18), ou seja, segue o princípio de Weber (2015) de que ao atuar no meio político e manifestar seus interesses no mesmo, "o político profissional é, naturalmente, um político partidário" (MILLS, 1965, p. 35) e batalha pelos postos institucionais que o permitem exercer sua superioridade e seu domínio.

Consequentemente, a acessibilidade do campo político se torna complexa, graças ao domínio dos profissionais políticos e da "complexidade das relações sociais" (*idem*, p. 179) que constituem o campo. O mesmo vale para as lideranças políticas, em seu sentido mais amplo – não apenas no escopo do presente trabalho, com sua capacidade de imposição de ideias e ideais, discursos e diretrizes, etc., contanto que conte com apoio interno e/ou externo a instituição que representam, que legitime semelhante movimento impositivo. É assim que Bourdieu (2002) complementa esse pensamento de Weber (2015) quanto a vocação política, que se torna dentro do campo político, uma luta de manutenção da posição do profissional político na elite do poder, sendo capaz de participar do grupo que dita – 'simbolicamente', os trâmites e as regras que gerenciam o campo.

A amplitude da concepção de campo de Bourdieu (2002) é de magnitude e riqueza no que a mesma permite explorar esse conceito em relação à política, explicando a diversidade de fontes que legitimam a ascensão de uma liderança política, o exercício da mesma, dentro ou fora do meio institucional. A representação política para o autor vai muito além da institucionalidade do cargo, mesmo que dentro desse campo, essa seja a maneira de maior impactar e influenciar os trâmites do campo político, sem deixar de demonstrar que esse é mais que uma reprodução do campo social e econômico, de onde o representante político advém. O campo político pode ser pensando como o qual engloba as relações entre representantes e representados, estando ou não os primeiros investidos em mandatos político-institucionais, podendo também serem líderes de movimentos políticos, que representam bandeiras muitas vezes renegadas pelo centro do campo, que como melhor descrito pelo autor, luta para dificultar ou até mesmo impedir a mudança do status e das regras do competente campo.

Bourdieu (2002) aponta os privilégios daqueles que detêm capital social, econômico e cultural para entrar no campo político, dada sua disponibilidade de tempo, assim como na capacidade discursiva e eloquência de advogados, por exemplo, ou na capacidade de síntese e formação de discurso, como dos jornalistas. O capital social, grosso modo, é a rede de relações

sociais que ao indivíduo pertence (que a esse serve como meio de manutenção de sua posição no “campo”), da qual se beneficia.

Quanto mais extensa essa rede, potencialmente maior é o número de ‘campos’ os quais o indivíduo pode integrar – cultural, econômico, e o de maior interesse no presente estudo, político – esse último, “campo de lutas simbólicas”, composto por “profissionais da representação” (*idem*, p. 151). Um indivíduo no topo da hierarquia dos outros campos que tangenciam o campo político, pode ser projetado à política institucional ao utilizar o capital do seu próprio campo, convertendo-o em representação política.

Weber (2015) estabelece princípios para análise da formação das elites políticas, que são distinguidas pelo seu histórico socioeconômico (que aos mesmos facilitam ou dificultam o acesso ao campo político). Ao analisar as carreiras políticas das principais lideranças partidárias e de blocos do Senado Federal, um dos pontos principais está nos ‘políticos profissionais’, os quais fizeram carreiras tanto nas urnas ao pleitearem cargos no Executivo e/ou Legislativo, como em cargos de nomeação que vieram a exercer em uma ou mais das três esferas do Executivo, bem como *outsiders* do mundo político que após carreira no Judiciário, migraram para o Legislativo e chegaram a Casa da Federação.

Bourdieu (2002) exemplifica o papel dos *outsiders* entre os profissionais políticos, que entram no campo político justamente pelo seu "capital pessoal" quando as instituições e seus representantes "em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos" (*idem*, p. 191), não mais têm capacidade de imposição de seu discurso ou mesmo de assegurar a legitimidade de sua liderança. Não por acaso o capital político necessita de "reprodução contínua por mecanismos e estratégias" (*idem*, p. 194), principalmente por parte daqueles que não tiveram sua liderança política formada dentro do campo econômico ou do campo social: o líder partidário, por exemplo, não necessariamente é a principal liderança política dentro do partido, tampouco o que obteve maior número de votos no escrutínio eleitoral; ele é antes de tudo a liderança que aglutina as demandas dentro da bancada que representa.

Nas linhas do pensamento do autor francês, a liderança política é uma realidade que exerce seu domínio graças a sua capacidade de utilização do seu capital político; na ausência desse, a liderança política tem de no mínimo possuir um forte capital social, o que lhe pode perfeitamente servir para pleitear um cargo público. Todavia, não havendo a coincidência de ambos, dificilmente um possuidor de amplo capital social teria capacidade de exercer pressão sobre as diretrizes políticas de uma instituição partidária, ou no caso do presente estudo, de uma

bancada de Senadores, já que esse movimento é usualmente pertencente àqueles que possuem propriamente o capital político enriquecido.

Essa capacidade sobre o todo ou a parte institucional, principalmente nas democracias representativas, está correlacionada ao capital acumulado pela liderança política, que para Bourdieu (2002), funciona como uma espécie de crédito que legitima a liderança, novamente, nas mesmas diretrizes de Weber (2015), onde o poder da liderança advém da crença de quem a esse líder está sujeito. Assim, Weber (2015), Mills (1965,1981) e Bourdieu (2002) comungam quanto a concentração de poder e o controle dos profissionais políticos. Bourdieu (2002) aprofunda o pensamento weberiano introduzindo o conceito de capital, explicando assim a fonte do poder que poucos detêm e exercem. É clara a concordância dessas três teorias quanto a assimetria que fundamenta as relações políticas oriundas da própria dissimetria das relações sociais.

2.2 A COMPETIÇÃO E A OLIGARQUIZAÇÃO

Inicialmente na presente seção será trabalhado o minimalismo schumpeteriano combinado com o processo de oligarquização dos partidos de origem proletária. Enquanto Schumpeter (1961) trabalha a centralização no entorno de poucos como um processo normal da disputa política, Michels (1970) discute o quanto a disputa leva a um distanciamento da democracia do proletariado, que fica subjugado atuando apenas através do processo de escolha de líderes pertencentes a elite política.

A literatura de Panebianco (2005) é utilizada para abrandar a leitura de Michels (1970), onde equitativamente a Schumpeter (1961), o italiano demonstra uma normalidade do processo de elitização, como algo consequente da tentativa de disputa política assentada em estrategismo político e fortalecimento de lideranças. Sua teoria está fundamentada nas relações de troca entre líderes e seguidores, padrinhos e apadrinhados políticos. Em comum, Panebianco (2005) e Michels (1970) abordam de diferentes maneiras o processo de institucionalização dos partidos e a formação de suas lideranças políticas.

Ao tratar a temática socialista Schumpeter (1961) se mostra mais preocupado em apreciar a dicotomia dos partidos socialistas da Europa Ocidental em relação aos países que experimentaram a influência soviética, enquanto que Michels (1970) foca na estrutura partidária. As diferentes preocupações de ambos não impedem de encadear suas respectivas teorias para apontar a percepção comum desses autores do viés elitista da competição política.

Michels (1970) faz uma crítica quanto ao ideal democrático dos partidos socialistas – próxima a avaliação posteriormente elaborada por Schumpeter (1961), de uma falsa ‘democracia plena’ com participação universal decorrente da revolução do proletariado. O sociólogo alemão rememora que mesmo os entusiastas do ideal revolucionário apontavam que o ‘governo de todos’ jamais era defendido como algo imediato, mas subsequente a uma reestruturação coordenada e centralizada.

Schumpeter (1961) por sua vez inicia a quarta parte de sua mais importante obra²¹ criticando a ditadura do proletariado, que se mostrou na prática ao longo do século XX, algo muito diferente da teórica plena e verdadeira democracia associada ao socialismo – “indissolavelmente ligados”, criando uma elite que deu sequência as disparidades sociopolíticas e econômicas. O autor rememora que o discurso anticapitalista era então de que a concentração dos meios de produção traduzia-se na concentração também do poder político, e que “a exploração do homem pelo homem” só chegaria ao fim com o “governo do povo” (*idem*, p. 287).

Destarte, Schumpeter (1961) retoma o histórico da constituição dos partidos socialistas para aprofundar sua defesa da contradição da visão de democracia pregada pelos mesmos. A organização partidária ou mesmo as convenções que estabeleciam as diretrizes internacionais do socialismo, segundo o pensador austríaco, estavam concentradas nas mãos de poucos, coincidindo e repetindo o próprio problema apontado pelos socialistas como motivo da falha e do empecilho para a verdadeira democracia, travestido na centralização dos meios de produção.

De tal modo, ressalta que o distanciamento dos partidos socialistas da Inglaterra, da Suécia e da Alemanha, verteu para o êxito da tida socialdemocracia que atua dentro dos princípios democráticos e institucionais (principalmente no caso do Partido Socialdemocrata alemão). Para esse, tais instituições partidárias foram “testemunhas da resoluta lealdade dos socialistas às normas democráticas” (*idem*, p. 292). No extremo oposto, Michels (1970) critica a exclusão daqueles os quais semelhantes partidos dizem representar, do processo decisório e das diretrizes da instituição.

Em comum, ambos autores apontam os vieses autoritários dos governos ditos socialistas – “sede de esplendor e de poder” (MICHELS, 1970, p. 232), que não alteraram a configuração de uma submissão da maioria a uma minoria, num processo constante de alternância de elites no centro do poder²². As organizações políticas são inerentes ao processo democrático, todavia, “quem diz organização, diz tendência para oligarquia” – Lei de Ferro da Oligarquia. Mesmo

²¹ SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

²² Michels (1970) cita Vilfred Pareto ao afirmar essa conclusão.

instituições partidárias que defendam ideais coletivos de cunho revolucionário, ao se estruturarem em organizações que operam nas vias da democracia, seguem rumo a “tendência aristocrática” (*idem*, p. 15).

O processo de oligarquização descrito por Michels (1970) pode ser sintetizado como uma associação direta entre instituição e oligarquia, já que em qualquer organização, no que cresce o número de indivíduos que a integra, essa tende a ser coordenada por um pequeno número de dirigentes, havendo dominação de poucos sobre o todo, indo na contramão do princípio democrático de incorporação irrestrita (tão bem criticado por Schumpeter²³, que o reduziu a princípio filosófico e bandeira política). Nessa direção inevitável das organizações sociais e mais especificamente das instituições partidárias, há uma mudança contínua no perfil social dos líderes em relação aos liderados, que com o tempo também deixam de representar os interesses que a princípio ergueram a instituição.

Panbianco (2005) faz um aprofundamento crítico a Lei de Ferro da Oligarquia de Michels (1970), propondo-se analisar o arcabouço que dá ordem dentro dos partidos políticos, explorando a distribuição do poder nessas instituições, não apenas sob a clivagem da concentração de recursos políticos nas mãos dos líderes partidários, mas invertendo a lógica da análise e expondo a sustentação que empodera os mesmos. O poder do líder político só se manifesta por uma relação consentida entre esse e seus liderados, que visa manter suas bases junto a seus seguidores e solidificar assim seu posto de liderança, que não deixa de ser cobiçado por outras figuras internas do partido, enquanto seus aliados também esperam benefícios (recíproco, mas em menor grau, caracterizando as relações de lealdade entre os mesmos) e lhe exercem pressões.

Nos padrões weberianos, em Panbianco (2005), a autoridade exercida pelo líder é consentida pelos seus seguidores, atuando nesse vínculo de transferências visando consolidar sua força. O cientista político italiano descreve essa conexão como uma “troca desigual” (*idem*, p. 45), que por assim ser, coloca o poder exercido pelo líder como limitado e não absoluto. O que difere ambos os lados é o desequilíbrio que caracteriza essa relação, dada a capacidade de manobra e a “liberdade de ação” (*idem*, p. 46) dos líderes: quanto maior essa for, maior a resistência e a estabilidade de suas posições políticas. Essa base fundamenta a capacidade de negociação entre os líderes, dentro da mesma instituição.

²³ E como será apresentado na próxima subseção, também por Sartori (1994).

O cidadão comum divide sua atenção as questões políticas com preocupações próprias, gostos e predileções, planos que atendam ao auto interesse, etc., levando a um “reduzido senso de responsabilidade” e a “ausência de uma vontade eficaz” (SCHUMPETER, 1961, p. 318) de atuar nos trâmites decisórios das questões políticas em quaisquer esferas. Mesmo entre pessoas com alto nível educacional, mas que não se interessam pelo mundo político, Schumpeter (1961) destaca que desprovidos de amplos conhecimentos ou não, esses que tratam as matérias políticas com desleixo, seriam alvos mais fáceis a serem explorados por aqueles que tenham nos tópicos políticos altos interesses. Em suma, sob a conjectura schumpeteriana o processo político fica limitado a ser conduzido no seu cotidiano por aqueles que demonstrem interesse e tenham propriedade para gerir e nortear o mesmo.

Para o autor muitos indivíduos carecem de vontade de participar efetivamente do procedimento de tomada de decisão, tanto quanto de qualidades e formação que os capacitem para tal função. O mesmo segue, elencando como essencial a capacidade de seleção crítica de informações e a idoneidade frente a coações de grupos que venham a exercer pressões específicas sobre os cidadãos, questões fundamentais para a apreciação de temas que visem o ‘bem comum’. Semelhantemente a Bourdieu (2002), Schumpeter (1961) compara o eleitor comum ao consumidor habitual: enquanto o intelectual francês afirma que o cidadão comum demanda produtos políticos, o pensador austríaco sustenta que os indivíduos são influenciáveis e rotineiramente persuadidos, o que se de fato ocorre em uma decisão antes do consumo, pode também desaguar na decisão antes do voto, tendo como principal característica as decisões embasadas em interesses de curto prazo.

Também tratando a figura do indivíduo comum como apática as questões políticas, Michels (1970) alega que ainda que o indivíduo comum seja “dotado de direitos políticos” (*idem*, p. 27), “a massa deixa-se facilmente suggestionar pela eloquência de vigorosos oradores populares” (*idem*, p. 09), dominadores do processo político institucional, conhecedores dos assuntos de Estado e dos trâmites da burocracia. Reforça assim sua ideia inicial de que o centro do poder político fica reduzido a constante alternância de elites, onde uma classe preponderante sobrevém a anterior, como previamente descrito, numa contínua sucessão de oligarquias, que se sobrepõem politicamente entre a maioria da população.

Para Schumpeter (1961), a democracia é um “método político, [...] um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política” e por assim ser, a democracia “não pode, mais do que qualquer outro método, ser um fim em si mesma” (*idem*, p. 295-296). O próprio autor ao tratar semelhante definição e limitação correlativo a “tomada de decisões do governo” – o que conseqüentemente se traduziria em um “governo do povo” (*idem*, p. 297)

(donde seriam oriundas as diretrizes políticas), ressalta não ser precisamente essa a definição que aproximaria o conceito de democracia da realidade sociopolítica.

Mesmo o acesso ao voto universal tem sua limitação – quando por vias discriminatórias que distinguem por “status [...], diferentes grupos” (*idem*), etc., diferenciam minimamente por idade, fazendo um corte no acesso ao processo de escolha representativa. O autor reforça essa compreensão, para o qual não podendo haver por uma própria questão de razoabilidade o ‘não discernimento’ ou uma inclusão total e irrestrita, esse corte é isento de questionamento se há “aceitação do fato pela sociedade em questão” (*idem*, p. 298).

Se então aprovados os meios de escolha e a distinção imposta por aqueles que têm acesso a esse processo, a incapacidade de um verdadeiro governo do povo (com estreita e incondicional participação), teria como alternativa um governo consagrado pelo povo, sendo os indivíduos representados. Assim, Schumpeter (1961) parte para sua crítica à “doutrina clássica da democracia” (*idem*, p. 304), reforçando sua visão da democracia como método e arranjo institucional, como via “para se chegar a certas decisões políticas” (*idem*, p. 305).

Schumpeter (1961) traz uma significativa contribuição ao debate da temática democrática ao inverter a lógica da noção de democracia como o *modus operandi* do sistema político que permite que o povo como um todo pautar os assuntos políticos ao escolher seus representantes e “formar o governo” (*idem*, p. 331). Mas justamente ao trocar a ordem dos fatores, propõe a análise através do processo de escolha dos quais traçam os rumos políticos com outorga da população: “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (*idem*, p. 328).

Assim o fazendo, o teórico austríaco abre portas para a análise do papel das lideranças políticas, que segundo o mesmo, ficam com um papel de menor importância na compreensão clássica de democracia. Sob a condição de liberdades mínimas como a de expressão e de imprensa, e a ampla concorrência pelos postos de liderança, ainda que o próprio autor a considere como desigual, comparando as semelhanças do arranjo institucional político ao campo econômico, enuncia as desigualdades que há também nessa concorrência pelo voto para assumir a representação política.

Questão não diferente para Michels (1970), que por outra via demonstra que sendo as estruturas partidárias instituições embasadas em programas (teoricamente voltados para determinadas classes), suas composições nem sempre condizem com seus princípios partidários, onde a estrutura que compõe o partido pode diferir de sua representação ideológica. A partir de semelhante perspectiva, o autor elucida que essa heterogeneidade partidária, quando

nos partidos de esquerda, coloca esses representantes “não puramente proletários” subordinados a um conjunto de ideais “de uma classe” (*idem*, p. 240) que de fato não representam, defendendo suas demandas, enquanto ligados ao ‘status econômico’ e a burguesia.

Seguindo a prática organizacional de estabelecimento de uma direção, essa agremiação alça figuras antes integrantes das massas (que anseiam representação) a postos da burocracia da instituição, e estabelece duas divisões, centradas “numa minoria dirigente e numa maioria dirigida” (*idem*, p. 15). Logo, no que a instituição complexifica sua organização, essa cresce em burocratização e hierarquização, indo na contramão dos princípios inicialmente defendidos, mais especificamente, da plena incorporação da população no processo decisório político.

Há assim um encaminhamento da instituição antes concebida entre as massas (visando a defesa de suas bandeiras políticas) para uma profissionalização nos moldes weberianos, “vemos acentuar-se a tendência de substituir os chefes ocasionais pelos chefes profissionais” (*idem*, p. 18), o que acaba por solidificar a perpetuação de uma “hegemonia dos representantes sobre os representados” (*idem*, p. 20). Tal realidade se verifica dentro da própria estrutura partidária, reafirma Michels (1970) – pouco democrática internamente, sendo a democracia “incompatível com a presteza estratégica” (*idem*, p. 22), onde para competir com seus adversários no mesmo jogo, requer-se preparação, planejamento e elaborações de indivíduos que se profissionalizam na atividade. Mesmo no processo de escolha de candidatos que representarão os partidos de esquerda nas eleições gerais, esse procedimento se caracteriza como um “fenômeno oligárquico grave” (*idem*, p. 62) que depende de um conjunto restrito que impõe suas vontades, ligadas a interesses pessoais e muito distantes da instituição que coordenam, ou mesmo das questões de interesse dos trabalhadores.

Panbianco (2005) alerta que não apenas questões ligadas a origem do partido, de maneira interna ou externa ao parlamento servem para explicar a complexidade do primórdio da instituição partidária. Ainda que para o autor partidos que nascem de elites políticas dentro do parlamento e os partidos de massa, naturalmente tenham suas diferenças desde suas concepções, a estrutura organizativa dos partidos precisa de questões mais profundas para o discernimento entre os mesmos, que dentro do campo institucional, podem ser parecidas mesmo tendo gêneses tão distintas.

O próprio surgimento do partido leva em ocasiões a “um processo complexo, que consiste na aglutinação de uma pluralidade de grupos políticos, às vezes extremamente heterogêneos” (*idem*, p. 94). Esse último ponto se aproxima da literatura de Michels (1970), que assinalou para a incorporação de figuras ‘estranhas’ as bandeiras dos partidos de origem

proletária, na tentativa de ganhar força dentro do parlamento²⁴. No processo de institucionalização, os partidos formam seus quadros recrutando “as futuras elites” que devem ser “socializadas aos compromissos da função” (PANEBIANCO, 2005, p. 101) num amplo processo de composição de uma sustentação com base em lealdades, remontando a ideia do próprio autor do benefício mútuo entre as partes, dessa vez, entre padrinhos e apadrinhados políticos, integrantes agora da burocracia partidária.

Um ponto importante na literatura de Panebianco (2005) é seu apontamento para a evolução da instituição partidária, que como “estrutura em movimento [...] se modifica no tempo e que reage às mudanças externas” (*idem*, p. 91), com uma abordagem muito mais branda que a de Michels (1970) a respeito das transformações pelas quais passam essas agremiações políticas. Panebianco (2005) divide a trajetória histórica dos partidos através dos conceitos de “modelo originário” e “institucionalização”, onde no primeiro se avalia suas caracterizações rudimentares – “sua gênese” (*idem*, p. 92), propriedades embrionárias da instituição que influenciam sua atuação mesmo depois da institucionalização da organização, enquanto no segundo se analisa o processo de inserção dos mesmos no campo político institucional, o histórico do partido e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

O intelectual italiano faz ainda a diferenciação do processo do modelo originário por meio de “penetração territorial” e “difusão territorial” (*idem*, p. 94), que combinados com o processo de institucionalização, caracterizam o partido após esse último processo. Segundo Panebianco (2005), quando há coesão entre a elite partidária, essa estrutura tem uma capacidade organizativa que estende o partido, dando-lhe cara e corpo, introduzindo o partido e o fortalecendo, dominando esse processo de ramificação da estrutura institucional e de extensão (automaticamente) do seu próprio poder: a penetração territorial, combinada com a institucionalização, leva a um partido forte.

Contrariamente, um partido que passou por um processo de difusão territorial, assentado em elites locais e em constante disputa, onde o processo decorre de constantes e incontáveis negociações com outros que dividem o poder, tendo vários líderes com capacidade de imposição de agenda e contestação dentro do próprio partido, associado ao processo de institucionalização, tende a ser um partido fraco, multifacetado e controlado por vários grupos, como se houvessem outros partidos dentro do próprio partido.

²⁴ Dois casos no sistema político partidário brasileiro servem como exemplo para o aprofundamento dessa questão: o Partido dos Trabalhadores (PT), surge com a incorporação de figuras pertencentes a elite econômica nacional; do outro lado, o Partido Social Democrático (PSD), nasce de um movimento operado dentro do próprio Legislativo para abarcar parlamentares descontentes com suas legendas.

Essas diferenças elucidam, entre outros pontos da análise de Panebianco (2005), a importância da capacidade de imposição de metas, objetivos e a busca pelo fortalecimento do partido (alguns dos pontos originários da preocupação de Michels, sendo esses fatores que contribuem para a oligarquização da instituição). Tais características geram a identidade da instituição partidária, o comprometimento ou não de valores e bandeiras originárias, bem como do controle da criação e/ou incorporação de novas elites dentro do partido.

Relatando fatos históricos dos partidos socialistas alemão e francês, Michels (1970) relembra os esforços dos partidos de esquerda para financiamento e remuneração de seus parlamentares²⁵, rompendo com a incapacidade de atuação de seus membros junto ao parlamento (ainda que não cessando as fortes desigualdades de renda que antecedem e dificultam a atuação política). Todavia, criaram uma nova segmentação que acabou por atingir os próprios partidos. Aqueles que anteriormente não podiam – nos padrões weberianos – viver para a política, passam a viver ‘da’ e ‘para’ a política.

Com a exigência desses partidos de uma contribuição por parte dos parlamentares, esses ganham, segundo Michels (1970), protagonismo na burocracia da instituição; mais um fenômeno que reafirmou o “caráter essencialmente parlamentar dos partidos socialistas modernos”, estabelecendo “superioridade” dos parlamentares “reconhecida e consagrada pelo próprio partido” (*idem*, p. 83) distanciando ainda mais representantes e representados, dificultando a esses últimos a possibilidade de “praticar a alta política” (*idem*, p. 89). Quando organizações representantes e/ou compostas por minorias políticas assumem o controle do Estado, para o autor, as evidências históricas comprovam que esse movimento é incapaz de promover quaisquer transformações profícuas no sistema político, onde há um afastamento desses representantes da população que anteriormente representavam sendo atraídos “para a órbita da ‘classe política’ dominante” (*idem*, 244).

Aprofundando seu pensamento quanto a transformação dos partidos de esquerda e seus representantes após a entrada no ‘jogo’ político institucional, Michels (1970) descreve os fatores psicológicos que alteram progressivamente a configuração e a metamorfose desses partidos. Inicialmente, o parlamentar eleito por um partido de esquerda está ainda ligado aos “princípios que representa [...] sem pretender nenhuma vantagem” (*idem*, p. 115). Contudo, a “necessidade que tem os homens de serem guiados e dirigidos”, incute nessa nova liderança política “o sentimento de superioridade” (*idem*, p. 116).

²⁵ “[...] antes que o Estado concedesse a remuneração parlamentar” (*idem*, p. 73).

Essas transformações avançam criando “novas camadas pequeno-burguesas”, um “emburguesamento do partido socialista” (*idem*, p. 159). O proletário (que anteriormente vendia sua mão de obra) passa a compor o conjunto da instituição partidária com um trabalho extremamente diferente do que antes operava. Se ascende ao parlamento, passa a circular junto da elite que anteriormente combatia; se funcionário da estrutura burocrática do partido, passa a integrar um corpo que abriga diversos intelectuais, muitos que não são de origem semelhante à sua. Assim, o autor avalia a mutação paulatina daqueles que antes integravam a “oposição” e migram para “à participação no poder” (*idem*, p. 119), isso para além de questões pessoais como a dependência econômica que uma figura que antes desprovida de riquezas, passa a ter ao assumir um posto junto a burocracia do Estado, levando a “uma profunda e indelével modificação” graças ao “exercício do poder” (*idem*, p. 117).

O pensador alemão sintetiza semelhantes fenômenos como oriundos da própria estrutura conservadora das instituições políticas, que ao atraírem a esquerda política para uma oposição consentida dentro do Legislativo e do Executivo, ‘suavizam’ a contestação por parte dos mesmos, que passam a disputar poder e espaço dentro dessas instituições: “a influência exercida sobre a máquina do Estado por um partido de enérgica oposição será sempre lenta, sujeita a frequentes interrupções e limitada pela sua própria natureza oligárquica” (*idem*, p. 224). Logo os princípios revolucionários e de luta pelo proletariado, são substituídos por questões pessoais, de manutenção no poder e de tentativa de obter o controle do Estado.

Concatenando suas críticas a formação social dos partidos de esquerda e as consequências da inserção dos mesmos no cotidiano da política institucional, para Michels (1970), com o aumento do número de membros e o “caráter parlamentarista dos partidos políticos” (*idem*, p. 225), esses se distanciam dos princípios de reestruturação social que antes defendiam, visando obter cada vez maior número de votos no escrutínio universal. Os partidos que antes defendiam as bandeiras caras aos trabalhadores, centralizam-se, fato que decorre do embate dessas instituições partidárias com “o antagonista” (*idem*, p. 226), que ao invés de “intensificar sua energia revolucionária”, ocorre exatamente o oposto, com o partido atenuando sua atuação política de moldes revolucionários, intencionando o controle do Estado, seu “caráter revolucionário” (*idem*, p. 227) é minimizado, onde “a organização deixa assim de ser um meio para se tornar um fim” (*idem*, 229).

Michels (1970) reafirma que os “fenômenos sociológicos” demonstram uma incapacidade da sociedade de não ter uma classe “dominante”, que apesar de eventual “renovação parcial”, perdura no decorrer da história com a autoimposição de uma “organização de uma minoria” (*idem*, 242) controlando o Estado e formando governos. Mesmo quando as

camadas que formam maioria popular (mas representam minorias sociopolíticas) ascendem ao poder, tal vitória é apenas ilusória²⁶, organizando sim “uma nova minoria” que passa a ser a “classe dirigente” (*idem*, p. 243).

Diferentemente de Michels (1970), Schumpeter (1961) não está interessado na burocratização e na hierarquização dos partidos de origem proletária e ditos socialistas, mas sim, em tecer uma crítica a ‘falta’ de democracia nos mesmos que em sintonia com a incapacidade da maioria, deve levar a uma democracia guiada por poucos. Por diferentes vias, ambos apontam para elitização do processo político: o sociólogo alemão a descreve como consequência do *modus operandi* político; o economista austríaco, como melhor maneira de assegurar o ‘bom funcionamento’ da democracia.

Semelhantemente a Bourdieu (2002), Schumpeter (1961) destaca que o “êxito pessoal na política” (*idem*, p. 346) tende a ser resultado da adoção de uma construção de uma carreira dentro desse campo, não tratando a política como questão de segunda ordem, seguindo o princípio weberiano de a escolher como profissão, algo que o autor expõe como fato encontrado nas democracias contemporâneas, já que o próprio “método democrático cria políticos profissionais” (*idem*, p. 350). Desta feita “o êxito do método democrático” está na seleção não apenas entre o todo da população, mas dentre os que “estão dispostos a encetar uma carreira política” (*idem*, p. 352), o que dentre outras questões, faz com que Schumpeter (1961) se aproxime de Weber (2015) e aprofunde o tipo ideal do político profissional, trazendo ao debate questões não só ligadas a formação profissional e o histórico social, mas também ao que o primeiro considera como precedentes para a atuação política, que produzem uma melhor conduta da democracia.

O “elemento competitivo” (*idem*, p. 341) garante em maior ou menor grau a renovação dos líderes políticos (ou no caso dos governos – dos gabinetes) derivada da contestação das lideranças alçadas ao poder pelo voto²⁷, que com outras concorreram. Aos partidos políticos, o autor atribui a intermediação entre os preeminentes e capacitados entre os demais cidadãos, na constante “luta competitiva pelo poder político” devido ao que interpreta como incapacidade da “massa eleitoral” (*idem*, p. 344) de assim o fazer.

²⁶ Faz tal afirmação citando semelhante inferência de Gaetano Mosca.

²⁷ Questão que será melhor abordada através da poliarquia de Dahl (1997).

Michels (1970)²⁸ apresenta a ideia da burocratização e da elitização dos partidos de esquerda como consequência da competição e não como a política meramente voltada aos que por ela se interessam, como visto em Schumpeter (1961). Com o partido “politicamente maduro” (MICHELS, 1970, p. 227), o principal alvo desses partidos deixa de ser os opressores da classe social (a qual os mesmos representavam), voltando seus ataques políticos aos que conjuntamente a essas agremiações compõem a política institucional, almejando o poder.

Em síntese, ainda que a Lei de Ferro da Oligarquia de Michels (1970) tenha assumido protagonismo no debate da teoria do pensador alemão, é notável que seu maior esforço estava em apresentar o constante distanciamento do princípio de uma democracia do proletariado. Assim, Michels (1970) se torna com sua descrição histórica da constituição e inserção dos partidos de esquerda nas vias institucionais políticas, literatura fundamental para embasar a futura análise, que comportará justamente um período no qual os partidos de esquerda do Brasil tiveram expressivo crescimento na composição do Parlamento nacional, e no caso do presente estudo, mais precisamente, elevaram sua participação na constituição das legislaturas em estudo do Senado Federal.

Através da defesa aberta de Schumpeter (1961) a concessão do processo decisório apenas aos interessados no mundo político, transcursando pela crítica de Michels (1970) a elitização decorrente do viés oligárquico inerente as instituições, somando o olhar da preocupação com a formação histórica que é defrontada com o processo de institucionalização descrito por Panebianco (2005), haverá bases para o confronto com os dados a serem levantados, priorizando a visão de Michels (1970), no que se busca analisar uma casa legislativa composta por lideranças políticas consolidadas, de perfil social distinto, mesmo dentro dos partidos de origem proletária.

2.3 DISPUTA INSTITUCIONAL PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Utilizando e entrelaçando as definições de poliarquia de Dahl (1997) e de dimensão vertical da política de Sartori (1994), a última parte do segundo capítulo terá como enfoque o pensamento de democracia e política para além das instituições partidárias, voltando a tratar de temas como participação política e o impacto da maioria que fica de fora do processo institucional decisório.

²⁸ Sartori (1994) descreve a tríade Mosca, Pareto e Michels (1970) como “escola realista” (SARTORI, 1994, p. 72).

Retomando o caminho inicial utilizado ao revisar a literatura de Weber (2015) e Bourdieu (2002), tendo passado por autores que focam no protagonismo dos líderes políticos, casando as escritas de Dahl (1997) e Sartori (1994) com a análise das estruturas da representatividade política de Manin (1995), será possível melhor abordar a política como um todo, controlada e governada por líderes que sustentam seu poder nos segmentos sociais, concomitantemente lutando para os representar e digladiando entre si pelo controle das instituições políticas.

Segundo a concepção de Dahl (1997) a liberdade que desfrutam os cidadãos ao terem direito ao voto livre em eleições transparentes, paralelamente ao crescimento do número de indivíduos que passam a usufruir dessa prerrogativa, permitem “uma maior contestação pública” e concomitantemente “mais inclusivo [...] o regime” (*idem*, p. 28) se torna. Respeitado semelhante pressuposto, o autor afirma em consonância com Schumpeter (1961) a inexistência da democracia plena, existindo sim “poliarquias” (DAHL, 1997, p. 31) que atendendo aos preceitos da liberdade do indivíduo e a contestação pública, são “regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados” (*idem*), ao migrarem de “regimes hegemônicos e oligarquias”, justamente pela incorporação progressiva do “número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências” passam a ser “levadas em consideração nas decisões políticas” (*idem*, p. 36).

Nas poliarquias “bem estabelecidas”, os indivíduos dispõem de liberdades como “oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se [...] sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente” (*idem*, p. 41), dentre outras condições centradas na pacificidade das disputas políticas. Manin (1995) adota uma linha muito próxima a essa, para o qual a liberdade de expressão e manifestação elucida que um dos princípios da democracia representativa é a capacidade de apoiar a situação ou fazer oposição fora dos meios político-institucionais. Assim, a atuação política em prol ou contrária a maioria²⁹ representativa, divergindo ou não desses, ocorre também entre aqueles que formulam e expressam suas opiniões, demandam direitos e defendem suas bandeiras sem concorrer a mandatos eletivos.

²⁹ Não confundir com a dicotomia maioria x minoria de Sartori (1994), que será explanada a seguir. Aqui se trata de maioria representativa.

Valendo-se das palavras de Sartori (1994): “existem motivos para o conceito de democracia ser difuso e multifacetado. [...] porque a democracia em geral é [...] produto final político (até esta data) da civilização ocidental³⁰” (*idem*, p. 17). O cientista político italiano resume o dilema da “abrangência do conceito” (*idem*, p. 19) de democracia ao mesmo tempo que também se alinha a Schumpeter (1961) e a descreve como sistema político, comungando também com o pensador austríaco na crítica do uso da questão democrática como bandeira política, onde “a teoria da democracia passou de um descritivismo excessivo para uma defesa excessiva do valor” (SARTORI, 1994, p. 20).

Para o autor, a “democracia enquanto tal é uma *macroteoria*³¹” baseada em “generalizações abrangentes” (*idem*, p. 21), que insistentemente é associada a uma realidade política a qual não se adequa. Complementa afirmando que a “democracia política enquanto método, ou enquanto procedimento, deve preceder qualquer grande realização que possamos exigir de uma democracia” (*idem*, p. 29), ou seja, antes de exigências de aprofundamento da participação popular ou de ‘democratização’ socioeconômica, é basilar o processo de escolha de líderes através do escrutínio popular que elege seus representantes.

Fazendo uso da concepção de poliarquia de Dahl (1997), Sartori (1994) afirma que ainda que a democracia não seja empiricamente o que sua descrição representa como um ideal, se a realidade política faz com que o sistema político e a atuação cotidiana no mesmo esteja reduzida a um conjunto de líderes, “uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal” (*idem*, p. 24). A democracia enquanto poliarquia faz com que essa – parafraseando Schumpeter (1961) – não seja um fim em si mesma, distante do seu modo teórico descritivo, é minimamente a capacidade de formação de lideranças e condução política aberta e receptiva as pressões sociais dos cidadãos.

Como também tratado na literatura de Michels (1970), Dahl (1997) rememora que não necessariamente as lideranças políticas traduzem perfeitamente os segmentos sociais que representam através do voto direto. Ainda que a extensão do sufrágio tenha permitido uma maior equidade de direitos aos cidadãos, essa não é premissa, tampouco se verifica como verdadeira uma representação “no sentido puramente estatístico” (*idem*, 43) das camadas sociais.

³⁰ Ainda que o foco do presente estudo não seja o debate acerca das teorias da democracia é importante descrever a visão desses pensadores, já que suas conceituações de democracia desaguam justamente no processo de elitização do processo político.

³¹ Grifo do autor

Manin (1995) marca a eclosão dos partidos de massa como fator transformador da política eleitoral, que associada a extensão do sufrágio que passa a ser universal, transformaram o vínculo representativo, onde a classe trabalhadora obteve a oportunidade de votar em pessoas que compartilhassem de sua realidade socioeconômica. Reforça que o conceito de representação não requer que os eleitos sejam próximos e similares aos que os elegem, sendo esse último fator um provento da classe trabalhadora com a ascensão dos partidos de origem proletária.

O crescente distanciamento entre eleitores e partidos, e mais enfaticamente, o afastamento entre políticos que pleiteiam mandatos e os cidadãos, levam a valorização na estratégia eleitoral de “fatores técnicos que os cidadãos não dominam, [...] aptidões e [...] experiência” (*idem*, p. 05), que promovem a distância entre governantes e governados³².

A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão. Mas, uma vez que deve decidir isso de maneira inteiramente não democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. Um dos aspectos dessa definição pode ser expressado se dizemos que a democracia é o governo dos políticos” (SCHUMPETER, 1961, p. 346)

Sartori (1994) nomeia essa distância como “dimensão vertical da política” (*idem*, p. 181) seu conceito de hierarquia e dominação da maioria por uma minoria. Ao aprofundar sua análise, cita importantes termos presentes no “vocabulário político” que remetem a concentração da política ‘nas mãos de poucos’: “poder, domínio, comando, coerção, governo, Estado” (*idem*, p. 182). Tais sentenças além de presentes nas teorias dos principais clássicos da Ciência Política, são palavras-chave para compreensão da dinâmica político-institucional, tendo como denominador comum uma elite que atua e domina o jogo político.

Assim, Sartori (1994) volta a se alinhar a Schumpeter (1961), numa concepção de democracia como um “sistema de governo” estruturado verticalmente, também no que o pensador italiano aloca os cidadãos eleitores como coadjuvantes do processo político, representando “os alicerces do edifício”, que “embora essenciais, são algo que sustentam uma construção que lhe é sobreposta” (SARTORI, 1994, p. 182), que alçam minorias³³ (nesse

³² Manin (1995) elabora uma crítica sobre as transformações do governo representativo, iniciando sua análise identificando que a mudança da relação entre eleitorado e representantes, levou a uma concepção da possível existência de uma crise de representatividade.

³³ O autor visa de tal modo aprofundar seu conceito de ‘minorias’ não como a parte derrotada do pleito eleitoral e/ou opositora a maioria que forma o governo, mas essa intrincada em múltiplos conceitos e definições, tais como “classe política, classe governante (dominante), elite (s), elite do poder, elite dirigente, minorias dirigentes, lideranças e outras” (*idem*, p. 195).

contexto, as lideranças que exercem o poder político). É importante denotar que ‘minoría’ na teoria do autor, refere-se ao pequeno número que integra o conjunto dominante, o aglomerado que na democracia vertical de Sartori (1994) forma o grupamento representativo, indistinto de maioria ou minoría como alianças políticas ou situação e oposição. Os agrupamentos de maioria social, segundo o autor:

[...] tendem a se dissolver e se compor em torno de cada questão. [...] é um processo de interminável amálgama e dissolução de miríades de grupos e indivíduos. [...] Nas democracias ocidentais, isso raramente ocorreu. A maior parte das vezes, as maiorías concretas de massa também são maiorías intermitentes e móveis que não conseguem sustentar ou produzir um “poder majoritário” em qualquer sentido exato da expressão. [...] O método de maioria indica apenas uma maioria matemática; não indica uma parte maior duradora de uma coletividade (SARTORI, 1994, p. 188-189).

No “argumento vertical”, o “grupo de controle” (*idem*, p. 196) detêm poder – semelhante ao poder dos operadores do campo político de Bourdieu (2002), oriundo de diversas “fontes” (SARTORI, 1994, p. 196), advindo de forças “econômicas ou outras”, exercendo “uma função ou cargo político, e/ou quando atua por meio dos canais políticos e afeta as decisões dos que determinam as políticas concretas” (*idem*). Assim como Mills (1965,1981), Sartori (1994) projeta as múltiplas fontes de poder que influenciam no cotidiano político, outros campos que em intersecção com o ‘campo político’, influem em suas diretrizes e formam sua elite operante.

A democracia vertical de Sartori (1994) é baseada “no ato de eleger e nas eleições – em eleições livres, periódicas e competitivas” (*idem*, p. 189) – o que em muito rememora a concepção de poliarquia de Dahl (1997), onde os eleitores escolhem a classe deliberativa. Esse é um dos pontos mais importantes para compreensão da teoria da democracia de Sartori (1994), que aloca a representatividade não como a escolha dos que traduzem a vontade popular, mas “de decidir sobre quem decide” (*idem*, p. 192), novamente, semelhantemente a Schumpeter (1961) e a Dahl (1997), em especial esse último, que aponta como desnecessário uma representação próxima do perfil estatístico do eleitorado.

Dahl (1997) retoma a temática das preferências e dos interesses passíveis de representação na política”, defendendo que a quantidades de bandeiras, demandas, “oportunidades de expressar [...] e representar preferências políticas” (*idem*, p. 46) tende a ser maior em uma poliarquia. Logo, diferentemente de Schumpeter (1961) que retira qualquer protagonismo do sistema partidário no cotidiano político, Dahl (1997), ainda que o descreva (e reforça) como não sendo “um espelho natural, espontâneo ou inevitável das clivagens sociais” (*idem*, p. 207), trata o conjunto de agremiações partidárias de maneira através da clivagem inerente a poliarquia, com suas fragmentações sociais transladadas ao mundo político.

Assim sendo, a “necessidade de mobilizar um eleitorado maior”, leva a uma inflexão interna no partido em busca de estruturas mais “modernas” e competitivas, aumentando o escopo de “potenciais eleitores” (*idem*, p. 45) atraindo novos membros que se tornam líderes³⁴ (novamente indo ao encontro com a literatura de Michels³⁵). Pois segundo Dahl (1997), com a agregação dessas camadas antes estranhas ao cotidiano político, com o passar do tempo esses passam por um processo de socialização das “normas e práticas da política competitiva já desenvolvida entre as elites” (*idem*, p. 54).

Dahl (1997) complementa que com a maior competição derivada da inclusão no sistema político, “os políticos buscam o apoio dos grupos que agora podem participar mais facilmente da vida política” (*idem*, p. 43). Passam inicialmente a integrar os quadros do sistema representativo “segmentos e camadas até então não representados” (*idem*, p. 44), ou mesmo a terem suas demandas representadas por segmentos da classe média, profissionais liberais, dentre outros, que adotam suas bandeiras.

Dedicando um capítulo em **Poliarquia: Participação e Oposição** exclusivo às desigualdades, sustenta que as “poliarquias inclusivas” desenvolveram-se “em sua maioria, em países industriais avançados”, justamente os quais tinham características de profundas desigualdades sociais, que se traduziam então em disparidades políticas, dificultando assim a contestação e a “competição política” (*idem*, p. 91), pontos tão caros a sua teoria. Assim, o autor cita diversas desproporções sociais que levam ao desequilíbrio dos recursos políticos, desde os privilégios dos mais abastados, até níveis de “popularidade e diversos outros valores” (*idem*, p. 92).

Manin (1995) aprofunda essa análise descrevendo que as bases do governo representativo e a própria representação política pouco se alteraram no decorrer da história, todavia, a relação entre governantes e sociedade, para o autor, foram sendo modificadas com o passar do tempo. Inicialmente, segundo o pensador francês, a relação entre eleitores e representantes era direta, com alto grau de confiança entre os mesmos, onde o processo decorria do voto em função “de uma rede de relações locais, de sua notoriedade social ou da deferência que suscitavam”, “os notáveis” (*idem*, p. 13) eram selecionados através do voto. Com o protagonismo das organizações partidárias, e a formação e ascensão dos partidos de origem

³⁴ Semelhantes aos que já integram o sistema que anteriormente tais camadas não tinham acesso ou direito a escolha.

³⁵ Não apenas o tom adotado ao descrever esse fenômeno distingue Dahl (1997) e Michels (1970): esse último apresenta sua preocupação com a consequente falta de representação das minorias sociais que ao se organizarem em forma de partido e adentrarem a arena político-eleitoral, tendem a perder voz e influência nas diretrizes políticas até mesmo da estrutura partidária que organizaram. Contrariamente, Dahl (1997) coloca esse processo como intrínseco do sistema político.

proletária, há o surgimento de uma nova elite política, focada nos líderes político-partidários, diferentemente da concepção inicial dos partidos revolucionários que apontavam para uma democracia que se encaminhava para levar os cidadãos trabalhadores ao centro do governo.

Na época de sua formação, acreditava-se que os partidos de massa conduziriam o "cidadão comum" ao poder. Aparentemente, a ascensão desses partidos prefigurava não só a falência do notável, como também o fim do elitismo que caracterizava o parlamentarismo. Nos países em que os partidos de massa se baseavam em divisões de classe, havia a crença de que, por meio do partido socialista ou socialdemocrata, a classe operária estaria representada no Parlamento por seus próprios integrantes, os trabalhadores comuns. Michels mostrou, e denunciou com amargura, a distância que separava a liderança da base operária em um partido tipicamente de massa e de classe. Demonstrou que, embora os líderes e deputados do partido tivessem origem social operária, na realidade eles levavam uma vida mais pequeno-burguesa do que proletária. Michels afirmou que os líderes e deputados do partido da classe operária se tornavam diferentes, quando ascendiam ao poder, mas também enfatizou que eles já eram diferentes antes disso. (MANIN, 1995, p. 15)

Se na “democracia de partido” a base da confiança do eleitor migra do representante para o partido, principalmente entre “os eleitores dos partidos de massa” (*idem*, p. 16), o esfacelamento da força partidária e o protagonismo do voto no indivíduo voltam a transformar essa realidade. Há segundo Manin (1995), uma inflexão nos moldes do voto, onde eleitores não demonstram semelhante fidelidade a partidos como outrora, e a figura pessoal do candidato se torna o fator central na disputa, o que é um ponto chave e outra via para compreender os múltiplos fatores do processo de elitização política.

O fato de os eleitores votarem de maneiras tão diferenciadas em tão curto espaço de tempo, chama a atenção de Manin (1995), que marca como uma entre diversas possíveis justificativas para semelhante fenômeno a personalização do voto e do poder. Tanto em regimes parlamentaristas quanto presidencialistas, segundo o autor, a campanha eleitoral foca no líder político que almeja o Executivo. Esse fator é basal para compreender a realidade político-eleitoral brasileira, onde a coincidência das eleições para o Legislativo e Executivo, além de a composição para as casas legislativas se darem através do voto em lista aberta – e mais precisamente, a eleição para o Senado Federal ser majoritária, corroboram ainda mais para o fenômeno da personificação da política.

Dahl (1997) passa por outro ponto importante para as disparidades na atuação política, que como posteriormente apontado por Bourdieu (2002), tange a questão da manutenção das elites no sistema político, das regras e de seus respectivos status no campo. Para Dahl (1997), as elites políticas também podem atuar pelas vias institucionais, usando o Estado para reordenar

os “recursos políticos”, alterando leis, normas e regras de contribuições fiscais e impostos, ou mesmo “impondo limites a contribuições para campanhas políticas” (*idem*, p. 92). Para esse, governo e oposição estão constantemente digladiando, buscando impedir ou no mínimo reprimir suas respectivas capacidades de atuarem e influenciarem as decisões políticas.

Em síntese, desde Weber (2015), passando por Michels (1970), Dahl (1997) e Sartori (1994), em maior ou menor grau, esses descreveram o processo político, centrando ou não no conceito de democracia, como processo restrito, reservado a poucos, não apenas aos que mantêm interesse em participar do processo político institucional, mas principalmente, aos poucos que têm interesse e formação social que os qualifiquem para semelhante processo.

Quanto maior o número de indivíduos que do processo seletivo de lideranças participam, maior a capacidade de mutação do perfil social que atua nas instituições representativas. Com a incorporação de novos grupos, aqueles que se dizem representantes ou mesmo que são oriundos dessas novas camadas integradas, dado o estreitamento do sufrágio, possibilitam modificar o perfil antes hegemônico das lideranças políticas. A hipótese tangenciada, em harmonia com Schumpeter (1961), é de que aberto a contestação pública o processo democrático também se mostra acessível a todos aqueles que queiram participar institucionalmente do processo de seleção de lideranças.

Contrariamente à Bourdieu (2002), que é mais enfático em demonstrar o quanto o campo político é engessado e com barreiras de autoproteção do status político, Dahl (1997) e Sartori (1994) buscam demonstrar que apesar dos entraves a entrada no campo político, a disputa é também pressionada por questões caras a maioria social (que compõe o eleitorado) – ponto melhor abordado por Manin (1995) (que se propõe a tratar justamente da relação representante-eleitorado), por conseguinte, não havendo possibilidade de uma democracia plena e irrestrita, abordam a democracia como campo de disputa das lideranças políticas pela representação social nos meios institucionais. Assim, passa-se para uma leitura de um conjunto de análises focadas no caso brasileiro, em sua maioria embasadas na maior parte das teorias sintetizadas nesse capítulo, em especial na profissionalização política e o capital social que alavanca indivíduos ao campo político.

3 PROFISSIONALIZAÇÃO, CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS (OS RESTRITOS CAMINHOS AO CONGRESSO NACIONAL)

Inicialmente correlato aos oriundos do meio jurídico, o fenômeno da profissionalização política (como transcrito no capítulo anterior) teve sua abordagem reformulada para se adequar à realidade de onde a própria política passou a ser uma profissão ligada ao histórico social, educacional e profissional anterior à investidura do mandato. Sobretudo como tratado por Michels (1970) e Manin (1995), com contribuições também de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), a remuneração parlamentar e os partidos de origem proletária transformaram a política e o perfil dos que são investidos no exercício de mandatos institucionais.

Coradini (2012) rememora as abordagens de Michels (1970) e Weber (2015) quanto a dependência de recursos financeiros para o exercício da profissão política, que para o primeiro, se transformou com o fato de a atividade política ter uma remuneração pública, permitindo a ascensão das camadas que antes estavam fora do meio representativo. Também tratado por Perissinotto e Veiga (2014), para esses como decorrente da consolidação das democracias representativas no decorrer dos séculos XIX e XX, a ‘profissionalização’ se tornou uma peculiaridade das mesmas, onde pessoas se dedicam exclusivamente e têm seus proventos oriundos da atividade política.

Contudo, essa diferenciação inicia antes mesmo da posse do parlamentar; em uma análise das variáveis determinantes para o êxito eleitoral, consideradas como diferenciais entre candidatos derrotados e eleitos, além da famigerada variável do financiamento positivamente relacionado (seu volume) com o número de votos, a posição socio-ocupacional e a experiência política são outros dois fatores determinantes nas urnas. Deste modo, Cervi et al. (2015) questionam a possível autonomia do campo político – embasados no pensamento da representação política de Bourdieu (2002) e a possível profissionalização da política nos termos weberianos. Logo, os autores enfatizam a relevância do *social background* (do político eleito), onde variáveis sociais determinam a elite política da sociedade brasileira. No Brasil, esta elite de profissionais da política evidencia a desigualdade de ascensão a este próprio grupo, como elucidada Coradini (2007):

Nos aspectos que concernem às modalidades de entrada na política eleitoral, ocorre uma forte associação entre posição social e, mais especificamente, a estrutura de capital com base em recursos econômicos, incluindo a entrada na política profissional por intermédio de cargos públicos hierarquicamente elevados. (CORADINI, 2007, p. 184)

Analisando os ‘caminhos’ para o Parlamento, Perissinotto e Miríade (2009) consideram o entendimento das características das elites políticas algo fundamental para compreender o *modus operandi* do sistema político nacional. Para os autores, ao analisar o *social background* dos atores políticos, compreendendo o recrutamento das elites, melhor é o entendimento acerca do que os mesmos descrevem embasados em Dahl (1997) como a poliarquia brasileira.

Herrera (2004) definiu como elite política uma minoria de pessoas que compartilham o poder, de prestígio social e vinculadas a interesses, com altas posições institucionais, consequência do status socioeconômico – o que em muito lembra a descrição de elite por Mills (1965,1981), devido aos níveis acadêmicos, profissionais, e até mesmo questões de gênero e origem territorial. Ainda segundo Herrera (2004), as desigualdades socioeconômicas se traduzem em uma distribuição consequentemente desigual do poder político, sendo a elite política composta por aqueles que formam as instituições representativas e o governo, com componentes de perfil símil, pertencentes as classes abastadas e consideravelmente diferentes das massas da sociedade, que se distinguem antes mesmo dos níveis de escolaridade e renda.

Para Freire (2002) a “diferenciação do sistema político” (*idem*, p. 27) e a profissionalização política, entram em contradição evidente com o ideário democrático baseado na plena inclusão. Imputa como características explicativas e condicionantes da própria profissionalização, além dos cargos eletivos na biografia dos parlamentares, atuação na direção dos partidos e em órgãos vinculados a essas agremiações políticas – rememorando Michels (1970), assim como experiência em cargos estatais, que são a parcela da “modernização do sistema político [...], bem como quanto ao seu eventual fechamento ou abertura relativas” (FREIRE, 2002, p. 28). O autor aponta que no seio do partido político se forma a contradição de que a profissionalização entra em choque com a democratização, onde em sintonia com Bourdieu (2002), Freire (2002) coloca que isso leva a um “certo fechamento da arena política [...] perante as outras esferas da vida social” (*idem*, p. 28), dado que o capital político se torna um diferencial inigualável para as empreitadas políticas.

Perissinotto, Costa e Tribess (2009) atentam para a complexidade do estudo sobre as elites políticas, já que um verdadeiro estudo quanto ao “recrutamento político”, deve considerar outras etapas além do sufrágio eleitoral e mais precisamente, o êxito nas urnas. É preciso considerar o perfil socioeconômico dos eleitos, bem como dos membros dos partidos políticos, para então fazer a comparação, seja com os de outros partidos ou até mesmo da população como um todo. Aqui se demonstra um grande empecilho desta área da Ciência Política, devido à dificuldade para obtenção de dados socioeconômicos dos membros dos partidos que não têm seus nomes nas urnas. Como explicam os autores, não existem critérios técnicos para a atividade

parlamentar; ainda que se encontre um grande número de bacharéis e até mesmo doutores dentro do Parlamento, tal atividade não requer critérios técnicos para sua execução.

Não por acaso, o Senado é definido por Neiva (2011) como “casa de elite” (*idem*, p. 296), devido a quase inexistência do “baixo clero”, bem como pelo histórico de parlamentares que vêm a liderar ex-Governadores, ou até mesmo ex-Presidentes da República integrantes de suas bancadas. Ainda que esse não veja na figura do líder partidário ou de bloco no Senado com tamanha importância como na Câmara dos Deputados (por diversas razões que passam desde o capital político daqueles que auferem o posto de Senador, dando-lhe autonomia, até mesmo pela não instituição oficial do colegiado de líderes), o mesmo reconhece o valor das lideranças de partidos e blocos suprapartidários:

De fato, em diversas situações, os líderes podem responder por suas bancadas e dispõe de importantes poderes de agenda. Eles definem os temas substantivos, estruturam a pauta dos trabalhos, agilizam o processo legislativo e reduzem a incerteza de uma negociação descentralizada. Até mesmo autores que se opõem a essa corrente reconhecem a importância desse grupo na estruturação dos trabalhos legislativos. (NEIVA, 2011, p. 295)

Para Neiva (2011) no que os parlamentares são sobrecarregados de trabalhos e dispõe de poucas informações sobre o todo de matérias que debatem e legislam a respeito, esses buscam “nos líderes partidários uma referência para seus votos” (*idem*, p. 294), tornando esse papel ainda assim central mesmo na Casa de grandes protagonistas da política. O empenho em analisar o *social background* dos Senadores, mais especificamente, dos líderes partidários no Senado Federal, implica em associar o comportamento político e a chegada ao posto de liderança, com sua carreira prévia à profissão política e dentro do meio político eleitoral.

E isso irá reger as próximas subseções, fazendo levantamento de estudos sobre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, apresentando um mosaico de elites, onde quando não o capital econômico eleva indivíduos ao Parlamento, os capitais – social, educacional, religioso e midiático compensam o desprovimento de riquezas, também promovendo a ascensão ao cenário político institucional. Chegados as Casas do Legislativo federal, como será apresentado no transcorrer do presente capítulo, o capital político se torna o principal mecanismo de manutenção da elite política em seus respectivos postos.

Logo, trazendo também levantamentos internacionais que comparam o Senado brasileiro com instituições análogas de outros países, o fenômeno da profissionalização política e o domínio de meios sociais mostrarão que os partidos no Brasil primeiramente se assemelham optando pelos profissionais do campo político, ainda que mantenham suas claras diferenças quanto ao recrutamento de quadros na sociedade. Isto feito, avança-se para a parca, porém

relevante literatura sobre os líderes partidários, que antecederá a análise de dados sobre esses no Senado Federal, foco do próximo capítulo.

3.1 PROFISSIONALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO

Cervi et al. (2015) propõem pensar a democracia brasileira contemporânea através de três processos: primeiramente, a institucionalização (onde há um movimento de continuidade de políticos e partidos, “engessando” o parlamento e dificultando a entrada de novas figuras); segundo: a autonomização do meio político (embasado na teoria do auto funcionamento e autorregulação do campo político, como previamente citado); por fim, a profissionalização da política, mais especificamente, uma maior taxa de sucesso eleitoral dos ‘políticos por profissão’, em relação aqueles sem carreira eleitoral, principalmente no Legislativo. Os autores descrevem os políticos profissionais como os mais bem-sucedidos eleitoralmente, inclusive, com uma clara distinção nas subcategorias desta profissão; candidatos à reeleição obtém ainda maior êxito.

A hierarquização ou mesmo a estruturalização das carreiras políticas no Brasil, devido ao modesto sucesso daqueles que não passam por cargos intermediários, ‘ao acelerarem etapas’ concorrendo a Deputado Federal tendo mandatos de Vereador ou Prefeito, sem passar pela esfera estadual, seja no Legislativo ou no Executivo, é apresentado pelos autores como uma dificuldade de progressão, pela tentativa de saltos na carreira. Ao denominarem este êxito dos profissionais políticos como “taxa de sucesso”, elucidam que tal proporção se deve, mais precisamente, a renovação de mandatos de Deputados que concorreram à reeleição, sendo que aqueles de titularidade de outros mandatos, ainda que tenham obtido uma “taxa de sucesso” duas vezes maior que a dos “não políticos” (*idem*, 195), ambas categorias mantém uma média imensamente inferior à de Deputados que obtiveram reeleição.

Em síntese, para os autores, entre os políticos de carreira (principalmente aqueles oriundos ou atuantes no Legislativo), sua capacidade de vitória nas urnas é maior do que a dos *outsiders*. Mesmo entre os profissionais da política, Vereadores e Deputados Estaduais têm desvantagem ao concorrerem com candidatos à reeleição à Câmara dos Deputados. Mas esta preeminência vai além: não apenas estes políticos têm preferência nos grandes partidos, por serem importantes para o crescimento das bancadas, como os mesmos priorizam as grandes legendas, que aumentam suas chances eleitorais, num claro benefício mútuo.

A capacidade dos *outsiders* está vinculada a questões profissionais e de status econômico, melhor descrito por Coradini (2012), que testa a hipótese da influência da posição social como fator determinante para o triunfo eleitoral. Condicionando a inserção política à posição social, dadas as disponibilidades de tempo e recurso, manutenção econômica e afinidade da atividade profissional com a atuação política, observa-se que este estende a compreensão weberiana acerca da entrada na carreira política, ao que atribui como legitimidade social (*idem*, p. 111) fornecida por certas atividades e formações.

Não apenas a atividade empresarial é um diferencial para a carreira prévia à entrada na política eleitoral; como demonstra Coradini (2007), parlamentares com títulos universitários valorizados socioeconomicamente, ligados a posição de status social, como profissionais da advocacia e da medicina, também predominam no âmbito do Congresso Nacional. O autor também identificou um crescimento do número de parlamentares com histórico de atuação em associações e sindicatos; seu estudo, que abrange a década que vai de 1994 a 2003, apresentou dados importantes no que se refere ao número de ex-representantes de sindicatos de funcionários públicos, trabalhadores rurais e urbanos, mas principalmente, de figuras ligadas ao sindicalismo empresarial, eleitos ao longo do período para cadeiras no Congresso Nacional.

O processo concomitante e interligado do fenômeno da profissionalização política e da burocratização do Estado determinam a “estrutura política”; é no encadeamento dessas circunstâncias que Weber (2015) destaca o papel dos advogados na “política ocidental”. Seja na composição partidária ou na representação nas casas legislativas, o bacharel em Direito é uma figura central da composição política, pois desse se espera conhecimento e habilidade nos trâmites burocráticos, no lidar cotidiano com as legislações vigentes e, mais precisamente, com os regimentos das casas legislativas que integram, requerendo averiguar uma possível predominância de líderes no Senado Federal bacharéis em Direito e que exerceram advocacia previamente aos seus mandatos.

Os bacharéis em Direito e os burocratas do Estado não apenas protagonizaram a teoria do político profissional de Weber (2015), mas segundo Messenberg (2008), também foram figuras centrais na elite política brasileira entre 1989 e 2004, que além do diploma e os cargos burocráticos, concatenaram suas trajetórias políticas fazendo carreira parlamentar longa, com "menores índices de rotatividade partidária, pela experiência de vida parlamentar no âmbito nacional e pela ampla conquista de cargos-chave no poder Legislativo" (*idem*, p. 25). Para além disso, a autora detectou grande número de empresários e figuras com carreiras políticas estruturadas em administrações locais – principalmente estaduais, bem como de membros oriundos de administrações de empresas públicas.

É nesse contexto que Codato, Costa e Massimo (2014) também associam a “ocupação” com a carreira política. Os autores inferem que a profissão prévia à entrada no mundo político é correlacionada, dadas as “habilidades adquiridas” (*idem*, p. 349), que os qualificam para o desempenho nas instituições políticas. Em uníssono com Weber (2015) e Bourdieu (2002), os autores também apontam para o papel dos advogados, que se destacam nos “parlamentos ocidentais” (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014, p. 349) por sua capacidade oratória e seu preparo com a elaboração de peças que envolvem questões legislativas.

Miguel (2003) também aborda as concepções de Bourdieu (2002) de capital político e capital social, em especial como os meios de comunicação (na forma de capital social) servem como trampolim para os *outsiders* que ‘pulam’ etapas naturais do processo de formação da carreira política. No que cresce a hierarquia do campo, mais árdua é a competição, já que quanto menor o número de vagas na instituição em disputa, maior o número de votos necessários para a essa ser alçado.

Os próprios avanços não progressivos na pirâmide dos cargos institucionais políticos, para Miguel (2003), devem-se tanto a projeção que certos cargos trazem, quanto a singularidade do momento (exemplo: a alta rejeição de um político incumbido no mandato que tenta reeleição, bem como a projeção que o campo midiático dá ao *outsider*). Semelhantemente aos exemplos do campo econômico e do campo cultural em Bourdieu (2002), Miguel (2003) mostra as configurações que outras formas de capital se convertem em capital político, fatores que serão rememorados posteriormente ao tratar do capital religioso e do capital midiático nos estudos de Rodrigues (2009).

No caso do Senado Federal, onde a cada quatro anos apenas uma ou duas vagas por estado são abertas, políticos de carreira competem com *outsiders* dotados de amplo capital social, o que torna interessante estudar a hierarquia dos cargos políticos, já que se sabe que o Senado está no topo do Legislativo e é junto do posto de Governador, o último cargo eletivo abaixo da Presidência da República. Sabendo da preeminência dos políticos profissionais e da importância do diploma universitário – com o histórico caso dos formados em Direito, avança-se para um apanhado dos estudos de caso sobre o Parlamento brasileiro.

3.2 OCUPAÇÕES, CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS – O CASO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gaxie (2012) evidencia que a base social do partido e o eleitorado cativo da legenda influenciam no tipo de candidato que são recrutados; ao mesmo tempo, esses “laços que cada organização mantém com a estrutura social” (*idem*, p. 190) são para o autor o conflito entre as faces da elite, como a intelectual frente a econômica ou a dos burocratas contra os profissionais liberais, melhor colocado pelo próprio como “dominantes [...] do capital cultural; dominados, do ponto de vista da posse do capital econômico” (*idem*, p. 197). Antagonismo de membros da elite, controladores de distintos capitais que os projetam no campo político.

Influenciado por Bourdieu (2002), descreve um “mercado social” (GAXIE, 2012, p. 195) onde as posições dos indivíduos são exercidas de acordo com a origem de cada e as titulações recebidas pelo ensino, complementando sua lógica da correlação da “posição social de origem [...] dos políticos [com] as posições ocupadas na hierarquia política” (*idem*, p. 165). Para isso, forma um estudo de caso do *background* dos políticos de diferentes partidos, concluindo ser possível apontar perfis de profissões entre os recrutados pelas agremiações partidárias francesas.

Segundo o autor, há na política francesa uma super-representação das classes superiores, havendo interesse mútuo entre os polos da esquerda e da direita pela competição política, que opõe os intelectuais, professores e funcionários públicos (na esquerda) ao empresariado, latifundiários e os profissionais liberais (na direita). Nesse mercado político formado pelo topo do mercado social, Gaxie (2012) faz lembrar Michels (1970) no que define como progressão do número de membros da hierarquia social na elite partidária, maior ainda entre os candidatos. Ao presente trabalho, interessa verificar similaridade ou dissonância entre os perfis dos Senadores e os líderes de blocos e bancadas, visando averiguar proximidade ou existência de uma elite entre a própria elite política.

Essas informações são muito próximas das conclusões de Rodrigues (2002,2009) acerca das profissões dos parlamentares brasileiros antes desses chegarem ao Congresso Nacional. Focado na Câmara dos Deputados, o autor analisou a composição social dos partidos, averiguando as origens socioeconômicas dos Deputados na expectativa que essas fossem condizentes com o posicionamento do partido no espectro ideológico esquerda-direita. Rodrigues (2002) encontrou um grande número de professores – indistintamente ao gênero, nos partidos de esquerda, junto dos trabalhadores rurais e industriais (principalmente no Partido dos Trabalhadores), entre os Deputados que tomaram posse em fevereiro de 1999.

Enquanto isso, os profissionais liberais formaram de um quinto a metade da composição social das bancadas estudadas pelo autor, indiferente do posicionamento ideológico dos partidos, muito devido ao grande número de advogados na Casa. Se os profissionais intelectuais se fizeram cada vez mais presentes nos partidos de acordo com o avanço para a esquerda, contrariamente, quanto mais em direção à direita, maior o número de empresários que compunham o *background* social dos parlamentares.

Rodrigues (2009) voltou a analisar a composição da Câmara dos Deputados através dos resultados das eleições de 1998 e 2002, defendendo haver um paulatino processo de transformação da composição da classe política nacional, decorrente principalmente da incorporação de estratos da classe média e dos setores de baixa renda. Ainda que o movimento (descrito pelo autor como popularização da política no Brasil) tenha levado setores antes estranhos a Câmara Baixa a mandatos de Deputados, o próprio não deixa de apresentar constatações muito próximas as de Michels (1970), onde mesmo os representantes das camadas menos abastadas, passaram pela socialização entre a elite de suas esferas, distanciando-se gradativamente do trabalho efetivo da divisão que representam.

Acreditamos que, na maioria das vezes, houve ascensão ou permanência no mesmo nível social porque a entrada para a política, especialmente a chegada à CD³⁶, já é indicativa de algum progresso socioeconômico anterior. Mesmo os deputados que foram trabalhadores rurais, que, em termos de origem social, são os que vieram mais de baixo, antes de entrarem para vida pública já tinham ascendido socialmente ao se tornarem sindicalistas e chegado à direção de um sindicato importante que lhes serviu de trampolim para entrar na política (RODRIGUES, 2009, p. 12).

Outro ponto importante apresentado por Rodrigues (2009), é como o capital religioso se mostrou uma plataforma para ascensão de parlamentares nos partidos de centro e direita, tão importante quanto o sindicalismo para os que obtiveram mandatos pelos partidos de esquerda. Outro capital amplamente conversível em capital político é o capital midiático, ainda que o autor aponte seu pequeno número na composição da Câmara, é importante retratar como esses dominam princípios basilares do tipo ideal do político profissional, como oratória e persuasão, perpetuados pela literatura weberiana, que como anteriormente afirmado ao apresentar os estudos de Miguel (2003), permitem essas figuras que mantém contato indireto (porém constante) com a população, serem elevados ao Congresso Nacional.

³⁶ Câmara dos Deputados (CD).

A “mídia interfere na estrutura da carreira política” (MIGUEL, 2003, p. 116), pois o político com mandato tanto usa os meios midiáticos para se promover e manter seu capital político – sustentando o destaque que busca ter junto ao seu eleitorado cativo (pensando no próximo pleito eleitoral), como por vezes esse enfrenta em sua tentativa de reeleição aqueles que formaram nela seu capital social com a “alta visibilidade midiática” (*idem*), não havendo o que o autor chama de um progresso esperado da carreira política através da hierarquia da relevância dos cargos eletivos.

Mas no que a mídia forma potenciais candidatos, ao retroalimentar o capital político daqueles investidos em mandatos, Miguel (2003) reconhece como os oriundos do campo midiático enfrentam figuras que passaram pelo “treinamento ou socialização em funções inferiores” (*idem*, p. 128) que apenas a carreira política pode trazer. Em seu estudo de caso focado na Câmara dos Deputados, a profissionalização nos moldes de Weber (2015) se estendeu até ao PT, que no pós-ditadura tinha quase em plenitude estreantes nas urnas entre os eleitos – trazendo à tona como fato histórico a “estrutura em movimento” apontada por Panebianco (2005), “gênese” ‘versus’ “institucionalização” (*idem*, p. 92), onde o partido, como bem descrito por Michels (1970), intenciona o crescimento e se burocratiza para ser mais competitivo.

Nada disso retirou o protagonismo dos “quatro grandes grupos profissionais e ocupacionais – empresários, profissionais liberais, funcionários do setor público e professores [...] os principais celeiros de abastecimento da classe política brasileira” (RODRIGUES, 2009, p. 49). Profissionais da saúde, membros da classe jurídica, engenheiros, profissionais da educação e os empresários (indistintamente, de pequeno, médio e grande porte), como recordado pelo autor, estão em constante contato com a população e/ou, dispõem de tempo e flexibilidade em suas profissões para participarem da atividade política (e viverem para a política antes de viverem da política).

Os dados mostrados por Rodrigues (2002,2009) foram posteriormente corroborados pelo levantamento de Perissinoto e Miriade (2009), que avaliando os Deputados eleitos em 2006, concluem que em partidos de direita e de centro há “uma posição social mais elevada”, enquanto que existe “uma tendência a posições sociais médias e baixas nos partidos de esquerda” (*idem*, p. 312). Universal em todas as linhas ideológicas, está a presença de políticos profissionais, que em quase todos os casos foram quase a metade dos políticos eleitos.

Indiferente da profissão ou do título escolar, esses transformam seu capital social em capital político, valendo-se dos benefícios dos contatos pessoais, da prática da oratória, da flexibilização de suas agendas, da popularidade no meio social, das portas que suas trajetórias abrem... Desta feita, o que o autor constata é que não houve uma transformação no recrutamento das legendas partidárias, mas sim uma alteração na composição da Câmara como um todo pelo avanço dos partidos de esquerda e a perda de terreno dos partidos de direita entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. Trocando em miúdos, a morfologia do Legislativo federal decorre muito mais do resultado eleitoral do que quaisquer mudanças significativas na sociedade, mostrando que o avanço da classe média e das camadas populares, decorreram do movimento de esgotamento da aliança de centro-direita que compôs a gestão de Fernando Henrique Cardoso e a ascensão que ocorria na primeira metade da década de 2000 da aliança de centro-esquerda que protagonizou os mandatos de Lula na Presidência da República.

De fato, é possível observar traços das teorias de Schumpeter (1961) e Sartori (1994) quando se analisa os levantamentos da composição do Parlamento brasileiro pós-ditadura (1964-1985/1989) até a primeira década do século XXI, já que o meio político esteve alcançável não apenas aos mais abastados, mas aos que tiveram a “vontade eficaz” (SCHUMPETER, 1961, p. 318) que o economista austríaco colocou como pressuposto para o bom andamento do regime democrático, considerando a presença de professores e sindicalistas operários no Congresso Nacional.

Todavia, valendo-se da “dimensão vertical da política” (SARTORI, 1994, p. 181), não apenas uma minoria regeu uma maioria social, mas a hierarquização social prevaleceu como via para chegada ao Parlamento. Mesmo entre os partidos de esquerda que recrutaram maior número de indivíduos que não compunham o rol de profissões ligadas a altos recursos econômicos, como mostrado por Rodrigues (2002,2009) e embasado em Gaxie (2012), quando esses não se encontravam no topo da pirâmide do poderio econômico, distinguiram-se pelos recursos educacionais.

Aqui não cabe juízo de valor sobre o que melhor seria para a representação política, mas sim atestar que na hierarquia da política institucional, a fim de chegar aos mais altos cargos elegíveis, há caminhos a serem trilhados no intuito de construção de recursos e ‘capitais’ que estruturam essa chegada. Como anteriormente afirmado, na presente escrita o objetivo é averiguar se entre os membros do topo do Legislativo (mais precisamente, os Senadores), há diferenciação entre o corpo das bancadas e seus líderes, assim passa-se a recapitulação dos estudos referentes ao Senado Federal.

3.3 O SENADO FEDERAL

Avançando para os poucos estudos acerca do Senado Federal, como elucidada Neiva (2011), há uma lacuna na Ciência Política brasileira devido ao pequeno número de pesquisas abordando o Senado, posicionamento corroborado por Araújo (2011) que aponta o “reduzido leque de conhecimento sobre a representação no Senado” (*idem*, p. 550). O foco na Câmara dos Deputados, segundo Neiva (2011), faz com que estudos quanto a Casa da Federação estejam “engatinhando”. O autor marca como características relevantes do Legislativo brasileiro a centralização na figura do indivíduo, decorrente do sistema de voto em lista aberta, tornando os legisladores “individualistas e autônomos” (*idem*, p. 290), o que contribui para a formação de carreiras longevas e a construção de uma base eleitoral que permita a chegada ao Senado Federal, que tem uma eleição majoritária.

Lemos e Ranincheski (2008) analisaram as carreiras políticas dos Senadores eleitos ao longo da década de 1990 para constatar que os Senadores além de mais experientes que os Deputados, quando analisado o seleto número de indicados para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) durante o período em estudo, dispunham de ainda mais longevas carreiras no meio político. Tal constatação é um indício de quanto mais importante o papel desempenhado pelo Senador dentro da própria Casa, maior a profissionalização política e o que as autoras intitulam como socialização política – os cargos obtidos nas urnas ou por nomeação dessas figuras em estudo.

A metodologia adota pelas autoras conflita com a compreensão que aqui está sendo utilizada, já que o *social background* descrito pelas mesmas está focado na carreira institucional do político e não no perfil socioeconômico e os papéis exercidos em meios não institucionais (trajetórias políticas) que promoveram esses indivíduos do campo social ao campo político. Esse empecilho não impede de utilizar algumas das verificações por elas levantadas, que detectaram na “*expertise* política de que são portadores” os Senadores em estudo, um “intercruzamento entre os poderes Legislativo e Executivo” (*idem*, p. 88) na formação de suas carreiras. A *expertise* legislativa e a formação de carreiras duradouras advêm também do que bem pontuado por Llanos e Sánchez (2008) – jaz no tempo maior de mandato dos Senadores em relação aos Deputados; os primeiros não precisam pensar imediatamente na próxima eleição, tendo tempo mais flexível para também driblarem crises envoltas em suas figuras ou em seus partidos.

De tal forma, Lemos e Ranincheski (2008) apuraram o já esperado perfil destoante dos Senadores com a “morfologia social brasileira (*idem*, p. 97)³⁷, com parlamentares majoritariamente homens, com média de idade acima dos cinquenta anos, quase em sua totalidade com formação até o ensino superior. Quando voltadas para a carreira institucional desses políticos, as autoras optaram por resumir o curriculum dos parlamentares, agrupando os dados por esfera (valendo assim o mais alto cargo ocupado por cada político no Executivo e no Legislativo); tal simplificação pode distorcer o estudo, pois encobre pontos importantes das carreiras. Um Senador que passou por toda linha legislativa não pode ser igualado a um que começou já como Deputado Federal.

A escolha para estudar as carreiras dos Senadores por Llanos e Sánchez (2008) incorre no mesmo método abreviativo de Lemos e Ranincheski (2008); os primeiros definiram como experiência o quão elevado foi o último cargo político, preferencialmente se o parlamentar foi reeleito para o cargo de Senador. A quadra de autores trabalhou como experiência a importância do membro na passagem pela hierarquia dos cargos públicos, todavia, há figuras que construíram suas carreiras nas urnas, outras em cargos importantes junto as esferas estadual e federal, o que faz com que essa sintetização deixe de captar a trilha que formou determinado protagonismo político.

Araújo (2011) também incide nesse mesmo vício reducionista, valendo-se do posto mais alto ocupado por um Senador na hierarquia dos cargos, abstraindo assim dados de construção de carreiras, valorizando o status que o mais elevado posto traz a biografia do parlamentar imediatamente antes de seu mandato no Senado. Quase dois terços dos Senadores estudados tiveram experiência em “cargos legislativos antes de atuarem no Senado” (ARAÚJO, 2011, p. 571), com menor experiência entre os Senadores dos partidos de esquerda, em parte justificável por o período analisado pelo autor abarcar o pós-ditadura, onde muitos políticos da esquerda estavam reassumindo seus direitos de concorrer a mandatos eletivos.

O condensamento dos dados das carreiras pode ser algo perigoso, pois no que os autores dividiram os “Senadores vindos, [...] de um cargo de menos experiência, como a Câmara dos Deputados [em] [...] classificados somente como tendo mais experiência se eles tiveram a oportunidade de ocupar os cargos de Ministros” (LLANOS; SÁNCHEZ, 2008, p. 141) permite

³⁷ Quanto à formação acadêmica, além de agrupar essa elite intelectual nacional, houve a “predominância ainda dos bacharéis em Direito” (LEMOS; RANINCHESKI, p. 102, 2008), mas que diminui gradativamente a cada uma das três Legislaturas da década de 1990. Muito importante colocar que para as autoras, “outsiders, ou novatos” (*idem*, p. 103) eram um número ínfimo entre os Senadores, mostrando que o mecanismo de seleção eleitoral privilegia para a Câmara Alta os profissionais políticos, sendo detectado por Lemos e Ranincheski (2008) um grande número de ex-Governadores, ex-Ministros de Estado e ex-Secretários estaduais.

que um *outsider* que ascende a um Ministério e posteriormente seja eleito Senador, tenha maior relevância na análise do que um Deputado várias vezes reeleito. Mesmo que valorizando status do posto ao invés da longevidade na política, Lemos e Ranincheski (2008) descreveram o Senado brasileiro como “uma casa muito elitista” (*idem*, p. 144) tanto pela experiência política quanto pelo grande número de bacharéis em Direito, economistas, engenheiros e médicos.

Mas voltando os olhos para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), como anteriormente afirmado, as autoras se depararam com um panorama ainda mais seletivo. Ao passo que a participação feminina era ínfima como no Plenário, Senadores acima da média da faixa etária do todo da Casa, ex-Governadores, ex-Ministros e predominantemente os bacharéis em Direito (o que, conseqüentemente, manteve o já grande número de diplomados no ensino superior páreo com o encontrado no total de componentes do Senado) foram maioria entre os membros da CCJ.

Para as autoras, “se não há novatos no Senado, menos ainda na CCJ” (*idem*, p. 113), e essa triagem criteriosa é o que se espera encontrar entre os líderes de partidos e bancadas suprapartidárias, com líderes experientes politicamente e *background* social que os distingue de seus próprios pares já componentes da elite. Não por acaso, pouco se estuda o Senado, pois já se espera o que encontrar. Mas como bem colocado por Neiva e Soares (2013), é necessário melhor investigar esse senso comum a respeito do Senado Federal e elucidar o que o compõe e estabelece.

A elite política se encontra no Senado Federal, não apenas pelo próprio sistema eleitoral majoritário que já dificulta a chegada de iniciantes a Casa da Federação, mas como elencado por Lemos e Ranincheski (2008), ainda que membros da elite do Executivo que formaram suas carreiras através de nomeação também tenham auferido o posto de Senador, há época do estudo a maioria absoluta tinha passagem por outros cargos legislativos, tornando o Senado Federal a casa dos *experts* na produção legislativa.

Não apenas no Brasil isso ocorre: Llanos e Sánchez (2008) fizeram uma análise comparativa das carreiras e do *social background* dos Senadores do Brasil, com seus homólogos da Argentina, Chile e Uruguai, justamente partindo da expectativa de encontrarem parlamentares com carreiras sólidas, formação no ensino superior e de maior nível de idade em relação aos Deputados Federais, pois é isso que se espera quando se fala de Senado. Segundo os autores, com exceção da Argentina que sofreu o impacto das reformas constitucionais que impuseram quota mínima para eleição de mulheres, com menores índices de diplomados em universidades e Senadores mais jovens, os demais países têm Senados de perfil similar.

Ainda que em menor quantidade, a diplomação universitária foi também na Argentina um provedor de capital social que alavancou figuras ao Senado local. Mellado (2015) coloca que o fator de formação no ensino superior teve efeito homogeneizador nos partidos políticos no recrutamento de candidatos à Câmara Alta argentina. Quanto mais alto o cargo na hierarquia legislativa da Argentina, maior a presença de advogados, bem colocado pela autora e em consenso com as afirmações de Codato, Costa e Massimo (2014) previamente expostas, como formação provedora de conhecimento técnico para a atividade política no Legislativo, pensamento que estende as “atividades universitárias” que promovem “domínio de uma série de práticas que se traduzem em habilidades políticas” (*idem*, p. 173).

Bottinelli (2008) acrescenta discorrendo sobre os padrões comuns das carreiras dos Senadores uruguaios, com passagens por cargos legislativos e executivos, melhor descrito pelo próprio como uma circularidade por distintos cargos até a chegada ao Senado do Uruguai corroborado por uma “continuidade no Parlamento”, com Senadores progressivamente avançando do posto de Deputado para Senador. No que o autor enfoca nos cargos da “órbita pública” (*idem*, p. 34) para explicar a profissionalização política dos Senadores uruguaios, também com primazia define o que se compreende da política como profissão, nada mais do que “o tempo dedicado a carreira” (*idem*, p. 40), focando no aspecto institucional político.

Bohn (2008) também faz uma análise comparativa do Senado brasileiro, todavia, em relação à Câmara Alta estadunidense, mais precisamente no que tange as candidaturas e eleições de mulheres. Segundo a autora, não apenas em “países redemocratizados, como o Brasil, mas também em democracias avançadas, como os Estados Unidos da América” (*idem*, p. 151) as disparidades de gênero são ainda maiores no Senado. Discorrendo sobre os caminhos e os obstáculos das candidatas, aponta que quando também profissionais da política, as mulheres têm grandes chances de chegarem à Casa da Federação, fazendo com que sua pequena participação na composição senatorial decorra do pequeno número de mulheres com ampla experiência no campo político.

Um dos grandes destaques do levantamento de Bohn (2008) é como as mulheres tentam compensar o desprovimento de sólidas carreiras políticas com o histórico educacional, no que a autora aponta para o grande número de bacharelas em Direito e professoras, muitas com pós-graduação, havendo maior número de Senadoras com diploma universitário do que o já elevado número de seus colegas homens com semelhante titulação, no que o diploma serve como porta de entrada mais importante para as mulheres, compensando em instrução educacional as barreiras a formação de longa carreira política. Mellado (2015) também encontra esse efeito compensador entre os desprovidos de capital político familiar, contudo, com a diplomação

universitária valendo de substitutivo ao sobrenome político não apenas entre as mulheres, mas para além da questão de gênero.

No entanto, como o estudo de Bohn (2008) abriga as mulheres que chegaram ao Senado e não necessariamente as que foram eleitas, a autora aponta que em metade dos casos, mulheres suplentes de Senadores do gênero masculino acabaram assumindo o mandato por afastamento, licença, dentre outros motivos que ausentaram os titulares. Positivamente, Bohn (2008) descreve as Senadoras brasileiras com carreiras políticas mais consistentes que as americanas, onde oito em cada dez constituíram suas carreiras nas urnas; ainda que distribuídas por todas as legendas, segundo a autora, a esquerda foi a que mais elegeu mulheres ao Senado, enquanto a direita teve maior número de suplentes que assumiram o mandato em andamento.

Essa constatação é revalidada pelo estudo de Araújo (2011) que encontrou um número mais de três vezes maior de mulheres eleitas pelos partidos de esquerda em relação aos de direita e mais que o quádruplo de mulheres eleitas por partidos de centro. Llanos e Sánchez (2008) trazem um apontamento importante no que se refere ao debate da participação de mulheres no Senado brasileiro: A estatística levantada pelos mesmos comprovou que quando em disputa duas cadeiras simultaneamente para o Senado, as mulheres obtêm maiores chances de chegarem à Câmara Alta.

Araújo (2011) reforça os poucos estudos referentes ao *social background* dos Senadores, dividindo sua análise por partidos de espectros ideológicos “de esquerda, centro e direita” (*idem*, p. 552) que elegeram Senadores entre 1989 e 2006. Seu levantamento constatou que os partidos de esquerda foram também mais abertos a candidatos mais jovens, onde o elevado nível de graduados no Senado Federal (que de acordo com o autor foram de 85% entre o período estudado), era ainda maior entre os que compunham o rol de partidos dessa linha ideológica.

Avigorando os levantamentos de Bohn (2008) e de Lemos e Ranincheski (2008), Araújo (2011) sinalizou um grande volume de bacharéis em Direito entre os Senadores da Nova República, assim como médicos, economistas, engenheiros e administradores; em sintonia com as afirmações de Rodrigues (2002,2009) sobre a Câmara dos Deputados, Araújo (2011) identificou no Senado um maior destaque “nas ciências naturais e no magistério” entre os parlamentares de esquerda, havendo paridade entre os Senadores formados em “economia, engenharia, medicina e humanidades” (*idem*, p. 564) dos mais diversos partidos, ao passo que em uníssono com Rodrigues (2002,2009), confirma o grande número de empresários entre os parlamentares de direita (diferentemente da Câmara, com também elevado grau desses em

partidos de centro), enquanto os “advindos da chamada classe trabalhadora – metalúrgicos, comerciários e afins” (ARAÚJO, 2011, p. 565) dominaram os partidos de esquerda.

A força do empresariado no Senado é ratificada por Costa, Costa e Nunes (2014), que em análise das ocupações prévias dos Senadores eleitos entre 1986 e 2010, localizaram de pouco menos de um quarto até quase 40% dos membros da Casa composta por empresários, equitativamente aos dados apresentados por Araújo (2011), tal qual Costa e Codato (2012), em sua maioria nos partidos de centro (especialmente no PMDB) e de direita. Reforçando os demais estudos recentemente apresentados, Costa, Costa e Nunes (2014) constataram que os níveis de diplomação universitária entre os Senadores do período foram maiores entre os de partidos de esquerda.

Progredindo para um diagnóstico para além das verificações dos demais autores, no que concluem que “em que se sobe na hierarquia institucional, a vantagem socioeconômica dos empresários parece importar cada vez menos” (*idem*, p. 246), já que a experiência em outros cargos políticos dos Senadores empresários é tão grande quanto das demais profissões, mostra uma dificuldade do capital econômico em auxiliar a ‘furar a fila’ de chegada na Casa da Federação durante o período estudado. Em verdade, apesar do processo de redemocratização entre 1985 e 1989, que permitiu “que o Senado [...] [tenha se tornado] mais complexo”, abrindo-se para uma maior “variedade de categorias profissionais” (NEIVA; IZUMI, 2014, p. 182-183), ainda que na avaliação histórica do Império a Nova República o Senado tenha reduzido o número de magistrados, militares e empresários do meio rural, enquanto os professores e os empresários urbanos galgaram espaço na mais alta casa legislativa do Brasil, segundo Neiva e Izumi (2014), junto dessas profissões os advogados auxiliaram para a “estabilidade e a manutenção do *status quo*” desde a República Populista (1945-1964).

Codato et al. (2016) também realizaram estudo de maior longevidade dos aspectos das carreiras políticas dos Senadores eleitos em distintos períodos da República, que como ressaltado pelos autores, ainda que em diferentes regimes “democracia populista (1945-1964), a ditadura militar (1964-1979) e o regime de transição para a democracia liberal (1979-1990) [...] as regras eleitorais (sistema majoritário) permaneceram constantes” (*idem*, p. 47). Os mesmos concluíram que com a retomada da democracia, as características das carreiras dos Senadores eleitos voltaram aos parâmetros da democracia populista, inclusive com constante número de empresários e de profissionais do meio jurídico.

Contudo, análogas afirmações precisam ser tratadas com cuidado, a avaliação desse último conjunto de autores derrapa em aglutinações que podem transmitir resultados dúbios, já que nos dados apresentados, não há distinção entre professores, militares e outras carreiras do funcionalismo público, bem como as profissões jurídicas englobam advogados, juízes e promotores. Quando abordam a média de “posições públicas” (*idem*, p. 56) dos Senadores eleitos nos quarenta e cinco anos estudados, apontam uma média que varia entre quatro e seis (em quase meio século, parte regidos por uma ditadura que extinguiu importantes membros da classe política dos cargos do Executivo, tais números tão próximos não representam importantes conclusões). Além do mais, cargos de nomeação política podem elevar a média pelo tempo impreciso (dias, semanas, meses ou anos) de permanência nesses postos; um político pode ocupar um cargo no Executivo enquanto investido em mandato no Legislativo (contagem dupla para o banco de dados), bem como é possível exercer um cargo municipal, outro estadual e um federal ao longo de um mesmo ano.

Feitas essas ressalvas, Codato et al. (2016) mostram que há uma diversificação da formação dos Senadores com a reintrodução do multipartidarismo e a redemocratização, ainda que tenha permanecido, conseqüentemente, o grande volume de bacharéis na Casa da Federação, que segundo os mesmos, também se tornou relativamente mais jovem. Ainda assim os Senadores eleitos no período de transição tinham média de idade próxima de 50 anos e tempo médio de carreira política próximo à média da democracia populista, suavizando a elitização do Senado sem deixar de priorizar o diploma de ensino superior e a experiência política.

Essas características são basilares para entender a trajetória política dos Senadores, os títulos educacionais e as profissões exercidas, além de outras características sociais explicam “as formas e os graus de socialização no mundo político [no que] [...] atributos de posição social [...] podem impulsionar ou breçar carreiras políticas” (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014, p. 347) havendo uma correlação com o cargo pretendido e o quanto a profissão alça esse candidato ao posto almejado.

Costa e Codato (2012) pontuam que o Senado se diversifica mais quando há duas cadeiras em disputa na eleição, diminuindo assim o número de empresários na proporção da composição da Casa – e segundo Llanos e Sánchez (2008), também o número de homens; quando na eleição há apenas uma cadeira sendo concorrida, sobrepõem-se os quadros mais tradicionais. Conseqüentemente, com o aumento do número de políticos com carreiras mais extensas, os autores afirmam que o Senado vem se fechando para os “políticos ocasionais (*outsiders*, franco atiradores, etc.)” (*idem*, p. 17), reforçando as constatações de Rodrigues (2002,2009) e de Perissinoto e Miríade (2009), ao mesmo passo que vai ao encontro do

levantamento de Cervi et al. (2015), mostrando a dominação dos políticos profissionais – semelhantemente ao levantamento de Araújo (2011), quanto mais à direita do espectro ideológico, maior o índice de carreiras mais longas na política.

Certamente um dos pontos mais importantes e que reforça a relevância da experiência política é a detecção de Costa, Costa e Nunes (2014), onde indiferente da profissão prévia ou titulação escolar, a experiência política dos Senadores é análoga. Isso recai nas literaturas de Panebianco (2005) e Schumpeter (1961), em especial na do primeiro que explanou a elitização política como regularidade, prognose da estratégia e da disputa política para formação e manutenção de lideranças.

Compreende-se assim, que na hierarquia dos cargos a experiência política é primordial. A disputa ao Senado Federal privilegia os políticos profissionais, inclusive sendo o capital político o fator que contrabalança o privilégio dos recursos econômicos, para além de permitir maior diversidade de gênero na Casa da Federação. Contudo, como evidenciado segundo os levantamentos aqui apresentados, quanto mais restrita a eleição, maior a incidência dos quadros tradicionais, pois se o Senado se mostra mais restrito que a Câmara as diversidades sociais, por serem 81 membros (três por cada Unidade da Federação), se a disputa se fecha a apenas uma cadeira por eleição, ainda maiores as chances de repetição da vitória daqueles de perfis habituais.

Logo em seguida, os diplomas universitários serviram como maior utensílio dentre o capital social para projeção no campo político, em especial entre os parlamentares de esquerda, outrora excluídos do processo político. Todavia, novamente incorrendo no estrategismo relatado por Panebianco (2005) e em sintonia com o estudo de caso de Lemos e Ranincheski (2008) sobre a CCJ do Senado, aos partidos (principalmente aqueles com chances de chegada ao Palácio do Planalto) é pertinente recrutar quadros bem formados, pois em Comissões permanentes a agenda de votação requer um mínimo de conhecimento técnico e familiaridade com questões burocráticas para o bom trâmite das matérias de interesse do Executivo. Tudo isso reforça o Senado como uma casa de elite, se não da elite política formada pelos de longa carreira, da elite social. Dentre esses, especialmente os que auxiliam no trânsito das votações, aqueles que lideram essa elite, tema da última e próxima subseção.

3.4 OS LÍDERES ENTRE AS LIDERANÇAS

A abordagem culturalista de Messenberg (2008), ainda que não sendo propriamente idêntica à metodologia aqui utilizada, traz alguns aspectos reflexivos importantes para a presente escrita, em especial no que a autora pontua como correlação entre o comportamento político parlamentar com a identidade regional dos congressistas. Isso de antemão coloca como primordial na próxima seção averiguar um possível predomínio regional nos postos de líderes de partidos e de bancadas no Senado Federal. Contudo, anteriormente, é importante diferenciar que a elite parlamentar trabalhada pela autora pode se referir a diversas lideranças e não exclusivamente aos líderes.

Messenberg (2008) vai a fundo nos perfis das lideranças, que define como os que influenciam os processos decisórios no Congresso e conseqüentemente na sociedade como um todo. A autora, ao reunir “o perfil sociocultural, econômico e ideológico dos membros da elite parlamentar”, além da trajetória política e outras características da atuação legislativa, traz profunda conclusão para compreender a elite política, definindo-a como “unidade e distinção e, como tal, comporta no seu ser e agir homogeneidades e diferenças que afloram ou recolhem-se, de acordo com o enfoque escolhido para iluminar a sua investigação” (*idem*, p. 24).

A divisão feita pela socióloga em “três agrupamentos de elite” que representam três das cinco regiões brasileiras (Nordeste, Sudeste e Sul), traz consigo outro ponto de impacto a ser aqui verificado: Messenberg (2008) não encontrou número significativo de membros oriundos dos estados das regiões Centro-Oeste e Norte “no seio da elite parlamentar” (*idem*, p. 24). O protagonismo histórico e econômico da região Sudeste mostrou resultado no estudo da autora, assim como semelhante característica histórica e a força numérica das unidades federativas da região Nordeste. Seriam os líderes partidários e suprapartidários no Senado Federal também majoritariamente advindos das regiões Nordeste e Sudeste?

Grandes lideranças dos partidos não necessariamente ocupam os postos institucionais das lideranças de bancadas, pois como aqui será apresentado nesse estudo, José Sarney (ex-Presidente da República e ex-Presidente do Senado Federal) jamais ocupou o cargo de líder de seu partido – PMDB, sendo sempre uma liderança atuante dentro da Casa da Federação. Assim como não é de se esperar que o líder de uma bancada exerça pressão sobre grandes lideranças muitas vezes maiores que esse próprio representante do grupo, essa distinção prévia serve para não haver confusão entre a delimitação da autora e a que está sendo aqui estudada.

Feito o discernimento entre os conceitos de líder e liderança que serão trabalhados, novamente se valendo das escritas de Messenberg (2008), a socióloga aponta o consentimento entre os que atuam na política e os que a estudam, de que o processo político decisório dentro do Legislativo está restrito aos poucos que têm capacidade de impor diretrizes. Contudo, ainda que essa seja uma lógica plausível para distinguir o baixo do alto clero nas casas legislativas, torna-se difícil assumir essa lógica considerando que a própria disputa eleitoral que antecede a formação das legislaturas do Senado Federal ocorra sob o aspecto majoritário, requerendo assim lideranças políticas de peso, capazes de representar a unidade federativa.

Mensurar o ‘poder impositório’ de um líder no Senado Federal parece ser um processo difícilimo, ainda assim essa colocação serve para novamente pontuar que aqui se está tratando puramente do posto institucional de líder escolhido pelos seus pares, sem evocar quaisquer distinções de capacidade de imposição, pois não serão trabalhados aspectos como disciplina e coesão das bancadas, por exemplo. Ainda assim, isso não retira o protagonismo dos líderes no Senado Federal, pois além de orientarem votações e participarem do colégio (informal) de líderes que junto ao Presidente da Casa decide as matérias que entrarão em pauta, esses detêm outros poderes de extrema importância.

O líder de um partido ou bloco no Senado Federal conta com diversas prerrogativas de suma relevância para o funcionamento da Casa, sendo a mais evidente, a indicação para Comissões permanentes, temporárias, ou até mesmo de inquérito. Silva e Araújo (2012) pontuam que a legitimidade política se fortalece através dessa atuação dentro e fora da instituição daquele que tem um mandato, o qual constantemente visa manter. Assim, a atuação política também ocorre com os olhos voltados para o próximo pleito eleitoral e o bom trânsito junto ao líder da bancada, muitas vezes faz com que um (a) Senador (a) seja o indicado do partido para relatar matérias de grande impacto social, ganhando vez e voz na mídia. As vantagens das lideranças no âmbito congressional dão maior estabilidade às escolhas e votações, pois os líderes intermedeiam as múltiplas demandas de bancadas e blocos que venham a ser requisitadas à Mesa Diretora.

Outro papel importante dos líderes partidários e de blocos, é a mediação entre os poderes Executivo e Legislativo, principalmente nas figuras dos líderes do partido do Governo e do bloco de apoio ao Governo, pois como colocado por Silva e Araújo (2012), os líderes detêm poder de agenda junto com o Executivo. Miranda (2010) resume a atuação das lideranças como central para o que a autora atribui como ‘maximização das preferências’, sintetizando o processo legislativo, abreviando a exposição de opções e unindo estratégias. Deste modo, em

especial nas votações, o posicionamento da composição da bancada é dado por apenas uma voz que abrevia a posição dos membros coopartidários ou do bloco suprapartidário.

Ainda antes da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, em cerimônia onde o Presidente do Congresso (também Presidente do Senado Federal) recepciona o (a) Chefe do Estado brasileiro, ou o (a) Ministro (a) Chefe da Casa Civil, portando a mensagem presidencial ao Legislativo, antes mesmo da eleição das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado (que antecedem tal cerimônia), iniciam-se as negociações para a formação de blocos suprapartidários, suas respectivas lideranças e os líderes dos partidos representados em ambas as Casas, a considerar o número mínimo permitido pelos seus respectivos regimentos internos. Esse processo é fundamental e exerce suma relevância para posterior composição da Mesa Diretora, os cargos de Presidente e vice-Presidente das Comissões e de outros órgãos internos.

A divisão dos cargos entre partidos, dada a proporcionalidade dos mesmos no Senado Federal (garantida na Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno da Casa) é sucedida pelo exercício regimental das lideranças, que distribuem tais cargos entre seus coopartidários e/ou colegas de bloco. As reuniões preparatórias para a eleição da Mesa Diretora, das principais Comissões como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Comissão de Relações Exteriores (CRE), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e até mesmo das comissões temáticas, costumam ocorrer por aclamação, após negociações entre lideranças e indicações dos líderes do partido/bloco beneficiado em questão.

Se já existe carência de literatura sobre o Senado, é análoga à insuficiência de estudos sobre lideranças partidárias. Os estudos sobre lideranças políticas ficam centrados naqueles que exercem de alguma maneira protagonismo na competição política – sendo ou não eleitos, comandam partidos, impõe suas próprias candidaturas e influenciam os trâmites burocráticos e legislativos. Quando se trata do posto institucional dentro de uma casa legislativa, os levantamentos a respeito de líderes de partidos e blocos estão focados nos países parlamentaristas, onde o papel do líder não se resume nas negociações da agenda do Congresso, mas é quem representa o partido nas eleições, além de ser um potencial Primeiro Ministro.

Das poucas escritas encontráveis sobre líderes partidários em legislativos de países presidencialistas, estão focadas na dualidade de líder do governo e líder da oposição. Como pontuado por Huitt (1961) para justificar a necessidade de compreender a fundo o papel do líder partidário nos Estados Unidos, principalmente o do partido do Governo (já que esse é o representante direto da agenda do Executivo), o autor retrata uma característica fundamental para aprofundar os estudos dos líderes. Tratando especificamente das lideranças dos partidos

no Senado estadunidense, Huitt (1961) incita que aos acadêmicos cabe melhor compreender essas “fortes lideranças”, seja na figura do “líder formal ou outra pessoa”, pois isso é “natural” (*idem*, p. 344) e característico do Senado.

Todavia, Peabody (1967) relembra que além dos privilégios que os líderes de partidos têm (como no caso brasileiro, a capacidade para nomeações para Comissões, escolha dos vice-líderes e indicações para o Conselho de Ética), esses usam de suas prerrogativas para retroalimentar seu status político dentro do partido e do bloco, lembrando Panebianco (2005), “recrutam e desenvolvem talentos mais jovens para futuras posições de lideranças” (PEABODY, 1967, p. 687), visando a manutenção de influência gerando crédito com apadrinhados. Exercer o posto de líder dentro do Congresso permite lidar com uma gama de artifícios para promover outros parlamentares, decorrentes dos “recursos superiores, tangíveis e intangíveis” (*idem*, p. 687) dessa figura responsabilizada pela liderança da bancada, que como reforça Peabody (1967), é dotada de qualificações pessoais e experiência que o destaca entre seus liderados.

Tendo sintetizado os levantamentos que tratam o Congresso Nacional como âmbito de parte da elite política nacional, rememorando estudos que elaboram comparações profícuas com a realidade da Câmara dos Deputados e o Senado Federal à literatura clássica da profissionalização política e do capital socioeconômico, atestando sua veracidade para efeito de análise do caso brasileiro, torna-se pertinente aprofundar para o caso dos líderes partidários e de blocos parlamentares do Senado. Se de fato o capital social e seus equivalentes – educacional, religioso e midiático, promovem sucessos eleitorais e elevam figuras ao Congresso, reafirma-se que o capital político é o diferencial dentro da esfera institucional.

Como se procurou mostrar ao longo do presente capítulo que se encerra, os partidos políticos brasileiros se diferenciam no tipo de candidatos que recrutam para competir pelos postos institucionais, ainda que se equiparem na prioridade de angariar os profissionais políticos para essas empreitadas. Quanto mais disputado o posto, seja eleitoral, seja dentro da instituição, maior a prioridade pela experiência política, embasando-se nos estudos recentemente citados, onde os Senadores não apenas tinham maiores carreiras políticas que os Deputados Federais, quanto o distinto rol selecionado para integrar a mais importante comissão do Senado (a CCJ), compunha um agregado ainda mais experimentado politicamente. Tudo isso abre portas para verificar a similaridade ou dissonância na carreira e no social *background* dos ‘líderes entre as lideranças’.

4 ‘O CASO’ SENADO FEDERAL: CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DOS SENADORES (1999-2006)

Os dois últimos capítulos pavimentaram para a análise que será desenvolvida a seguir, assentando o caminho que mostra através de estudos análogos focados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (esses, ainda que em menor número), a importância do capital político – predominante no campo político (e como inicialmente afirmado na introdução do presente trabalho, campo, esse, engessado), capital que é também a principal característica dos profissionais da política, soberanos no Congresso Nacional. Outra dominação sem dúvida foi a dos bacharéis, mostrando que a posição socio-ocupacional e o capital social equivaleram como equilíbrio na balança em favor aos que não possuíam longas carreiras políticas.

O trabalho envolverá os anos entre 1999 e 2006, que marcam o segundo mandato de FHC e o primeiro mandato de Lula, lidando assim com um período importante da Nova República, que marca a transição de governos dos dois partidos que dominaram todas as disputas pela Presidência da República entre 1989 (quando o PT participou do segundo turno) e 2014, sendo que nas seis últimas das sete eleições realizadas no período, ambos se enfrentaram diretamente. Isso também porque os estudos de Rodrigues (2002,2009) sobre a Câmara dos Deputados e os levantamentos longitudinais sobre o Senado Federal permitem fazer comparações mais profícuas com os dados levantados que serão apurados e detalhados nas próximas subseções.

Somente serão trabalhados os dados referentes ao início de cada Sessão Legislativa das 51^a e 52^a Legislaturas do Senado Federal (única exceção será quando estiver especificado no quadro da composição do Senado no início da Sessão Legislativa no Relatório Anual da Presidência do Senado que o titular reassumiu o mandato ainda naquele ano), completando oito anos legislativos entre 1999 e 2006. Logo, decomposições dos partidos e blocos não serão explanadas, principalmente porque em muitos casos, Senadores mudavam de partido entre o período da eleição e da posse. Assim, afastamentos para assumir Ministérios e outros cargos por nomeação, mortes e cassações, não serão detalhadas a fim de adotar um tom mais analítico dos dados e menos histórico descritivo.

Os dados referentes a titulação escolar, profissão e cargos ocupados, foram coletados primeiramente na página oficial do Senado Federal, em espaço destinado aos Senadores fora de exercício e/ou de outras legislaturas; nos casos omissos, foi verificado na segunda fonte utilizada, que são as biografias organizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nos

apêndices, será possível verificar que no caso de mais de uma titulação ou mais de uma profissão, ambas são elencadas. Contudo, para a análise, a profissão primária e destacada foi a utilizada para fazer a comparação dos dados das bancadas.

Quando apesar da informação da titulação escolar, sequer os dados do Senado, tampouco do CPDOC informaram com precisão o exercício da profissão, estando apenas elencada a formação, adotou-se o termo “impreciso” (e a área da profissão com um traço “-”), justamente para evitar classificar como advogados os bacharéis em Direito que nunca exerceram a profissão de formação, ou economistas aqueles que eram empresários bacharéis em Economia, por exemplo. O mesmo termo foi utilizado para aqueles que não tinham biografias no CPDOC e os dados do Senado se mostravam inconclusivos quanto suas carreiras na política.

Com isso em mente, serão avaliadas as principais características das carreiras institucionais e das trajetórias dos Senadores que exerceram seus mandatos entre 1999 e 2006, assim como o *social background*, observando esses fatores até a posse que pode ter ocorrido entre 1995 (para os eleitos como titulares e suplentes nas eleições de 1994) e 2006. Objetiva-se estruturar uma possível perspectiva de um padrão que tenha encaminhado esses quadros ao Senado Federal.

Contudo, anteriormente, é importante reforçar como essas particularidades serão tratadas, revisando a delimitação que foi estruturada ao longo do capítulo três: por trajetória política, serão considerados aspectos sociopolíticos que antecedem o exercício de cargos de nomeação (ministérios, secretarias, estatais e autarquias) e eletivos. Participação em movimentos estudantis e religiosos, sindicatos e associações, projetos sociais, assessorias políticas, etc., todos serão colocados como vitais para a ascensão ao espectro político institucional. A única exceção colocada aqui é a possível indicação para departamentos de menor relevância, estritamente ligados a burocracia, justamente para realizar um corte: há casos em que esses postos não se qualificam sequer como autarquias e estatais, permitindo assim fazer um preciso recorte da carreira política.

Essa será tratada como todos os postos institucionais de nomeação e por eleição, para analisar a possível diferenciação, maior ou menor experiência dos Senadores por partido, e dentro de cada partido, possível dissonância entre os que exerceram os postos de liderança em relação aos liderados. Logo, na próxima subseção haverá o foco nos padrões das carreiras e das trajetórias por partido e região, averiguando se essas diferem ou não por legenda.

A seguir, haverá na parte final do capítulo a análise de uma possível diferenciação entre líderes e liderados, visando a colocar em perspectiva com os trabalhos de Huitt (1961) e Peabody (1967), em especial o primeiro que alerta para a imprescindibilidade de melhor compreender o papel do líder. Isso posto, será também possível revisar se as colocações de Lemos e Ranincheski (2008) sobre o contraste entre os Senadores e os homólogos que compuseram a CCJ, também se verifica entre os que foram líderes de partidos e bancadas suprapartidárias. Seriam esses últimos mais experientes politicamente? Contando com mais aspectos em suas trajetórias?

Analisando os quadros de cada partido e a plausível contraposição entre líderes e os demais Senadores, serão detalhadas passagens por postos no Judiciário, exercício de papéis importantes em sindicatos e associações (comerciais, industriais, dentre outras), as áreas de profissão e diplomação (que compõe junto da origem regional o que aqui se trabalha como *social background*), se foram Senadores titulares do mandato ou suplentes, formando um aparato que outorga um exame do que leva um político ao Senado Federal, e, estando nessa máxima instituição do Legislativo brasileiro, como esse vem a exercer o posto de líder.

A liderança do Governo será analisada separadamente, considerando que a colocar em contraste com a base aliada pode distorcer os dados, ponderando que membros de partidos que compõem a base de apoio no Congresso (aqui, mais especificamente, no Senado), podem fazer oposição declarada ou se posicionarem como independentes. Contrariamente, já que o documento oficial anual do Senado Federal indica os componentes do Bloco de Oposição nos anos de 1999 a 2006, esses serão colocados em contraste com os líderes dos Senadores opositoristas. Foi aventada a possibilidade de trabalhar com o número de Senadores que haviam exercido liderança em outras casas legislativas, contudo, dada a limitação das biografias oficiais no Senado Federal e o pequeno volume de informações de muitos Senadores, mesmo em biografias expandidas como do CPDOC, evitou-se trabalhar com esses dados para não fazer afirmações distorcidas.

A divisão dos partidos na escala esquerda-direita seguirá a linha utilizada por Rodrigues (2009)³⁸ – por ter sido uma literatura importante no capítulo anterior (que permitirá melhor comparação entre a Câmara dos Deputados, tão bem estudada pelo autor, e o Senado Federal,

³⁸ Rodrigues (2009) cita diversos estudos de classificação ideológica dos partidos, demonstrando relativo consenso da literatura da Ciência Política brasileira em definir os seis partidos que o autor usa em sua análise, da seguinte forma: PP e DEM como partidos de direita, PMDB e PSDB como partidos de centro e PDT e PT como partidos de esquerda – todos aqui já listados com seus nomes durante o ano de 2016 e não da época do estudo.

que se estuda no presente trabalho) – e de Power e Zucco Jr. (2009)³⁹, por não apenas analisarem os partidos brasileiros durante parte da cronologia também utilizada nessa escrita, como por classificarem um grande volume de partidos e não apenas os de maiores bancadas, incluindo assim legendas que também figurarão na análise a seguir.

Assim, os partidos estarão divididos entre – esquerda (PT, PDT, PSB e PPS), centro (PSDB e PMDB) e direita (PTB, PR, PP e DEM). Como informações adicionais, ressalva-se que nos apêndices estarão todas as tabelas com todas as informações coletadas e utilizadas para fazer a presente análise, com informações relevantes da trajetória política dessas figuras em destaque, melhor detalhadas e com suas respectivas classificações. As siglas serão tratadas pelos seus respectivos nomes no ano de 2016, o qual o presente trabalho começou a ser escrito. Passa-se à apuração e análise dos dados.

4.1 SÍNTESE DO HISTÓRICO PRÉ-MANDATO DOS SENADORES

Durante os oito anos legislativos que serão analisados, 135 Senadores foram empossados no cargo, sendo que desses, 113 eram titulares de mandato e 22 eram suplentes. A quadra – PMDB, DEM, PSDB e PT somou mais de três quartos das cadeiras no período, sendo que os dois primeiros partidos, sozinhos, eram quase a maioria dos assentos no Senado entre 1999 e 2006 (o PMDB, sozinho, respondeu por mais de um quarto dos mandatos no período). PDT, PSB, PP, PPS, PR e PTB tiveram cinco Senadores, cada. Chama atenção que já durante essas duas legislaturas se pôde observar um grande número de partidos com bancadas no Senado Federal; todavia, ainda que essa uma dezena de legendas possa ser colocada como indício de alta fragmentação partidária, a maior parte dos partidos (unidos) não tinha votos sequer para aprovação de matérias simples.

Ainda que os Senadores estejam listados (APÊNDICE A) de acordo com os partidos que tomaram posse, não evidenciando mudanças de legendas ao longo do mandato – exceto quando ao mudar de legenda, esse tenha assumido a liderança da bancada, é válido pontuar que com a fundação do PSOL e do PRB, esses também recepcionaram Senadores e engordaram a lista de partidos que tiveram assento no Senado durante o período. O PCdoB também recebeu

³⁹ Os autores não apenas estudaram um maior número de legendas, que permite incluir partidos como PTB, PPS e PR – que estarão na análise de dados do presente capítulo, como também diagnosticaram que partidos de esquerda como PT e PPS ‘caminharam’ para a direita durante o fim do governo FHC e início do governo Lula. A síntese de diversos estudos prévios e os dados calculados pelos autores, dividiram como: esquerda (PCdoB, PT, PSB, PPS e PDT), centro (PSDB e PMDB) e direita (PTB, PR, DEM e PP) – todos aqui também listados com seus nomes durante o ano de 2016 e não da época do estudo.

um Senador em meio de mandato e registrou uma cadeira no Senado entre o intervalo. É interessante notar que nos anos de 2002 e 2006, nos quais ocorreram eleições gerais, se deram o maior número de movimentações dentro do Senado em busca de novas legendas.

TABELA 1 – NÚMERO DE SENADORES POR PARTIDO (1999 – 2006)

PARTIDO	SENADORES
PMDB	35
DEM	28
PSDB	23
PT	19
PDT	5
PSB	5
PP	5
PPS	5
PR	5
PTB	5
TOTAL	135

Fonte: Senado Federal

Na véspera da eleição de Lula, PDT e PTB foram os que mais abrigaram novos membros com mandato de Senador em curso (três, cada), seguidos por PMDB e PSDB (dois, cada) – (APÊNDICE J); somente no ano de 2002, toda a bancada do Tocantins buscou novos partidos. Já na tentativa de reeleição do petista em 2006, o PSDB foi o único que recebeu mais de um Senador com mandato em andamento – três no total. Dos pequenos partidos, PPS e PR apresentaram um quadro interessante, onde não apenas recrutaram Senadores em exercício para suas bancadas, como de imediato os tornaram líderes dos partidos na Casa: Paulo Hartung – ES e Mozarildo Cavalcanti – RR foram líderes do PPS nos primeiros anos de suas respectivas chegadas ao partido (2000 e 2003), enquanto João Ribeiro – TO assumiu imediatamente a liderança do PR em 2006. O Senador Mozarildo Cavalcanti – RR voltou a repetir esse feito em 2005 quando se transferiu para o PTB.

Como pontuado no início da presente seção, 22 (equivalente a 16%) dos Senadores que exerceram mandato no período eram suplentes, dado que rememora o estudo de Bohn (2008) a respeito da desigualdade de gênero na distribuição das cadeiras do Senado brasileiro. Se o levantamento da autora mostra que metade das Senadoras eram suplentes de seus colegas do gênero masculino, entre os anos de 1999 e 2006, contudo, apenas Luzia Toledo (PSDB/ES) assumiu uma cadeira após afastamento do titular, enquanto que as outras doze Senadoras foram eleitas como titulares. Bohn (2008) e Araújo (2011) comungaram ao apontar que os partidos de esquerda foram os que mais elegeram mulheres ao Senado, fato que não apenas se comprovou

no período em análise, como o PT sozinho elegeu seis das treze Senadoras do intervalo (APÊNDICE I). Posteriormente, será testada para esse mesmo espaço de tempo a afirmação de Bohn (2008) que as Senadoras tinham maior índice de diplomação universitária que os Senadores.

TABELA 2 – NÚMERO DE PARLAMENTARES (POR ANO) NAS BANCADAS ENTRE AS 51ª E 52ª LEGISLATURAS⁴⁰

PART./ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DEM	19	21	21	18	18	17	17	16
PCdoB	0	0	0	0	0	0	0	1
PDT	2	3	3	5	5	5	4	4
PR	0	0	0	1	3	3	3	3
PMDB	27	26	26	25	20	23	23	20
PRB	0	0	0	0	0	0	0	1
PP	4	2	2	3	0	0	0	0
PPS	1	3	3	3	3	2	1	0
PSB	3	3	3	3	3	3	2	3
PSDB	16	14	14	12	11	11	13	15
PSOL	0	0	0	0	0	0	1	1
PT	8	7	7	7	14	13	13	12
PTB	1	1	1	4	4	3	3	4
S/P*	0	1	1	0	0	1	1	1

Fonte: Senado Federal

*S/P = Sem Partido

Como aqui se está averiguando apenas duas legislaturas, esse não pode ser carimbado como um padrão: apenas como fato isolado nesse estágio. Tanto porque democratas e tucanos tiveram (duas mulheres em cada legenda) mais Senadoras que PDT e PSB, atribuindo o feito de abertura dessas legislaturas a uma maior diversidade de gênero pelos partidos de esquerda, exclusivamente ao PT. Mas antes de pular para a construção de perfis dos partidos no Senado Federal, segue-se a elaboração de um perfil conjunto da Casa, para melhores efeitos comparativos posteriormente.

A região Sul foi a que menos contou com suplentes (1) assumindo mandatos em curso no Senado, seguida por Centro-Oeste (3), Norte (4) e Nordeste (7). Surpreende que os quatro estados da região Sudeste empataram em números (7) absolutos de suplentes com os de nove estados do Nordeste. Isso é plausivelmente explicado pelo fato de o Espírito Santo ter tido três suplentes em uma mesma Legislatura (51ª) – Luzia Toledo (PSDB) e Ricardo Santos (PSDB) assumindo alternativamente a cadeira deixada por José Ignácio Ferreira⁴¹ e João Batista Motta (PPS) assumindo o posto de Paulo Hartung (PPS).

⁴⁰ Os partidos – PCdoB, PRB e PSOL receberam Senadores em meio de mandato.

⁴¹ Que não consta no banco de dados, pois renunciou ao mandato de Senador para assumir o cargo de Governador do estado do Espírito Santo em 1999.

As cento e trinta e cinco biografias apuradas ao longo das 51ª e 52ª Legislaturas, são pouco mais de um quarto de uma Legislatura na Câmara dos Deputados (onde 513 tomam posse a cada quatro anos). Logo, voltando a questão de como termos proporcionais podem ser utilizados (e assim serão nesse trabalho) para refletir, mas jamais para apontar de maneira incontestável, partidos de direita poderiam ser descritos como os de maior índice de Senadores suplentes, contudo, em casos como o PP e o PR, que tiveram bancadas minúsculas ao longo desses anos estudados, dois de seus cinco Senadores (em cada partido) entre 1999 e 2006 foram suplentes, gerando proporção alta entre números absolutos pequenos⁴². Ainda assim, DEM e PSDB (esse, de centro), que contaram com bancadas mais fortes, tiveram mais de 20% de seus componentes em exercício eleitos como suplentes. Olhando para a esquerda, nenhum Senador do PSB ou do PDT, e três dos 19 petistas tinham semelhantes características, havendo maior desincompatibilização e licenciamento do cargo entre a base de FHC do que a de Lula.

Se entre esse tempo o Senado contou com pequeno número de suplentes, tão pouco foi o volume de políticos sem formação no ensino superior. Dedicada parte significativa do capítulo anterior aos estudos de caso que demonstraram o domínio dos bacharéis no Congresso, lembrando do que apontado por Mellado (2015) de como o diploma universitário compensou em muitos casos a falta de capital político-familiar, avaliando a tabela 3 abaixo, nota-se que a soma daqueles que concluíram o ensino médio, cursos técnicos, e dos que não declararam sua formação na página do Senado (ou também foi impossível de achar biografia no CPDOC ou essa se mostrou imprecisa quanto a esse quesito), era de 24 entre os 135 Senadores em estudo.

Percebe-se que em muitos casos, as profissões declaradas não condizem com o número de diplomas na área semelhante (para mais detalhes das divisões das áreas de profissão e diplomação, verificar o APÊNDICE D), isso porque foi tomado cuidado para averiguar o máximo possível nas biografias (tanto do Senado, quanto do CPDOC), afirmações de que de fato houve exercício da profissão na mesma linha da formação. Por exemplo, nada seria mais preciso do que as profissões e formações na área da saúde, já que são poucos os profissionais e os cursos técnicos e universitários voltados para essa área; todavia, a inexistência de uma biografia do Senador Benício Sampaio (PP/PI) no CPDOC, bem como a incompletude de sua biografia oficial na página do Senado, levou a inconclusão de sua atuação profissional. Isso porque, houve um caso ainda mais extraordinário: o Senador Jonas Pinheiro – DEM/MT, declarou-se médico no portal oficial da Casa, junto de sua diplomação em Medicina Veterinária, obrigando a classificar sua profissão em ‘Agricultura, pecuária e afins’.

⁴² Para efeitos comparativos, os volumes de suplentes por partidos eram – esquerda: PT (15,8%), PPS (20%), PDT e PSB (0%); centro: PMDB (11,4%) e PSDB (21,7%); direita: PTB (0%), PR (20%), PP (40%) e DEM (21,4%).

Se os dados preliminares vão ao encontro das constatações de Lemos e Ranincheski (2008), que assinalaram o predomínio do sexo masculino e dos bacharéis no Senado Federal, Coradini (2007) também tem seu posicionamento reforçado quanto as diplomações e profissões de status social que se fazem majoritárias no Congresso, pois nenhuma formação foi tão significativa no Senado entre 1999 e 2006 quanto a diplomação em Direito. Os 43 formados na área ‘Jurídica’ são mais que o dobro dos formados na área de ‘Economia e Negócios’ e nas ‘Engenharias’ (ambos incluindo diversos cursos universitários), sendo maior que até mesmo a soma dos diplomados nessas duas últimas áreas.

TABELA 3 – DIPLOMAÇÕES E PROFISSÕES DOS SENADORES (1999-2006) POR ÁREA DE CLASSIFICAÇÃO

ÁREA DA PROFISSÃO	Nº	%	ÁREA DO DIPLOMA	Nº	%
Jurídica	30	22,2	Jurídica	43	31,9
Economia e Negócios	28	20,7	Economia e Negócios	17	12,6
Engenharias	15	11,1	Engenharias	17	12,6
Ensino	13	9,6	Saúde	11	8,1
Saúde	13	9,6	Ensino	6	4,4
Comunicação	8	5,9	Ensino Médio	6	4,4
Agricultura, pecuária e afins	6	4,4	Técnica	5	3,7
Diplomacia e Serviço Público	5	3,7	Ciências Naturais	4	3
Outros	5	3,7	Ciências Sociais	4	3
Ciências Naturais	3	2,2	Agricultura, pecuária e afins	3	2,2
Ciências Sociais	2	1,5	Comunicação	3	2,2
Técnica	1	0,7	Outros	3	2,2
TOTAL	135	100	TOTAL	135	100

Fonte: Senado Federal

É possível ratificar o exame de Coradini (2007), com o simples fato de que advogados, empresários, engenheiros e médicos somaram maioria absoluta dos Senadores durante o período. Com a formação em Direito representando quase um terço, como se pode observar na tabela 3, muitos desses bacharéis não exerceram a profissão de formação, o que não deixou de fazer com que as profissões da área Jurídica (advogados, promotores, etc.) também liderassem o ranking de profissões declaradas durante o período. Como descrito no capítulo anterior, Codato, Costa e Massimo (2014) rememoraram a relevância do papel dos advogados na política e como essa foi historicamente uma profissão importante para o recrutamento da elite política nacional.

Também na seção anterior foi descrito o atestado de Rodrigues (2002,2009) da vantagem política dos profissionais da saúde, da área jurídica, dos engenheiros, atuantes na área da educação e os empresários pelos contatos diretos com os populares e a maior disposição de tempo para interação e participação política. Eis que a tabela acima mostra que esse benefício pode se traduzir em mandatos, sendo que as cinco primeiras áreas de profissão com maior volume de Senadores em exercício entre 1999 e 2006, são idênticas ao posicionamento do autor.

Perceptível também na tabela 3 está o fato de que o percentual de profissionais da área ‘Economia e Negócios’ é significativamente maior que os diplomados do mesmo ramo, decorrente do número de empresários (18 dos 135 Senadores) na Casa. Esses 13% de Senadores empresários é bem menor do que os números apresentados por Costa, Costa e Nunes (2014), que utilizando uma linha de tempo expressivamente maior, apontaram mínimos de quase 25% de Senadores que se declaravam empresários. Os próprios autores já haviam citado que na hierarquia político-institucional, quanto mais alto o posto, menor a capacidade dos empresários de imporem sua posição socio-ocupacional como vantagem eleitoral. Os dados acima e o contraste com a afirmação de Costa, Costa e Nunes (2014), relembra a colocação dos também anteriormente citados Neiva e Izumi (2014), que declararam haver maior diversidade de áreas profissionais no Senado Federal pós-redemocratização.

Porém não apenas na área ‘Economia e Negócios’ houve maior número de profissionais do que diplomados, pois na área ‘Comunicação’, pouquíssimos Senadores obtiveram diplomas universitários e ainda assim participaram ativamente no ramo, em especial pelo número de jornalistas (7), que empataram com os economistas (integrantes da primeira área). A não especificação de diplomação em áreas como História e Geografia, bem como Física, que podem ser tanto bacharelado, quanto licenciatura, ajudou a inflar o número de profissionais e reduzir o número de diplomados na área de ‘Ensino’ (quando não especificado se licenciatura, colocou-se historiadores na área de ‘Ciências Sociais’ e geógrafos e físicos na área de ‘Ciências Naturais’),

Como segundo fator de inflação dos Senadores advindos das profissões de ‘Ensino’, há os que se declararam professores universitários (6), equivalente ao dobro dos Senadores professores do ensino básico e aqueles que se declararam professores, mas não especificaram o nível de atuação (APÊNDICE B). Esse levantamento da formação e da carreira profissional, torna interessante aprofundar o quadro do *social background* dos Senadores desse intervalo de tempo, verificando se há diferença por região, entre homens e mulheres, titulares e suplentes, e, principalmente, por partidos.

TABELA 4 – PROPORÇÃO DAS PROFISSÕES DOS SENADORES (1999-2006) POR REGIÃO E PESO DAS REGIÕES NO QUADRO DE PROFISSÕES DECLARADAS (EM %)

	Peso das profissões (por área) dos Senadores por região					
	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Norte</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Total</i>
Sem declaração/Impreciso	5	7	0	9	0	4
Agricultura, pecuária e afins	5	7	6	0	0	4
Ciências Naturais	0	5	3	0	0	2
Ciências Sociais	0	2	3	0	0	1
Comunicação	10	5	0	9	14	6
Diplomacia e Serviço Público	0	2	12	0	0	4
Economia e Negócios	19	20	24	27	7	21
Engenharias	14	11	3	23	7	11
Ensino	14	5	9	0	36	10
Jurídica	29	25	15	23	21	22
Outros	0	0	6	9	7	4
Saúde	5	11	18	0	7	10
Técnica	0	0	3	0	0	1
TOTAL	100	100	100	100	100	100
	Peso das regiões no quadro de profissões (por área) declaradas					
	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Norte</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Total</i>
Sem declaração/Impreciso	17	50	0	33	0	100
Agricultura, pecuária e afins	17	50	33	0	0	100
Ciências Naturais	0	67	33	0	0	100
Ciências Sociais	0	50	50	0	0	100
Comunicação	25	25	0	25	25	100
Diplomacia e Serviço Público	0	20	80	0	0	100
Economia e Negócios	14	32	29	21	4	100
Engenharias	20	33	7	33	7	100
Ensino	23	15	23	0	38	100
Jurídica	20	37	17	17	10	100
Outros	0	0	40	40	20	100
Saúde	8	38	46	0	8	100
Técnica	0	0	100	0	0	100
TOTAL	16	33	25	16	10	100

Fonte: Senado Federal

Iniciando por como cada região compõe as divisões de diplomas e profissões declaradas, quase a totalidade dos profissionais das áreas de ‘Agricultura, pecuária e afins’, ‘Ciências Naturais’ e ‘Ciências Sociais’ eram oriundos das regiões Nordeste e Norte, quadro ainda mais profundo dessas regiões quanto aos componentes da área ‘Diplomacia e Serviço Público’, vindos principalmente do Norte (80%). Já sob a óptica do peso da área de profissão entre os Senadores das regiões, no Centro-Oeste e no Sul se concentraram a maioria dos que declararam profissão (e diplomação universitária, em conjunto com o Sudeste) prévia nas áreas da ‘Comunicação’ e do ‘Ensino’, enquanto que as profissões (e também as diplomações de ensino) classificadas como ‘Outros’ predominaram no Sudeste e no Norte.

Se os Senadores que tinham profissões na área ‘Agricultura, pecuária e afins’ vieram (peso das regiões no quadro de profissões) majoritariamente do Norte e do Nordeste, foi no Sudeste (33%) e principalmente no Centro-Oeste (67%) que houve a totalidade desses que se graduaram nessas áreas (tabela 5, abaixo), isso porque o número de Senadores que obtiveram diploma na área (3) é metade dos que declararam profissão na mesma divisão. Todavia, Norte e Nordeste continuaram como majoritários nas áreas de ‘Ciências Naturais’ e ‘Ciências Sociais’, também na formação acadêmica dos que chegaram ao Senado durante o período, adicionando a região Sul como local importante para o abastecimento de oriundos dessas áreas (peso da região no quadro de diplomações).

Olhando pela perspectiva do percentual de composição profissional por região, a área ‘Jurídica’ só teve peso inferior a um quinto, nas bancadas do Norte, chegando a quase 30% no Centro-Oeste. Contrariamente, em proporções de formação educacional, com exceção do Sul do Brasil, todas as regiões tinham mais de um quarto de seus Senadores com formação no mesmo ramo, alcançando magnoz 48% no também predominante em termos profissionais da seção – Centro-Oeste. Em uma região com apenas quatro Unidades da Federação, no Sudeste 27% dos Senadores advieram de profissões ligadas à área ‘Economia e Negócios’ (mas apenas 23% eram formados na área; somente o Nordeste respondeu por 47% dos Senadores com diplomas ligados a esse segmento).

Outro indicador surpreendente foi o volume de profissionais do ‘Ensino’ que chegaram ao Senado representando os estados da região Sul – 36%. Esse é um dado bastante intrigante e ao mesmo tempo dúbio, primeiro porque é perfeitamente possível exercer profissões ligadas ao ensino sem ter formação na área; segundo porque, como apresentado na tabela 5, não apenas os formados na divisão de ‘Ensino’ foram 7% da região Sul, como que essa foi também a região que teve entre seus representantes maior incidência de diplomas de ensino médio e ensino técnico. Como outrora descrito citando Llanos e Sánchez (2008), e, Costa e Codato (2012), com maior número de cadeiras em disputa, maior a incidência de diversidade de gênero e menor o índice de empresários, a tabela acima demonstra que quanto maior o número de estados na região, maior a diversificação do *social background* que auxilia na chegada ao Senado Federal.

Os levantamentos longitudinais revisados no capítulo anterior, em especial de Neiva e Izumi (2014), e Codato et al. (2016), assinalavam para o predomínio dos advogados, professores e empresários, perceptível durante os anos de 1999 e 2006, onde em todas as regiões, advogados e empresários estavam entre os primeiros no ranking de profissões prévias ao mandato e/ou a carreira política (ainda que em alguns casos, como dos empresários, o mandato pode coincidir com o exercício da profissão privada).

TABELA 5 – PROPORÇÃO DAS DIPLOMAÇÕES DOS SENADORES (1999-2006) POR REGIÃO E PESO DAS REGIÕES NO QUADRO DE DIPLOMAÇÕES DECLARADAS (EM %)

Peso das diplomações (por área) dos Senadores por região						
	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Norte</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Total</i>
Sem declaração/Impreciso	5	16	6	5	14	10
Agricultura, pecuária e afins	10	0	0	5	0	2
Ciências Naturais	0	5	3	0	7	3
Ciências Sociais	0	2	6	0	7	3
Comunicação	5	0	0	5	7	2
Economia e Negócios	5	18	9	23	0	13
Engenharias	19	11	9	18	7	13
Ensino	0	2	9	5	7	4
Ensino Médio	10	2	3	0	14	4
Jurídica	48	32	29	27	21	32
Outros	0	0	3	9	0	2
Saúde	0	9	18	0	7	8
Técnica	0	2	6	5	7	4
TOTAL	100	100	100	100	100	100
Peso das regiões no quadro de diplomações (por área) declaradas						
	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Norte</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Total</i>
Sem declaração/Impreciso	8	54	15	8	15	100
Agricultura, pecuária e afins	67	0	0	33	0	100
Ciências Naturais	0	50	25	0	25	100
Ciências Sociais	0	25	50	0	25	100
Comunicação	33	0	0	33	33	100
Economia e Negócios	6	47	18	29	0	100
Engenharias	24	29	18	24	6	100
Ensino	0	17	50	17	17	100
Ensino Médio	33	17	17	0	33	100
Jurídica	23	33	23	14	7	100
Outros	0	0	33	67	0	100
Saúde	0	36	55	0	9	100
Técnica	0	20	40	20	20	100
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: Senado Federal

Especialmente os advogados, pois exceto na região Norte, onde os médicos foram os profissionais mais eleitos para o Senado (dez dos doze médicos que chegaram ao Senado no período foram eleitos pelos estados do Norte e Nordeste, seis na primeira e os demais quatro pela segunda região; mais da metade – 55% dos graduados no ramo da ‘Saúde’ também vieram do Norte do País), os primeiros foram maioria em todas as demais quatro regiões do Brasil – também decorrente do fato de que em todos os cinco cantos do País, o bacharelado em Direito foi a diplomação mais recorrente. É importante ressaltar que, ainda que os médicos tenham sido os profissionais mais eleitos no Norte, como apresentado na tabela 4, profissões ligadas às áreas de ‘Economia e Negócios’ representam o maior percentual (24%) de profissões anteriores aos mandatos dos Senadores da região, assim como recentemente citado quanto aos Senadores do

Sudeste (27%); isso decorre das múltiplas profissões que englobam a área – economistas, administradores, empresários, dentre outros.

Araújo (2011), como relatado no capítulo 3, adicionou as profissões prévias recorrentes entre os Senadores descritas por Neiva e Izumi (2014), e Codato et al. (2016), os médicos, economistas, engenheiros e administradores. Três dos sete economistas que foram alçados ao Senado Federal entre 1999 e 2006 foram procedentes da região Sudeste. A região Sul também carimbou um segmento profissional, como recentemente pontuado o caso dos profissionais do ‘Ensino’, já que dois dos três professores do ensino básico e dois dos seis professores universitários que chegaram ao Senado Federal, vieram dessa localidade. Os engenheiros vieram em suma das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, estando nesses territórios sempre entre os três profissionais mais eleitos.

A confirmar os estudos de Rodrigues (2002,2009), Messenberg (2008), dentre outros previamente citados, esse quarteto de profissionais (advogados, empresários, engenheiros e médicos) foram tamanho dominantes, que entre os suplentes, também foram as profissões mais recorrentes⁴³, distinguindo-se razoavelmente quanto a instrução educacional, já que os diplomas em Direito e Economia foram também importantes aos suplentes, contudo, com menor número de engenheiros e médicos e maior índice de diplomas de ensino médio (quatro dos vinte e dois suplentes tinham biografias incompletas, fazendo com que os de formação imprecisa fossem a segunda classificação mais recorrente em termos de ensino).

A única quebra nesse padrão ocorre entre os gêneros já que as professoras de ensino básico (3), todas filiadas ao PT, foram as mais presentes no conjunto de Senadoras. Como se está tratando de um pequeno espaço de tempo na história do Senado Federal, esse é o mais plausível motivo para esse dado estar parcialmente de acordo e também ir na contramão do estudo de Bohn (2008), que encontrou muitas bacharelas em Direito no Senado, porém confirma seu destaque de professoras que se elegeram ao mais alto cargo do Legislativo.

Entre as treze mulheres que chegaram ao Senado entre 1999 e 2006, duas eram formadas em Direito e todas as demais formações declaradas tinham uma ou nenhuma Senadora (entre os homens, quarenta eram graduados em Direito/Ciências Jurídicas e Sociais, e dez em Medicina), não confirmando padrão de formação entre as Senadoras. Ainda assim, novamente, os dados do presente capítulo parcialmente reforçam os estudos da autora, pois se apenas 5% dos 135 Senadores tinham apenas o ensino médio, nenhum desses era do gênero feminino: entre

⁴³ Além de serem os profissionais com maior número de mandatos anteriores aos de Senador durante o período.

as Senadoras, somente Marluce Pinto (PMDB/RR) tinha diploma de ensino técnico, enquanto todas as demais tinham diplomas universitários.

Não apenas por região, praticamente todos os partidos, indistintamente de suas posições ideológicas, tinham advogados ou empresários como principal profissão declarada de seus Senadores (no DEM e no PMDB, as duas maiores bancadas entre 1999 e 2006, os advogados chegaram a um terço das profissões prévias ao mandato). Os únicos partidos que fugiram desse padrão foram PT e PSB: no primeiro, quatro de seus dezenove Senadores eram professores universitários, não havendo nenhum advogado ou empresário (não havendo essa última em nenhum outro partido de esquerda); no segundo, dentre seus cinco Senadores, cada um tinha uma profissão diferente, que variou de servidor público até zootecnista. Os médicos estiveram espalhados pelos mais distintos partidos, desde a direita com DEM e PTB, até a esquerda com PDT e PT.

Araújo (2011) notou o grande número de empresários no Senado não apenas nos partidos de direita, como detectado por Rodrigues (2002,2009) em seu levantamento sobre a Câmara dos Deputados, mas também nos partidos de centro. PMDB e PSDB tinham dez dos dezoito empresários no Senado durante o ínterim, PTB, PR, PP e DEM compuseram os demais oito, em divisões iguais. Junto do PR, tucanos, peemedebistas e democratas também tinham quase a totalidade dos engenheiros⁴⁴, sendo que PMDB e PSDB foram os partidos que recrutaram os sete jornalistas que ascenderam ao Senado na época.

O único metalúrgico do PT – Paulo Paim (RS), não confirma para o período em análise a diagnose do autor para os partidos de esquerda majoritariamente compostos pela classe trabalhadora: profissionais intelectuais estiveram muito mais presentes na bancada do PT do que quaisquer outras áreas. O pequeno volume de Senadores do PDT e do PSB para o período não permite fazer afirmações profundas, o segundo partido foi descrito recentemente como diversificado, enquanto o primeiro se mostrou tão tradicional no recrutamento quanto partidos de centro ou direita, com um engenheiro, uma professora, um médico e uma dupla de advogados.

No que tange à formação acadêmica dos Senadores, com exceção das pequenas bancadas do PP, PR e PTB, em todos os demais partidos, da esquerda à direita, ratificaram dentro de suas bancadas a predominância também regional da diplomação em Direito/Ciências Jurídicas e Sociais. Nenhuma outra linha de formação foi tão impactante quanto essa, indistinto o partido, em especial porque se metade da bancada do DEM tinha graduação em Direito,

⁴⁴ Ainda que em termos de formação os engenheiros estiveram bem distribuídos na escala ideológica esquerda-direita.

apenas dois de seus vinte e oito Senadores eram formados na segunda diplomação mais frequente dos democratas – Engenharia Civil (empatada com Medicina). No PMDB, posterior a primazia do bacharelado do ramo jurídico, figurou a imprecisão decorrente dos Senadores que não declararam formação ou tinham biografias incompletas.

Entre os grandes partidos (PMDB, PSDB, DEM e PT), a graduação em Economia/Ciências Econômicas foi também significativa, três tucanos, três peemedebistas, dois democratas e dois petistas. Isso ratifica o relato de Araújo (2011) quanto a equivalência de diplomações em “economia, engenharia, medicina e humanidades” (*idem*, p. 564) em partidos de distintas linhas ideológicas, pois também os Senadores formados nas ‘Engenharias’⁴⁵ (APÊNDICE F) eram quatro dos vinte e três tucanos, dois dos dezenove petistas, três democratas e proporcionais pessebistas; democratas e petistas também tinham dois graduados em Medicina, cada. É importante ressaltar que isso levou, concentrando por áreas, no PSB sobressaírem diplomações ligadas as ‘Engenharias’, ao passo que no PT as graduações em ‘Ciências Naturais’ e ‘Saúde’ superaram o diploma em Direito, semelhantemente ao PSDB no caso dos diplomas nas áreas de ‘Economia e Negócios’.

Contudo, no que se reforçam as semelhanças entre os partidos, o presente estudo não diagnostica no período a afirmação de Costa, Costa e Nunes (2014) quanto ao maior índice de diplomação universitária entre os Senadores de esquerda, já que o diploma de ensino médio esteve tão presente no PT quanto no PSDB (dois em cada), e realizar a proporção desse em pequenos partidos como o PTB e o PR colocaria patamares percentuais muito elevados para um volume de Senadores que qualquer ocorrência de diploma abaixo do universitário levaria a taxas alterosas.

Assim sendo, concluindo a parte referente ao *social background* dos Senadores empossados entre 1999 e 2006, antes de avançar para análise das trajetórias políticas, reforça-se que durante esses anos, a ideia construída por uma série de análises de um Senado dominado por bacharéis se provou presente durante a ocasião, especialmente aos formados em Direito. Essa levou ao grande número de Senadores advogados em todas as regiões do Brasil e em quase todos os partidos que tiveram representantes na Casa durante o ínterim. Esses números só não foram maiores no País como um todo, graças a força dos profissionais do ramo de ‘Economia e Negócios’ no Sudeste, dos de ‘Ensino’ no Sul e dos Senadores médicos do Norte.

⁴⁵ A formação não se traduziu em atuação profissional na área, os partidos de centro e direita concentraram os Senadores que exerceram profissão no ramo.

Esses últimos profissionais do ramo da saúde foram os únicos a estarem universalizados entre partidos de esquerda e direita, já que os empresários e os jornalistas estavam majoritariamente nos partidos de centro, ao passo que os engenheiros se distribuíram mais entre os partidos de centro e direita. A esquerda não necessariamente teve um padrão de recrutamento profissional para o período, com os pequenos números de Senadores do PSB, PPS e PDT, pode-se afirmar que o predomínio dos professores foi característica única e exclusiva do PT. Todos esses aspectos confirmam parcialmente a ideia introduzida por Herrera (2004) de como a elite política se diferencia das massas, enquanto são semelhantes entre si, no que tange a escolaridade e/ou a renda. Como afirmado no capítulo anterior, embasado no estudo de Perissinoto, Costa e Tribess (2009), o exercício parlamentar sequer necessita de aptidões técnicas ou formação prévia, ainda assim, além da profissionalização política, o Congresso Nacional também é ‘carimbado’ como casa dos bacharéis.

As trajetórias políticas dos cento e trinta e cinco Senadores estudados foram divididas por: passagem por cargos no judiciário, participação sindical, e ‘outros’ (quando não pertencentes a nenhuma das duas primeiras divisões, como cargos burocráticos indicativos que não se qualificavam nem como estatais, nem como autarquias). Assim, essas foram classificadas de acordo com as ‘características da trajetória’ (APÊNDICE H), sendo complementadas com ‘mais informações’, que abrigaram outros atributos e peculiaridades das trajetórias políticas em funções de representatividade e movimentos sociais (movimentos estudantis e religiosos, por exemplo) ou quando havia mais de uma característica nas trajetórias políticas dos Senadores (APÊNDICES L, M e N), classificadas por ‘aspectos da trajetória’⁴⁶.

Durante os anos de 1999 e 2006, apenas seis Senadores tinham passagem pelo Judiciário, três do DEM (Bernardo Cabral – AM, Djalma Bessa – BA e Demóstenes Torres – GO), dois do PMDB (José Sarney – AP e Ramez Tebet – MS) e um do PDT (Jefferson Péres – AM): ou seja, praticamente todos titulares (exceção para Djalma Bessa) e de partidos de centro e direita (com exceção do pedetista amazonense), todos do sexo masculino e oriundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os Senadores que tiveram trajetórias marcadas por participação sindical foram também um pequeno grupo, ainda que com números relativamente maiores – dos onze Senadores ex-sindicalistas, sete eram filiados ao PT – Marina Silva (AC), Geraldo Cândido (RJ), Paulo Paim (RS) e José Eduardo Dutra (SE) participaram de diversos movimentos sindicais, enquanto as

⁴⁶ ‘Características da trajetória’ e ‘aspectos da trajetória’ se complementam quando os Senadores têm mais de um atributo em suas trajetórias. Por exemplo, quadros que atuaram em assessoramento político, posteriormente a terem militado em movimentos estudantis, tem a ‘característica da trajetória’ como – ‘Assessoria Política’, e o ‘aspecto da trajetória’ como ‘Ensino’.

também petistas Fátima Cleide (RO) e Ideli Salvatti (SC) foram integrantes de sindicatos dos professores; complementa a predominância petista entre os ex-sindicalistas no Senado, o suplente Sibá Machado (AC), ex-militante do sindicato rural.

Contrariamente à razoável divisão na escala esquerda-direita dos partidos com ex-membros do Judiciário no Senado, os ex-sindicalistas eram praticamente todos de esquerda: repetindo o padrão de professores nesse mesmo segmento ideológico, Emília Fernandes (PDT/RS) complementa a lista de ex-sindicalistas da principal profissão do ramo do ensino. O sindicalismo também foi um caminho mais diversificado em termos de gênero e região (apenas o Centro-Oeste não teve um Senador com histórico sindical).

Esses dados vão ao encontro do estudo de Coradini (2007) quanto a atuação prévia em associações e sindicatos; ainda que o sindicalismo empresarial identificado pelo autor tenha sido praticamente irrelevante, onde somente o suplente Flexa Ribeiro (PSDB/PA) tinha prévia participação em semelhante agremiação, um bom conjunto de Senadores havia atuado em associações empresariais. Junto do recentemente citado Sibá Machado (suplente de Marina Silva), Arlindo Porto (PTB/MG) foi a segunda parte da dupla de ex-militantes do sindicalismo rural, enquanto que João Ribeiro (PR/TO) pertenceu ao sindicato dos garimpeiros (curiosamente, ambos os últimos se declararam como empresários).

Trajetórias caracterizadas por cargos em associações comerciais, industriais, financeiras e automobilísticas, classificadas como ‘Economia e Negócios’ (APÊNDICE H) foram caminhos de quatorze Senadores, número maior que os dez Senadores que atuaram em cargos de ‘Assessoria Política’ (metade desses, no DEM) e os nove oriundos de trajetórias ligadas a ‘Diplomacia e Serviço Público’ (quatro deles, também democratas), sobressaindo assim até mesmo funções diretamente ligadas a atividade política e burocrática. Ainda assim, sessenta dos cento e trinta e cinco Senadores não tinham nenhuma característica de trajetória política anterior aos mandatos políticos em suas biografias.

Os Senadores do DEM sobrepujaram na ‘Assessoria Política’ e na ‘Diplomacia e Serviço Público’ junto dos tucanos, com os quais somaram nove dos quatorze Senadores com trajetórias ligadas a ‘Economia e Negócios’ – metade desses Senadores, oriundos do Nordeste. Dos que atuaram previamente em cargos de ‘Assessoria Política’, quase metade (quatro dos nove) advinha do Norte do país, de onde o grande número de médicos também se traduziu em três dos cinco Senadores com atuações prévias em associações e entidades ligadas à ‘Saúde’. A força sindical do PT anteriormente descrita faz o contraponto nesses caminhos para a atividade político-institucional, enquanto que a ‘Comunicação’ foi de semelhante peculiaridade do PMDB e do Sudeste do Brasil. As trajetórias ligadas ao ‘Ensino’ foram universais entre as

trajetórias dos Senadores (exceto na região Norte, onde os Senadores tiveram trajetórias mais ligadas a ‘Movimentos Sociais e Religiosos’), exclusivamente pelos movimentos estudantis (APÊNDICES L, M e N).

Os suplentes de Senadores foram os que menos tiveram características fortes em suas trajetórias políticas, provavelmente pela dificuldade de encontrar informações mais profundas em suas biografias. Ainda assim, entre esses a participação em institutos e associações ligadas a ‘Economia e Negócios’ também figurou como aspecto mais importante, logo após dos 15 Senadores suplentes que não puderam ser classificados em nenhuma das alternativas. ‘Assessoria Política’, ‘Diplomacia e Serviço Público’ e ‘Movimentos Sociais e Religiosos’ foram igualmente significativos nas trajetórias tanto dos suplentes, quanto indistintamente ao gênero. Somente o aspecto de ‘Economia e Negócios’ figurou exclusivamente para os políticos do gênero masculino.

A vantagem de trabalhar com os dados das carreiras políticas dos Senadores é que esses são precisos e datados, fáceis de serem encontrados, tanto na página oficial do Senado quanto nas fontes alternativas, como as biografias do CPDOC aqui utilizadas (ou até mesmo em sites pessoais, etc.), dificilmente não havendo descrição da passagem desses políticos até mesmo por pequenos cargos em estatais. Logo, nas próximas páginas haverá descrições dos postos institucionais ocupados pelos cento e trinta e cinco Senadores que compõem esse estudo, verificando se há ou não um padrão em suas carreiras: mais ou menos cargos eletivos e/ou nomeativos, mais ou menos experiência no Legislativo ou no Executivo, dentre outros, antes de aprofundar as diferenças das carreiras por legendas.

Ao dividir as experiências dos Senadores de acordo com cargos no Executivo, no Legislativo e os de nomeação, esses foram classificados em: ‘Eletivos’ (quando o Senador apenas exerceu cargos para os quais foi eleito), ‘Nomeativos’ (para os casos onde o Senador apenas exerceu cargos para os quais foi nomeado), ‘Ambos’ (experiência ou no Executivo, ou no Legislativo, e em cargos por indicação), ‘Nenhum’ (sem carreira institucional e burocrática) e ‘Todos’ (para quando o Senador exerceu mandatos no Executivo, no Legislativo e em postos de nomeação). Os casos ausentes foram novamente classificados como ‘Impreciso’.

Sessenta dos 135 Senadores exerceram cargos eletivos, onde apenas treze fizeram carreira em cargos nomeativos, número ainda menor do que os quinze Senadores sem experiência política nenhuma e dos vinte que tiveram experiência em postos de nomeação, acrescida de passagem ou pelo Executivo, ou pelo Legislativo. Vinte e um Senadores passaram por cargos dos dois poderes que contam com eleições – Executivo e Legislativo, e por funções de indicação.

TABELA 6 – EXPERIÊNCIA DOS SENADORES EM CARGOS ELETIVOS E NOMEATIVOS, POR GÊNERO E SITUAÇÃO (TITULAR X SUPLENTE) – 1999-2006

Cargo (s)	GÊNERO		SITUAÇÃO		TOTAL	
	F	M	Suplente	Titular	Nº	%
Eletivos	9	51	6	54	60	44,4
Nomeativos	1	13	4	10	14	10,4
Ambos	1	18	0	19	19	14,1
Todos	0	21	0	21	21	15,6
Nenhum	2	13	7	8	15	11,1
Impreciso	0	6	5	1	6	4,4
TOTAL	13	122	22	113	135	100

Fontes: Senado Federal e CPDOC

Desses 21 Senadores, nenhuma Senadora e nenhum suplente chegou a atingir esse grau de experiência. Das treze Senadoras, quase 70% tinham suas carreiras marcadas por experiência única e exclusiva em cargos eletivos, patamar extremamente maior que os quase 42% dos Senadores. Mesmo somando os percentuais que incluem alguma passagem por cargo eletivo ('Ambos', 'Eletivos' e 'Todos'), sequer a maior experiência dos Senadores (17%) em relação a suas homólogas (0%) no quesito 'Todos' e a paridade entre os gêneros quanto a experiência única em postos nomeativos (8% das Senadoras e 10% dos Senadores) tornou os Senadores com carreiras mais construídas nas urnas do que as Senadoras (75% para eles e 77% para elas). Contraditoriamente, 15% das Senadoras não tinham nenhuma experiência em cargos institucionais antes do mandato de Senadora.

Todavia, as seis biografias imprecisas são de Senadores, fazendo com que possa haver um balanceamento distorcido no quesito, sendo cinco dessas de suplentes. As carreiras desses diferiram muito da dos titulares, proporcionalmente, os primeiros formaram um conjunto muito maior de Senadores sem experiência político-institucional (32% x 7%), com pouco mais que a metade de experiência em cargos eletivos que os titulares (27% x 48%) e com maior índice de experiência exclusiva em postos nomeativos (18% x 8%).

TABELA 7 – EXPERIÊNCIA DOS SENADORES (1999-2006) POR PARTIDO EM CARGOS ELETIVOS E NOMEATIVOS

Cargo(s)	DEM	PDT	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSDB	PT	PTB	TOTAL
Eletivos	9	2	20	1	3	2	2	8	10	3	60
Nomeativos	5	2	0	0	0	0	1	3	3	0	14
Todos	7	1	7	0	1	1	1	3	0	0	21
Ambos	4	0	4	2	1	0	1	5	0	2	19
Impreciso	1	0	1	2	0	0	0	1	1	0	6
Nenhum	2	0	3	0	0	2	0	3	5	0	15
TOTAL	28	5	35	5	5	5	5	23	19	5	135

Fontes: Senado Federal e CPDOC

Os Senadores enquadrados nas categorias ‘Ambos’, ‘Eletivos’ e ‘Todos’, somaram ao todo 100 dos integrantes que exerceram mandato entre 1999 e 2006; antes de quais tipos de cargos e em quais esferas os exerceram, é prudente avaliar se entre essa centena de políticos, houve diferença nas carreiras políticas entre os partidos e as regiões que representaram os Senadores.

Os dados das carreiras dos Senadores aprofundam as diferenças entre os partidos políticos no Senado Federal. Um terço dos políticos que tinham carreiras marcadas por cargos eletivos e outro um terço carimbado por exercer ‘Todos’ (cargos no Executivo, Legislativo e nomeativos) eram do PMDB; no extremo oposto, semelhante proporção é atribuída aos Senadores petistas, todavia, como Senadores sem experiência alguma em cargos políticos antes do mandato no Senado (ainda que o peso do PMDB no Senado tenha feito com que o próprio partido tenha representado 20% dos Senadores enquadrados nesse quesito, junto do PSDB com análoga porcentagem). Olhando pela perspectiva das bancadas, ainda que a inexperiência de petistas seja o dobro da dos tucanos (26% x 13%) e quase o triplo que a dos peemedebistas (9%), 40% dos Senadores do PR eram selados com essa qualidade. Obviamente, a pequena bancada do PR apresenta proporções muito grandes para qualquer distinção dentro do partido.

Democratas e tucanos foram os que mais representaram o universo de Senadores com carreiras circunscritas por postos indicativos, e, junto do PMDB, o conjunto dos políticos com experiências nomeativas acrescidas de postos eletivos ou no Executivo, ou no Legislativo. Enquanto o PT não figurou na lista das legendas com Senadores que tinham histórico em ‘Todos’ (Executivo, Legislativo e nomeativos) os postos, pequenos partidos de esquerda como o PDT, PPS e PSB, e o PR (de direita), contribuíram com um Senador (5% dos 21), cada, para esse rol. Números muito aquém dos 33% do DEM e equivalentes do PMDB.

O PT foi o partido com menor volume de Senadores com carreiras construídas nas urnas – 53% tinham experiência nos quadros ‘Eletivo’, ‘Ambos’ e ‘Todos’, abaixo do PDT (60%); contudo, isso não foi um padrão da esquerda, pois o PP teve idêntico percentual ao do PDT, enquanto que os opostos PPS e PTB tinham 100% de seus Senadores com histórico de vitórias nas urnas. Tucanos e democratas obtiveram percentual muito próximo – 70% e 71%, respectivamente, longe dos 89% dos peemedebistas que edificaram carreiras mais com vitórias em eleições.

Senadores do Sul e do Centro-Oeste foram os que menos tiveram trajetórias políticas evidentes nas biografias dos que exerceram mandato nas 51^a e 52^a Legislaturas, levando a questionar se esses possuíam carreiras mais sólidas. Em parte: de fato, nenhum Senador da região Sul esteve presente entre os 11% que não tinham nenhuma função política em suas

biografias e 93% exerceram pelo menos um cargo eletivo em sua carreira antes de chegar ao Senado, diferentemente dos 23% dos Senadores do Sudeste. Pouco mais de dois terços dos Senadores dessa última região tinham pelo menos uma vitória nas urnas antes de chegar à Casa da Federação, número só não menor que os 52% dos Senadores do Centro-Oeste, porém, bem abaixo dos 82% dos Senadores do Nordeste e 74% do Norte.

Porém, no Centro-Oeste houve uma idiosincrasia válida de pontuar: 28% dos Senadores dessa região tiveram carreiras caracterizadas por cargos nomeativos, valor menor apenas que os cargos eletivos (38%). Pesou desfavoravelmente a essa região os 10% dos Senadores que não tinham informações suficientes em suas biografias para detectar carreira política. Logo, Sul, Nordeste e Norte foram as regiões brasileiras que elevaram ao Senado os políticos mais experimentados politicamente, todas com pelo menos três quartos de seus representantes com carreiras políticas solidificadas pelos mandatos eletivos.

Pode-se previamente concluir que o Senado Federal entre os anos de 1999 e 2006 repetiu o senso comum de Casa dos políticos experientes – para o período, 45% dos Senadores tinha experiência exclusiva em postos eletivos (tabela 6). Enquanto que apenas no Centro-Oeste os cargos nomeativos (exclusivamente) foram significativamente importantes nas carreiras dos Senadores (para o Norte e o Nordeste, imperou a experiência em ‘Ambos’ – mandato eletivo ou no Executivo, ou no Legislativo e o posto de nomeação), no Sul e no Nordeste, 21% e 25% dos Senadores, respectivamente, tinham experiência em ‘Todos’ (mandatos executivos, legislativos e nomeativos), fazendo dessas duas as regiões com Senadores mais experientes nas urnas.

Em consenso com o estudo de Lemos e Ranincheski (2008), os Senadores das 51^a e 52^a Legislaturas claramente tiveram maior experiência adquirida pelo Legislativo em relação ao Executivo, algo plausível considerando que no Executivo somente dois (cabeça de chapa e vice) são empossados simultaneamente. De fato, o Senado se mostrou como Casa da elite política, considerando que o número de histórico de mandatos como Governador (39) e Deputado Federal (59) é bem maior que toda a hierarquia abaixo desses cargos (Vice-Governador – 13, Vice-Prefeito – 5, Prefeito – 34, Deputado Estadual – 51, e Vereador – 26)⁴⁷. Somente José Sarney – PMDB/AP e Marco Maciel – DEM/PE exerceram, respectivamente, os cargos de Presidente (1985-1990) e Vice-Presidente da República (1995-2002).

⁴⁷ Esses números incluem as passagens dos Senadores pelos cargos, logo, um Senador que foi, por exemplo, Governador e Deputado Federal, aparece na contagem de ambos os postos.

Curiosamente, pouquíssimos Senadores haviam exercido o próprio posto anteriormente – 22 dos 135 políticos em estudo, onde novamente, DEM e PMDB imperaram na lista – seis democratas e onze peemedebistas tinham pelo menos um mandato anterior ao em exercício durante o ínterim. Tucanos só vieram a se aproximar dos democratas e peemedebistas no quadro de histórico (APÊNDICES A, P e Q) de mandatos de Deputado Federal. Reforça o entendimento de maior experiência oriunda do Legislativo, o fato de que todos os partidos e todas as regiões tinham grande número de ex-Vereadores e ex-Deputados Estaduais e Federais (com exceção do PTB e do PDT, que não tinham ex-Deputados Federais em suas bancadas).

Os trinta e quatro Senadores que exerceram anteriormente o mandato de Prefeito, eram principalmente do Norte, Nordeste e do Sudeste. Dezesseis dos 21 Senadores do Centro-Oeste e 12 dos 14 Senadores do Sul não haviam passado por nenhuma Prefeitura. Com exceção do PT, todos os partidos tinham ex-Prefeitos em suas bancadas (até mesmo pequenos partidos de esquerda como o PPS e o PDT), onde novamente DEM e PMDB mostraram sua força (ainda que o tucano catarinense Leonel Pavan foi o único Senador com três mandatos de Prefeito, cinco Senadores do PMDB tinham dois desses mandatos no histórico).

Se desde o início vem se mostrando que peemedebistas e democratas predominaram em diversos quesitos no Senado durante o período, não diferente foi o retrato de ex-Ministros e ex-Governadores; distribuídos por todas as regiões, dos 39 Senadores que haviam sido chefes de Executivo estadual, onze eram do DEM e 19 do PMDB: os demais nove se encontravam no PSDB (6), PSB (2) e PT (1). Nem os pequenos partidos de esquerda, nem de direita, tinham ex-Governadores em suas bancadas. Cargos de pequena projeção, como secretarias estaduais, estavam presentes nas biografias de Senadores de todos os partidos; enquanto que autarquias e estatais, além de pouco presentes nas biografias dos Senadores, nenhuma despontou com frequência como ponto de passagem comum entre esses políticos.

Como se buscaram os dados nas páginas do Senado Federal e do CPDOC e não do TSE – como nos estudos de Perissinoto e Miríade (2009), e Cervi et al. (2015), por exemplo, não houve nenhum político que tenha se declarado como político profissional. Isso não deixa de, embasado nos dados acima apresentados, colocar as 51ª e 52ª Legislaturas do Senado Federal, como dominadas pelos políticos de carreira. Junto disso, há uma dicotomia clara e difícil de lidar, porque ao mesmo passo que o capital religioso não foi de grande valia para a época – diferentemente do estudo de Rodrigues (2002,2009) sobre a Câmara dos Deputados, o capital midiático (também assinalado pelo autor) teve certo impacto na trajetória dos Senadores. Acima disso, imperou a falta de informação sobre a vida dos Senadores antes dos cargos políticos,

onde mesmo as biografias estendidas do CPDOC continham em muitos casos, pouca ou nenhuma informação a respeito disso.

Logo, pode-se dizer que dos poucos Senadores que tinham trajetórias evidentes, os comunicadores (capital midiático) e ex-membros de movimentos estudantis foram os que melhor converteram suas trajetórias em carreiras políticas. Chamou atenção, como os ramos de ‘Economia e Negócios’ projetaram mais políticos ao Senado do que histórico de atuação político-burocrática, no Judiciário e o histórico sindical.

Se o Senado como um todo se mostrou bem experimentado politicamente, a diferença de gênero mostrou que para as mulheres chegarem ao Senado, há maior necessidade de construir carreira nas urnas. Isso foi parte das grandes diferenças encontradas, principalmente entre os Senadores dos partidos de esquerda, em especial o PT, que com poucos políticos de larga experiência com mandato no período, tinham trajetórias mais sólidas e bem caracterizadas. Esses dados vão na contramão do estudo de Miguel (2003), que focado na Câmara dos Deputados, observou que até mesmo esse partido, que no pós-ditadura tinha praticamente somente estreantes em cargos eletivos, posteriormente era caracterizado pela profissionalização política. Talvez, analisando o Senado após a 52ª Legislatura, possa-se verificar que esse movimento interno do PT se estendeu também a Casa da Federação.

Já os grandes partidos de centro e direita tiveram Senadores com carreiras mais largas. Contudo, não se pode fixar a ideia de necessidade de experiência política para chegar ao Senado; o fato de que DEM e PMDB não apenas dominaram o Senado nas duas Legislaturas, como tinham os políticos mais experimentados em cargos públicos, contradiz com o fato de que pequenos partidos como o PTB e o PPS também tinham Senadores bem experimentados, mas tinham bancadas minúsculas para ínterim. Tendo esse diagnóstico do Senado Feral nas 51ª e 52ª Legislaturas, passa-se para o objetivo maior dessa análise, focando nos líderes partidários e de bancadas suprapartidárias.

4.2 LÍDERES E LIDERADOS: SEMELHANÇAS E DISSONÂNCIAS DO *SOCIAL BACKGROUND*, DAS TRAJETÓRIAS E DAS CARREIRAS

Nessa parte final do trabalho, busca-se alcançar o objetivo primário do próprio. Tendo iniciado com o arcabouço teórico diversificado sobre a política como elitizada, campo de disputas e interesses que segue um fluxo de profissionalização de seus componentes, corroborado pela revisão dos estudos de caso focados nas duas casas do Congresso Nacional, apresentando tanto a Câmara dos Deputados e o objeto desse estudo – o Senado Federal, como

pontos de encontro da elite do poder, avança-se para averiguar se há ou não um padrão destoante dos líderes de bancadas partidárias e suprapartidárias do Senado Federal entre 1999 e 2006, em relação ao corpo da Casa. Para isso, serão repetidos alguns dos testes apresentados na subseção anterior, que outrora focados em realizar um diagnóstico por partido e por região, agora estarão concentrados em descrever os perfis dos líderes e os comparar com suas bancadas.

Durante a introdução do presente trabalho e o capítulo 3, falou-se das diversas prerrogativas que contam os líderes no Senado Federal, bem como citando as pesquisas de Silva e Araújo (2012), e Miranda (2010), como os líderes (especialmente do Governo), são a ponte entre as agendas do Executivo e do Legislativo. Espera-se até o final do atual capítulo, reforçar as compreensões de Huitt (1961) e Peabody (1967) apresentadas no capítulo anterior, atendendo ao clamor do primeiro autor, que incita os acadêmicos a melhor entender os líderes de bancadas, assim como testar a afirmação do segundo quanto a experiência que esses políticos têm para justificar suas posições dentro de suas respectivas bancadas.

Dos 135 Senadores do período, 35 exerceram postos de liderança (APÊNDICE K), que incluem: Líder (22), Líder do Governo (4), Líder da Oposição (3), Líder da Minoria (3) e Líder do Bloco de Apoio ao Governo (3). Foram poucos os blocos formados durante as 51ª e 52ª Legislaturas: PT, PDT, PSB e PPS integraram o Bloco de Oposição durante a segunda parte do Governo FHC – 1999-2002 (nos dois últimos anos o PSB deixou o bloco); PSDB e PP formaram bloco bipartidário no ano de 2002; PSDB e DEM se uniram no biênio 2005-2006 para formar o bloco de Minoria; e finalmente, PT, PSB, PTB e PR formaram o Bloco de Apoio ao Governo, durante os três primeiros anos do Governo Lula (2003-2005).

As idiossincrasias do PT não pararam no que tange ao recrutamento e a formação de seus quadros partidários: pode-se dizer que para o período, esse foi o partido que mais promoveu integração de blocos suprapartidários, nunca tendo entre os anos de 1999 e 2006, um líder próprio e exclusivo do partido; todavia, dos três Senadores que foram líderes do Bloco de Oposição, todos eram petistas (Marina Silva – AC, Heloísa Helena – AL e José Eduardo Dutra – SE). Quando o partido chegou ao Palácio do Planalto, no Senado formou o Bloco de Apoio ao Governo, também sempre liderado por coopartidários do Presidente (Tião Viana – AC, Delcídio Amaral – MS e Ideli Salvatti – SC), assim como o cargo de Líder do Governo pertenceu ao longo do primeiro mandato de Lula, ao petista Aloizio Mercadante – SP.

O que em parte pode explicar essa concentração petista nos postos de liderança, é que os partidos com os quais o PT formou blocos ao longo do período, eram pequenos partidos com poucos Senadores. Contrariamente, o PSDB dividiu os postos de liderança do Governo e da Minoria – Fernando Bezerra (PMDB/RN) foi Líder do Governo no Senado em 1999, sucedido

pelos tucanos José Roberto Arruda – DF (2000-2001) e Artur da Távola – RJ (2002); os pernambucanos Sérgio Guerra (PSDB) e José Jorge (DEM) se alternaram no posto de Líder da Minoria, após a liderança de Efraim Morais (DEM/PB) em 2004 (ano em que apenas o DEM se intitulava como Minoria no Senado) – fazendo desse posto, para o período, exclusivo de Senadores do Nordeste.

Não surpreende que a região Nordeste tenha o maior número de Senadores que exerceram postos de liderança durante os anos de 1999 e 2006, considerando que essa é a região com o maior número de Unidades da Federação, e, conseqüentemente, de Senadores na Casa. Contudo, se treze dos 44 Senadores nordestinos foram líderes, sete dos 22 Senadores do Sudeste exerceram semelhantes postos, questionando esse desequilíbrio distributivo. Sabe-se, como apresentado na seção anterior do corrente capítulo, que os Senadores do Nordeste tinham maior experiência política que seus homólogos do Sudeste, além de que o Sudeste tinha sete Senadores suplentes, número idêntico ao do Nordeste, porém com metade do número total de Senadores.

Mesmo o Centro-Oeste, que teve um número muito próximo de Senadores que o Sudeste, teve apenas dois líderes durante o ínterim, mesmo número que a região Sul, que junto do Nordeste, tinha os Senadores mais experientes. Esses números parcialmente confirmam ao mesmo tempo que destoam da análise de Messenberg (2008), que não havia encontrado grande número de parlamentares do Centro-Oeste e do Norte no centro da elite do Congresso, já que houveram poucos Senadores da primeira região em postos de liderança, contrariamente à região Norte.

Considerando que apenas os quatro grandes partidos – PMDB, DEM, PSDB e PT tinham Senadores eleitos nas cinco regiões, não surpreende que, novamente, os dois primeiros partidos sejam responsáveis pelo padrão encontrado. Dos quatro líderes democratas (dois do partido e dois da Minoria), todos eram do Nordeste: Hugo Napoleão (PI) e José Agripino (RN) – líderes do DEM, e, José Jorge (PE) e Efraim Morais (PB) – líderes da Minoria. Dos também quatro líderes peemedebistas (três do partido e um do Governo), três eram nordestinos – Renan Calheiros (AL) e Ney Suassuna (PB) lideraram o partido, enquanto o já citado Fernando Bezerra (RN) foi o primeiro Líder do Governo do período. Assim, mais da metade (sete dos treze líderes vindos do Nordeste) eram do DEM ou do PMDB.

TABELA 8 – LISTA DE POSIÇÕES NAS BANCADAS POR REGIÃO – 1999-2006

LEGENDA	POSIÇÃO	REGIÃO					TOTAL
		<i>C-Oeste</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Norte</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	
DEM	Integrante	4	13	3	2	2	24
	Líder	0	2	0	0	0	2
	Líder da Minoria	0	2	0	0	0	2
	Total	4	17	3	2	2	28
PDT	Integrante	-	1	1	-	1	3
	Líder	-	0	1	-	1	2
	Total	-	1	2	-	2	5
PMDB	Integrante	8	8	7	4	4	31
	Líder	0	2	1	0	0	3
	Líder do Governo	0	1	0	0	0	1
	Total	8	11	8	4	4	35
PP	Integrante	-	1	3	-	-	4
	Líder	-	0	1	-	-	1
	Total	-	1	4	-	-	5
PPS	Integrante	-	2	0	1	-	3
	Líder	-	0	1	1	-	2
	Total	-	2	1	2	-	5
PR	Integrante	-	-	0	2	-	2
	Líder	-	-	1	2	-	3
	Total	-	-	1	4	-	5
PSB	Integrante	-	0	1	0	-	1
	Líder	-	1	2	1	-	4
	Total	-	1	3	1	-	5
PSDB	Integrante	3	6	2	4	2	17
	Líder	0	2	1	0	0	3
	Líder da Minoria	0	1	0	0	0	1
	Líder do Governo	1	0	0	1	0	2
	Total	4	9	3	5	2	23
	Total	4	9	3	5	2	23
PT	Integrante	4	0	4	2	2	12
	Líder da Oposição	0	2	1	0	0	3
	Líder do Bloco de Apoio ao Governo	1	0	1	0	1	3
	Líder do Governo	0	0	0	1	0	1
	Total	5	2	6	3	3	19
PTB	Integrante	-	-	2	0	1	3
	Líder	-	-	1	1	0	2
	Total	-	-	3	1	1	5
TOTAL	Integrante	19	31	23	15	12	100
	Líder	0	7	9	5	1	22
	Líder da Minoria	0	3	0	0	0	3
	Líder da Oposição	0	2	1	0	0	3
	Líder do Bloco de Apoio ao Governo	1	0	1	0	1	3
	Líder do Governo	1	1	0	2	0	4
	Total	21	44	34	22	14	135

Fonte: Senado Federal

Curiosamente, não foram essas mesmas legendas as responsáveis pelo bom número de Senadores líderes oriundos do Sudeste, mas sim os pequenos partidos como PR, PPS, PSB e PTB⁴⁸, que tinham pelo menos um líder vindo dessa região; contribuíram o PSDB e o PT com as já citadas lideranças do Governo de Artur da Távola (RJ) e Aloizio Mercadante (SP). Assim, quando não a liderança do Governo, os Senadores do Sudeste somente assumiram lideranças de partidos, não da Minoria, nem do Bloco de Apoio ao Governo ou da Oposição. Foram também os pequenos partidos (exceto o PTB), dessa vez junto do PP e do PDT, que inflaram o número de líderes partidários advindos da região Norte, junto dos acreanos Marina Silva e Tião Viana, que pelo PT lideraram, respectivamente, a Oposição e o Bloco de Apoio ao Governo.

A contribuição do PT para o número de mulheres no Senado, reforçou as peculiaridades do partido, que foi o único que apontou mulheres para os postos de lideranças – todos os casos recentemente citados: Marina Silva – AC e Heloísa Helena – AL (líderes da Oposição), e Ideli Salvatti – SC (Líder do Bloco de Apoio ao Governo). As Senadoras acreana e catarinense, também foram as duas entre os três líderes que tinham profissão na área de ‘Ensino’ antes da carreira política (o terceiro foi o ex-Professor Universitário José Jorge – DEM/PE). Se para o período o Senado se mostrou pouco aberto a diversidade de gênero, menos ainda para esses importantes postos dentro das bancadas. O caso feminino só não foi pior que o dos suplentes, onde nenhum chegou a exercer liderança entre os anos de 1999 e 2006.

Analisando o *social background* dos líderes, alguns dados se tornam relevantes: apesar de apenas seis Senadores terem declarado profissões enquadradas nos ramos de ‘Agricultura, pecuária e afins’, quatro desses foram líderes partidários. Dos Senadores com histórico profissional nas ‘Engenharias’, mais da metade (oito dos quinze) exerceram liderança, número maior que os seis que tinham profissão na área ‘Jurídica’, outros seis das profissões ligadas a ‘Economia e Negócios’ e os quatro da área da ‘Saúde’. A sobreposição de líderes ligados as ‘Engenharias’ também se repetiu na diplomação dos Senadores (dez engenheiros frente a oito bacharéis em Direito).

Três detalhes fazem com que esses dados sejam vistos com cautela antes de se avançar a análise: primeiro, está se falando de um pequeno número de Senadores (135) e um ainda menor número de líderes (35); segundo, nenhum padrão pode ser carimbado, pois se está trabalhando com apenas duas Legislaturas; por fim, há uma pequena diferença na ‘vantagem’ dos Senadores das ‘Engenharias’ em relação aos da área ‘Jurídica’.

⁴⁸ Marcelo Crivella (PR/RJ), Paulo Hartung (PPS/ES), Roberto Saturnino Braga (PSB/RJ) e Arlindo Porto (PTB/MG).

TABELA 9 – LISTA DE POSIÇÕES NAS BANCADAS POR ÁREA DE PROFISSÃO PRÉVIA AO MANDATO – 1999-2006

ÁREA DA PROFISSÃO	<i>Integrantes (não líderes)</i>										TOTAL
	DEM	PDT	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSDB	PT	PTB	
Sem profissão declarada	2	-	-	-	-	-	-	1	2	-	5
Agricultura, pecuária e afins	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Ciências Naturais	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Ciências Sociais	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Comunicação	-	-	5	-	-	-	-	2	-	1	8
Diplomacia e Serv. Público	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	3
Economia e Negócios	4	-	9	2	-	-	-	5	1	1	22
Engenharias	1	-	2	-	-	1	-	3	-	-	7
Ensino	1	1	1	1	1	-	-	1	4	-	10
Jurídica	9	1	10	-	2	-	-	2	-	-	24
Outros	1	-	1	-	-	1	-	-	2	-	5
Saúde	3	1	1	1	-	-	-	1	1	1	9
Técnica	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	24	3	31	4	3	2	1	17	12	3	100
<i>Líderes de partido/bloco</i>											
Sem profissão declarada	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Agricultura, pecuária e afins	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	3
Diplomacia e Serv. Público	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Economia e Negócios	-	-	1	-	-	2	-	1	-	1	5
Engenharias	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	4
Jurídica	1	1	2	-	-	-	1	-	-	-	5
Saúde	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
TOTAL	2	2	3	1	2	3	4	3	-	2	22
<i>Líder da Minoria</i>											
Agricultura, pecuária e afins	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Engenharias	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ensino	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
<i>Líder da Oposição</i>											
Ciências Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
<i>Líder do Bloco de Apoio ao Governo</i>											
Engenharias	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
<i>Líder do Governo</i>											
Economia e Negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Engenharias	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2
Jurídica	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL	-	-	1	-	-	-	-	2	1	-	4
TOTAL	28	5	35	5	5	5	5	23	19	5	135

Fonte: Senado Federal

Ainda assim, cabe registrar que o predomínio dos líderes partidários oriundos de profissões das ‘Engenharias’, também se fizeram presentes nos pequenos partidos de esquerda (PDT e PPS), bem como no pequeno partido de direita – PR⁴⁹, reforçados pela liderança do Bloco de Apoio ao Governo de Delcídio Amaral (PT/MS) e das lideranças do Governo de José Roberto Arruda (PSDB/DF) e Fernando Bezerra (PMDB/RN). Até mesmo o líder que mais tempo permaneceu no posto era Engenheiro – José Agripino Maia liderou o DEM entre os anos de 2002-2003 e 2005-2006.

Os profissionais da ‘Comunicação’ que estavam presentes nos partidos de centro, não assumiram nenhuma liderança; PMDB e PT se mostraram mais ‘proporcionais’ as suas bancadas, já que a dominância dos profissionais das áreas ‘Jurídica’ e ‘Economia e Negócios’ no PMDB, também se traduziram em líderes da bancada⁵⁰; assim como o PT e as lideranças com profissão prévia na área do ‘Ensino’. Tendo o PT sempre liderado o Bloco de Oposição, as lideranças de Marina Silva (AC) e Heloisa Helena (AL) deram certa proporção aos profissionais de ‘Ensino’ e ‘Saúde’ do bloco PT/PDT/PSB/PPS, contrariamente à liderança do geólogo José Eduardo Dutra (SE).

Seguindo na linha dos blocos, o pecuarista Geraldo Melo (PSDB/RN) foi parte da sobreposição de líderes oriundos das áreas de ‘Agricultura, pecuária e afins’, quando liderou o bloco suprapartidário PSDB-PP em 2002. Outro tucano que repetiu esse feito, todavia, liderando o bloco PSDB/DEM, foi o Líder da Minoria – Sérgio Guerra (PE). Os resultados da área de formação (APÊNDICE R), como recentemente afirmado, confirmam essa tendência das ‘Engenharias’, chamando atenção que haviam três Senadores do PSB formados em subáreas da Engenharia; todos eles exerceram o posto de líder do partido: o graduado em Engenharia (não especificada a área) – Roberto Saturnino (RJ), o graduado em Engenharia Civil – Ademir Andrade (PA) e o bacharel em Engenharia Agrícola – João Capiberibe (AP).

Como advertido no início do capítulo, não se avaliará o perfil do Líder do Governo em relação a bancada governista, pois além de não ser preciso nos documentos oficiais do Senado quais eram os Senadores governistas, mesmo dentro dos partidos da base do Presidente no Congresso podem haver políticos independentes e discentes. Sabendo que o *social background* dos líderes revela certas discrepâncias entre as bancadas, brota-se a indispensabilidade de analisar as trajetórias e as carreiras dos ‘Maestros da Elite’.

⁴⁹ Osmar Dias (PR) – Líder do PDT, Roberto Saturnino Braga (RJ) – Líder do PSB e Marcelo Crivella (RJ) – Líder do PR.

⁵⁰ Os advogados – Renan Calheiros (AL) e Jader Barbalho (PA) e o empresário – Ney Suassuna (PB).

Dando sequência a mesma ordem utilizada na subseção anterior do corrente capítulo, inicia-se pela trajetória política dos Senadores e, mais especificamente, pelo histórico de cargos no Judiciário e atividade sindical. Dos pouquíssimos Senadores com passagem pelo Judiciário, apenas o pedetista Jefferson Péres (AM) foi líder durante as 51ª e 52ª Legislaturas. Sabendo da importância do sindicalismo nas bancadas do PT durante os anos de 1999 e 2006, torna-se desnecessário mencionar novamente os nomes, já que foram citados nominalmente tanto no histórico sindical da primeira parte do capítulo, quanto nas posições de liderança exercidas pelos mesmos. Dos ex-sindicalistas fora do Partido dos Trabalhadores, João Ribeiro – PR/TO e Arlindo Porto – PTB/MG exerceram as lideranças de seus respectivos partidos.

Rememorando que trajetórias caracterizadas por cargos de ‘Assessoria Política’ e na ‘Diplomacia e Serviço Público’ foram correntes no DEM, onde conjuntamente do PSDB os democratas também tiveram trajetórias ligadas as áreas de ‘Economia e Negócios’, o fato de José Agripino Maia (RN) ter dividido a liderança do DEM apenas com seu cooptadário Hugo Napoleão – PI (que não tinha características em sua trajetória), fez esse último ramo ser característico das trajetórias dos líderes democratas.

Aliás, participações em associações ligadas a ‘Economia e Negócios’ (que se sobrepuseram as trajetórias ligadas as atividades políticas e burocráticas) também foram as que mais caracterizaram os líderes partidários no Senado: Sérgio Machado (PSDB/CE), José Alencar (PR/MG), Arlindo Porto (PTB/MG), e até mesmo os líderes de partidos de esquerda – Osmar Dias (PDT/PR) e Roberto Saturnino (PSB/RJ), tinham histórico prévio aos seus respectivos mandatos de participação em instituições voltadas aos ramos industrial, comercial, dentre outros. Trajetórias assinaladas por ‘Diplomacia e Serviço Público’ não foram maioria no PMDB, mas simbolizaram a trajetória de liderança, especialmente pelo exercício de Renan Calheiros (AL) à frente da bancada entre 2001 e 2004.

O mesmo valeu para o PR no quesito ‘Movimentos Sociais e Religiosos’, onde a trajetória só foi relevante para o Líder – Marcelo Crivella (RJ), bem como para o PPS na condição de trajetórias ligadas a organizações e instituições de ‘Saúde’, só característica do Líder – Mozarildo Cavalcanti (RR). Porém, dos 24 Senadores com histórico de participação em movimentos estudantis, dez exerceram liderança no Senado: Renan Calheiros (PMDB/AL), João Capiberibe (PSB/AP), Paulo Hartung (PPS/ES), Carlos Patrocínio (PTB/TO), Heloísa Helena (PT/AL), José Eduardo Dutra (PT/SE), Ideli Salvatti (PT/SC), Artur da Távola (PSDB/RJ), Fernando Bezerra (PMDB/RN) e Aloizio Mercadante (PT/SP).

Considerando que 60 dos 135 Senadores não haviam características de trajetórias evidentes em suas biografias antes da chegada ao Senado, acrescido da universalidade que movimento estudantil pode significar, esse é um indicativo para se aprofundar a pesquisa dessa relação em outro estudo, a fim de a confirmar (talvez utilizando um maior período de tempo), considerando a presença dessa qualidade nos políticos dos mais distintos partidos, ou ratificar como aspecto dos Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas. Tendo melhor conhecimento sobre a trajetória dos líderes, chega-se ao ápice do trabalho, onde se pode averiguar as semelhanças e dissonâncias das carreiras políticas dos Senadores.

TABELA 10 – PERCENTUAIS DE LÍDERES E INTEGRANTES NO SENADO FEDERAL, POR ÁREA DE PROFISSÃO, DIPLOMAÇÃO, REGIÃO E CARGOS PRÉVIOS AO MANDATO – 1999-2006

ÁREA DA PROFISSÃO	<i>Integ. (%)</i>	<i>Líd. (%)</i>	ÁREA DO DIPLOMA	<i>Integ. (%)</i>	<i>Líd. (%)</i>
Impreciso/Não declarada	5	2,9	Impreciso/Não declarada	10	8,6
Agricultura, pecuária e afins	2	11,4	Ciências Naturais	2	5,7
Ciências Naturais	2	2,9	Ciências Sociais	3	2,9
Diplomacia e Serviço	3	5,7	Economia e Negócios	11	17,1
Economia e Negócios	22	17,1	Engenharias	7	28,6
Engenharias	7	22,9	Ensino Médio	5	2,9
Ensino	10	8,6	Jurídica	35	22,9
Jurídica	24	17,1	Saúde	7	11,4
Saúde	9	11,4	Outros	20	0
Outros	16	0	TOTAL	100	100
TOTAL	100	100			
			CARGOS	<i>Integ. (%)</i>	<i>Líd. (%)</i>
REGIÃO	<i>Integ. (%)</i>	<i>Líd. (%)</i>	Eletivos	48	34,3
Centro-Oeste	19	5,7	Nenhum	11	11,4
Nordeste	31	37,1	Nomeativos	11	8,6
Norte	23	31,4	Todos	15	17,1
Sudeste	15	20	Ambos	9	28,6
Sul	12	5,7	Impreciso	6	0
TOTAL	100	100	TOTAL	100	100

Fonte: Senado Federal e CPDOC

Nos dados do conjunto da Casa, poucos Senadores haviam tido carreiras marcadas por cargos nomeativos, assim como apenas 15 não tinham experiência política nenhuma. Dos quatorze que fizeram carreira exclusiva em cargos nomeativos, somente Osmar Dias (PDT/PR), José Roberto Arruda (PSDB/DF) e Delcídio Amaral (PT/MS) foram líderes no Senado durante o período. Considerando que o Senador tucano foi Líder do Governo, não será feita (por motivos previamente citados) a comparação com a bancada. Do lado pedetista, considerando se tratar de um pequeno grupo de cinco parlamentares, será adotada a mesma prudência da subseção anterior. Contudo, essas escolhas do PT e do PDT chamam atenção pelo fato de que

as carreiras exclusivamente nomeativas eram recorrentes no DEM e no PSDB. Vale pontuar que o Senador paranaense não destoa muito da bancada do PDT, Augusto Botelho (RR) tinha carreira semelhante e a posterior liderança de Jefferson Péres (AM) ‘equilibrou a balança’, considerando a experiência em cargos eletivos de seus coopartidários – Emília Fernandes (RS) e Almeida Lima (SE). Já Delcídio Amaral (PT/MS) era um entre três petistas (junto de Serys Shlessarenko – MT e Sibá Machado – AC) com semelhante carreira.

Curiosamente, os Senadores sem experiência político-institucional, somaram quatro lideranças na Casa, principalmente no PR, onde José Alencar (MG) e Marcelo Crivella (RJ) foram líderes do partido. Vale lembrar que foi afirmado na primeira parte do capítulo que 40% dos Senadores da legenda não tinham experiência em cargos públicos antes do mandato; esses foram justamente os líderes Alencar e Crivella. No que ambos fogem do padrão da experiência política entre o rol de líderes partidários, reforçam o arquétipo do *social background* ligado as ‘Engenharias’ – o Senador carioca Marcelo Crivella (assim como o trio: Osmar Dias – PDT/PR, Delcídio Amaral – PT/MS e José Roberto Arruda – PSDB/DF) era profissional da área; bem como de trajetórias caracterizadas pelas áreas de ‘Economia e Negócios’ – José Alencar (MG).

A outra metade de líderes inexperientes pertenceu ao PT, que anteriormente foi descrito como o partido com maior número de estreantes (em cargos políticos) no Senado, tendo José Eduardo Dutra (SE) liderado a Oposição e Tião Viana (AC) exercido o cargo de Líder do Bloco de Apoio ao Governo. Ainda assim, mesmo sendo o partido com os quadros menos experientes na política institucional, o Líder do Governo petista – Aloizio Mercadante (SP) tinha carreira marcada por cargos eletivos; assim como as líderes da Oposição: Marina Silva (AC) e Heloísa Helena (AL), bem como a Líder do Bloco de Apoio ao Governo – Ideli Salvatti (SC). Aliás, a liderança de Aloizio Mercadante (PT/SP) seguiu padrão do próprio posto de Líder do Governo (com exceção da recém citada liderança de José Roberto Arruda – PSDB/DF). Seus antecessores Fernando Bezerra (PMDB/RN) e Artur da Távola (PSDB/RJ) também tinham carreiras marcadas exclusivamente pelas urnas.

Dois dos pequenos partidos de esquerda (PPS e PSB) e o PR, se assemelharam as grandes legendas durante o período no que tange a escolha de seus líderes. Se como colocado na primeira parte do capítulo que essas pequenas legendas contribuíram (com um Senador cada, junto do PDT) para o rol de Senadores que tinham passagem por ‘Todos’ os ‘aspectos’ do poder (cargos executivos, legislativos e nomeativos), todos eles foram líderes de suas bancadas. Paulo Hartung (PPS/ES), Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) e João Ribeiro (PR/TO) se uniram a Hugo Napoleão (DEM/PI), Jader Barbalho (PMDB/PA) e Arthur Virgílio (PSDB/AM) na lista dos líderes mais experimentados politicamente.

Dos demais pequenos partidos, as agremiações de direita – PTB e PP tiveram lideranças mais próximas dos padrões das carreiras de seus componentes das bancadas. Leomar Quintanilha (PP/TO) tinha passagens pelo Legislativo e por cargos de nomeação (‘Ambos’), tendo liderado a bancada onde, como descrito na primeira parte do corrente capítulo, 60% tinha pelo menos uma vitória nas urnas. Aproveitando novamente os dados da primeira parte, foi apontado que toda a bancada do PTB tinha histórico de vitória em eleições (‘Ambos’, ‘Eletivos’ ou ‘Todos’), tornando óbvio que as lideranças de Carlos Patrocínio (TO) e Arlindo Porto (MG) sigam esse molde.

Já tendo parcialmente falado dos tucanos, considerando que o PSDB foi Governo durante a primeira metade do período em estudo, além da liderança do partido de Arthur Virgílio (AM), os tucanos indicaram outros três líderes: Sérgio Machado (CE), Sérgio Guerra (PE) e Geraldo Melo (RN) tiveram suas carreiras classificadas como ‘Ambos’ (histórico de cargos eletivos: ou no Executivo, ou no Legislativo, e cargos nomeativos), onde o penúltimo foi Líder do bloco PSDB/PP e o último foi Líder da Minoria (DEM/PSDB). Essa última liderança, acrescida da do democrata José Jorge (PE) no mesmo posto, reforça o padrão desses partidos, que junto do PMDB, como outrora descrito, foram os partidos com maior volume de Senadores com experiências nomeativas e de cargos eletivos ou no Executivo, ou no Legislativo.

Não por acaso a liderança da Minoria de Efraim Morais (DEM/PB) – com carreira circunscrita a cargos eletivos, e os já citados líderes do DEM – José Agripino Maia (RN) e Hugo Napoleão (PI), com carreiras marcadas por cargos ‘Eletivos’ e ‘Todos’ (cargos nomeativos e eletivos no Legislativo e no Executivo), mostram os democratas como ainda mais profissionalizados politicamente em termos de liderança. Não diferente para o PMDB, que além do caso já mencionado de Jader Barbalho (PA), Renan Calheiros (AL) e Ney Suassuna (PB) tinham carreiras marcadas por cargos legislativos e nomeativos (‘Ambos’).

Assim como o todo da Casa, os Senadores líderes tiveram mais experiência adquirida pelo Legislativo do que pelo Executivo. Entre os 34 ex-Prefeitos, oito foram alçados ao posto de Líder, onde surpreendentemente, três pessebistas compunham esse pequeno grupo. Na subseção anterior, apontou-se que no que cresce a hierarquia dos cargos, com exceção da Presidência (e Vice) da República e Ministérios, maior a incidência desses nas biografias dos Senadores, tanto que eram 39 ex-Governadores no Senado. Do grande conjunto de ex-chefes do Executivo estadual presentes no PMDB, nenhum exerceu a liderança do partido; entre os onze democratas, apenas dois (José Agripino Maia – RN e Hugo Napoleão – PI) lideraram a bancada. Contrariamente, dos 59 ex-Deputados Federais no Senado, 17 exerceram liderança.

Todos esses dados reforçam as conclusões do capítulo anterior, onde revisando estudos focados no Congresso Nacional, constatou-se que para além da profissionalização política dos Senadores, quanto maior o papel dentro da Casa da Federação, ainda maior a profissionalização, o histórico de cargos obtidos e de postos políticos exercidos. Se os Senadores são marcados por carreiras legislativas, entre seus líderes, a *expertise* legislativa se mostra mais extensa e evidente. Se o Senado é a Casa dos políticos experientes, os líderes de partidos e bancadas suprapartidárias são ainda mais experimentados.

Esse levantamento que abrangeu os anos de 1999 e 2006, poderia ser resumido em duas regiões e dois partidos: Nordeste e Norte; DEM e PMDB. Essas regiões, pelo número de Unidades da Federação, detinham o maior número de Senadores e junto da região Sul, os mais experimentados na política. Sequer o maior número de assentos em disputa nas regiões Norte e Nordeste, permitiu uma fuga dos padrões da Casa. Assim como o DEM e o PMDB, que com o maior número de quadros em suas bancadas, tinham perfis coesos, marcados pela experiência política. Chama atenção a contradição de que os postos de líderes partidários e de blocos suprapartidários foram dominados pelos Senadores experientes, mas como a região Sul, que junto do Nordeste tinha os Senadores mais experimentados politicamente, praticamente ficou de fora desse seletivo grupo.

O modo como o PT contribuiu para a diversidade de gênero e as trajetórias alternativas aos padrões do Senado, necessita de estudos que vão para além do período referido, averiguando se essas características do partido se estenderam ao longo do tempo; em especial, considerando como os demais partidos de esquerda se mostraram tão próximos dos padrões de recrutamento dos grandes partidos de centro e direita. Além disso, a maneira como os Senadores das ‘Engenharias’ e os de trajetórias ligadas a ‘Economia e Negócios’ e movimentos estudantis se sobressaíram em termos de lideranças de partidos e blocos durante o período (especialmente no caso dos Engenheiros, que compensaram com o diploma e a profissão na área a falta de experiência política antes de assumir cargos de liderança), também necessita de exames mais profundos e em períodos alternativos, a fim de verificar se isso foi uma idiossincrasia das 51^a e 52^a Legislaturas, ou uma característica intrínseca do Senado Federal.

Supõe-se, a princípio, que isso decorra exclusivamente pelo fato citado na primeira parte do capítulo de que DEM, PMDB e PSDB tinham quase todos os Senadores engenheiros em suas bancadas (mesmo que numericamente menores que os advogados) e considerando que esses partidos foram Governo na primeira metade do período em estudo (podendo cada um indicar um líder partidário e pela indicação do Presidente da República, ter o Líder do Governo), esse predomínio se traduziu em lideranças. Assim como os Senadores com histórico de

trajetórias em associações comerciais e industriais – ‘Economia e Negócios’, que superaram numericamente os Senadores ligados a trajetórias político-institucionais, também se converteram em maior número de lideranças. Segue impreciso, todavia, como profissões ligadas a ‘Agricultura, pecuária e afins’ estiveram tão presentes nesses postos-chaves no Senado Federal.

Os estudos internacionais revisados no capítulo anterior pontuaram o quão pouco se sabe sobre os líderes partidários; esses, foram ao encontro das afirmações de diversos autores trabalhados ao longo dessa escrita, de como o Senado Federal é uma Casa pouco conhecida. Ao longo desse capítulo, pode-se explorar um pouco mais da Câmara Alta do Congresso Nacional, mostrar o quanto o padrão de políticos de carreiras longevas se mostra parcialmente correto, e o quanto ainda há de se descobrir sobre os líderes do Senado Federal.

Ao se desacreditar do poder do líder partidário no Senado, por esse guiar em muitas ocasiões políticos de muito maior projeção que o próprio líder, o modo como esse posto representou um reforço do padrão da experiência política e uma concentração ainda maior do grupo de carreiras longevas e passagem por cargos de alta visibilidade, mostra que esse descrédito está focado no simples poder de imposição da liderança e não como esse posto representa uma posição importante na distribuição do poder dentro das bancadas. O Senado Federal é composto por parcela da elite política, que é guiada por um conjunto que reforça os padrões dessa própria elite – os ‘Maestros’.

5 CONCLUSÃO

O objetivo primário da presente dissertação foi averiguar o possível contraste entre os líderes partidários e de bancadas suprapartidárias no Senado Federal em relação aos demais Senadores, entre os anos de 1999 e 2006, que abrangeram as 51^a e 52^a Legislaturas. Através da análise de dados encerrada no capítulo anterior, essa contraposição ficou clara, não por uma discrepância ou incongruência do *social background*, das trajetórias e das carreiras políticas dos líderes em relação ao corpo da Casa, mas como os primeiros tornaram ainda mais concentradas as principais características e reforçaram o padrão da elite política, como se essa alta-roda concentrasse ainda mais o senso comum de um Senado formado por políticos bacharéis e marcados por carreiras institucionais.

Como descrito na introdução do trabalho que se encerra, o Senado como objeto de estudo tem como pressuposto ser o equilíbrio nacional, onde cada Unidade da Federação tem o mesmo número de parlamentares. O que ficou notório durante o capítulo quatro, é que com pequenas exceções – como os médicos que se sobressaíram na região Norte, as regiões só se diferenciaram em termos de posição socio-ocupacional, superando a predominância dos advogados e dos bacharéis em Direito, quando observadas as diplomações e as profissões por áreas; os conjuntos de unidades federativas se distinguiram mais pelos tipos de trajetórias e por maior ou menor experiência político-institucional.

O fator de equilíbrio que gera o Senado para o Legislativo, pelas três cadeiras por estado e também muito provavelmente pela eleição majoritária que alça os políticos a Casa, formou durante o período um perfil coeso, onde mesmo as dissonâncias em determinadas características eram justificáveis por outros fatores também fortes e relevantes no corpo da instituição; leia-se os casos dos líderes sem experiência política alguma em termos de carreira, que ou advieram do padrão encontrado nas trajetórias, ou do parâmetro de diplomação/profissão. De modo algum isso significa que a Casa da Federação esteve fechada a um ‘protótipo’ de político, basta ver os casos citados de como o PT, com trajetórias marcadas pelo sindicalismo e promotor de diversidade de gênero no Senado, ou o PR, com maior volume de debutantes no Senado, para citar partidos de distintas linhas ideológicas, traçaram outras vias de recrutamento dos Senadores e indicação de lideranças.

Reforçando uma das justificativas apontadas na abertura da dissertação, o ascendente número de legendas com assento no Senado Federal não apenas promoveu diversidade partidária, como também fez crescer o número de líderes no lado esquerdo do Congresso Nacional, lideranças essas que em muito se assemelharam as dos grandes partidos (PMDB,

DEM, PSDB e PT). De fato, os líderes se diferenciaram do corpo da Casa pela maior *expertise* legislativa e a concentração de oriundos das ‘Engenharias’, no que essas lideranças partidárias, nesse conjunto concentrado, muito se assemelhavam. Se diluídos os diplomas, não os analisando por área, como apontado no capítulo anterior, a graduação em Direito/Ciências Jurídicas predominou nos mais distintos partidos; observando por área, as ‘Engenharias’ estiveram também presentes nas mais diversas legendas, a tal ponto que até no pequeno partido de esquerda – o PSB, dos três Senadores diplomados na área, todos foram líderes da bancada.

Como outrora descrito, isso incita futuros estudos para confirmar se esse padrão de Líder, com maior experiência político-institucional – principalmente adquirida pelo Legislativo, oriundo das ‘Engenharias’, com trajetória associada a ‘Economia e Negócios’ e/ou movimentos estudantis, repete-se para outras Legislaturas. Também porque, considerando como Senadores do Sudeste (de onde vieram os Senadores das pequenas legendas) se sobressaíram em termos de lideranças em relação a região Sul, que tinha Senadores mais experientes, tais pequenos fragmentos de ‘fuga’ desse retrato de lideranças, podem indicar uma mudança que estava em movimento, ‘capturada’ durante o estudo das duas Legislaturas. Até aqui, substanciou-se a hipótese inicial de que havia um fator que sobrepujava as distinções ideológicas dos partidos.

O fenômeno da profissionalização política, que deu o pontapé inicial no capítulo dois para a construção do arcabouço teórico utilizado nesse trabalho, foi ostentado a níveis de realidade ao ter encontrado Senadores de amplas carreiras – valendo-se das palavras de Weber (2015) – vivendo para a política, não obstante os posicionamentos dos partidos na escala esquerda-direita, o gênero (onde as mulheres se mostraram ainda mais profissionalizadas) e a origem regional. Sob a perspectiva das trajetórias políticas, sindicalistas e empresários se mostraram representados pela elite do poder, rememorando Mills (1965,1981), para quem os políticos profissionais fazem o intermédio entre as camadas sociais.

De modo algum se procura reduzir essas magnas teorias a realidade observada em menos de uma década, mas se usar o embasamento instituído pela tríade Weber (2015), Bourdieu (2002) e Mills (1965,1981) durante a primeira parte do trabalho, pode-se refletir como as classes dominantes se projetaram ao campo político, não apenas sob a perspectiva do caso do quarto capítulo, mas também dos diversos estudos do capítulo três, outorgando pensar as trajetórias e os diplomas como capitais sociais que alavancaram indivíduos de outros campos ao político-institucional, reproduzindo a hierarquia desses no campo político. Seguindo nessa mesma matriz, as carreiras podem ser pensadas como principais formadoras de capital político,

notório e ressaltado nos estudos avaliados no terceiro capítulo e no estudo de caso da quarta parte.

Isso trouxe a importante conclusão que a diplomação universitária foi o principal quesito entre o capital social para ascensão ao meio político institucional, em um campo hierarquizado, onde o capital político é tamanho dominante que se sobrepõe ao capital econômico e mesmo o social quando há uma disputa eleitoral por um cargo político, e quanto mais alto for esse posto, maior o privilégio dos validos de capital político. Focado no Senado Federal, sabe-se que dentro da instituição prevalece a mesma lógica, onde a experiência política favorece a obtenção de cargos e nomeações importantes aos postos da Casa.

Revisitando as sínteses das leituras de Bourdieu (2002) e Mills (1965,1981) na segunda parte, discorreu-se sobre a complexidade do campo político, onde os profissionais políticos são soberanos. Focando nos casos do PT (que tinha o menor quadro de políticos profissionais entre os grandes partidos) e dos líderes sem experiência política (divididos entre esse partido e o PR), percebe-se que esses formaram capital fora do campo político, com trajetórias de lideranças de segmentos sociais, lembrando como o primeiro autor apontou que as diversas formas de capital colocavam em equilíbrio os chegados ao campo político junto dos profissionais do mesmo. Contudo, é importante pontuar que o pequeno volume de *outsiders*, outro quesito fortemente trabalhado no capítulo dois, foi ainda mais notável entre as lideranças, pois até mesmo entre os petistas, a maior parte dos líderes eram os poucos dentro da bancada que tinham capital político adquirido e formado em postos eletivos.

Valendo-se novamente de aspectos teóricos trabalhados para fazer analogia e refletir sobre a realidade encontrada, o modo como Panebianco (2005) e Michels (1970) trabalham de diferentes maneiras o processo de elitização do partido, o primeiro pensando no estratagema político para formação de lideranças, o segundo na oligarquização dos partidos de origem proletária que buscam chegar ao Governo, podem ser vistos no modo como os partidos de esquerda recrutaram ou profissionais intelectuais, ou foram semelhantes no recrutamento dos partidos de direita.

Os dominadores da institucionalidade burocrática, criticados pelo segundo autor, fizeram-se presentes no Senado, a ver pelo modo como praticamente a maioria era de profissionais políticos, tendo pelo menos experiência em cargos nomeativos. Todavia, os casos dos líderes engenheiros e os de trajetórias ligadas a 'Economia e Negócios' nos partidos de esquerda (mas que eram mais presentes nos partidos de direita), politicamente profissionalizados, onde junto ao PR, os pequenos partidos de esquerda contribuíram cada um com 5% dos 21 políticos mais experimentados da Casa, demonstra outro aspecto da obra do

autor aqui estudada, bem como as de Manin (1995) e Dahl (1997), onde essas instituições outrora ligadas as massas, para competir no jogo do poder, profissionalizam-se na atividade através de estrategismo e planejamento, recrutando e agregando indivíduos que advêm de faixas previamente distintas do partido, onde o núcleo social originário do partido, passa a ter suas bandeiras políticas representadas por intelectuais, profissionais liberais e a classe média.

Não por acaso a hegemonia dos bacharéis; no que a composição partidária se distancia da representação ideológica da legenda, dentro das instituições do poder, tratando mais especificamente do Senado, evocando o estudo citado no capítulo três da maior profissionalização e maior concentração dos graduados em Direito na CCJ, estende-se esse pensamento para como é frutífero ao partido político ter quadros formados e anteriormente atuantes em áreas específicas. Assim como os advogados na CCJ, os engenheiros podem ser primordiais na Comissão de Infraestrutura e os economistas na Comissão de Assuntos Econômicos.

Como sintetizado no capítulo três, após explanar os importantes estudos nesse tratado, em termos de formação e atuação profissional prévias a carreira política, essas atividades produzem *know-how* de política, não necessariamente na interação político-eleitor e convívio entre membros do parlamento, mas de domínio de questões socioeconômicas tratadas – no que lembra Schumpeter (1961) – o cotidiano da política.

Afinal, como explanado na introdução dessa dissertação, é o Senado Federal quem sabatina e aprova nomeações de extrema relevância as autoridades máximas que atuam na elaboração, regulamentação e fiscalização de políticas públicas e socioeconômicas. Isso não significa que somente formados podem atuar politicamente nessas áreas, afinal de contas, como se buscou mostrar desde o princípio, é o capital político que prevalece nesse campo. Contudo, quadros bem preparados para o embate político entre os pares e para arguição de autoridades, são meramente o princípio de Michels (1970) da elitização dos partidos de esquerda decorrente da competição política, suscitado a realidade.

Retomando o início do capítulo três, a profissionalização política que antes era associada aos profissionais do ramo jurídico, no que Weber (2015) e Bourdieu (2002) são duas entre as inúmeras fontes a apontar o destaque dos advogados na política, somados aos estudos de caso também na terceira parte, que mostraram a proeminência dos mesmos na história do parlamento brasileiro, o fenômeno da política como profissão passou a ser cada vez mais correlato a posição socio-ocupacional, pelo modo como as características sociais moldam a elite política. Ainda durante a retomada da obra weberiana, onde o célebre pensador alemão discorre sobre o papel dos bacharéis em Direito, questionou-se a possibilidade de predominância dos diplomados e

profissionais da área entre os líderes de bancadas no Senado Federal, algo que não se comprovou.

Vários autores, produtores de diversos estudos quanto ao *social background* dos políticos eleitos, foram utilizados para reforçar a necessidade de compreender o antecedente desses que eventualmente assumiram a política como profissão, pavimentando para o quarto capítulo que focou em análogas variáveis. Apresentou-se o Congresso Nacional composto por aqueles que quando não ligados ao domínio econômico, eram providos pela instrução educacional. Tomando a política como ocupação, outros levantamentos focados nas carreiras institucionais dos políticos brasileiros, ainda na terceira parte, estruturaram um perfil que no capítulo seguinte foi utilizado para efeitos comparativos com o Senado Federal durante o ínterim em estudo.

Justamente nesse ponto que o presente trabalho se diferenciou dos levantamentos apresentados, pois para além de casos que misturavam a trajetória política e a carreira política, outros focaram nos cargos mais importantes assumidos pelos Senadores antes de chegarem a Casa da Federação. Na presente dissertação que se encerra, buscou-se valorizar a construção das carreiras, de modo que entre os ‘Maestros da elite’, havia a maior concentração entre os que exerceram cargos legislativos, executivos e nomeativos – inexorável exemplo de profissionais políticos.

Indiferente do espectro ideológico, como se detalhou no quarto capítulo, em sintonia com outra tríade – Dahl (1997), Manin (1995) e Sartori (1994), mostrou-se a política controlada pelas lideranças políticas que representam os segmentos sociais nos quais fundamentam seus poderes; as trajetórias políticas indicam isso profundamente, dadas as inúmeras fontes de poder percorridas por Bourdieu (2002), Sartori (1994) e Mills (1965,1981). Ainda que, como bem assinalado por Dahl (1997), associado com a Lei de Ferro da Oligarquia de Michels (1970), essas lideranças não sejam um espelhamento das camadas sociais pelas vias do voto – basta ver o *social background* dos Senadores, muito mais associáveis entre si do que com os fragmentos sociais.

Se como informado no capítulo quatro que ex-Governadores e ex-Deputados Federais sobreexcederam os históricos de cargos abaixo na hierarquia institucional em termos de carreiras dos Senadores entre os anos de 1999 e 2006, especialmente no segundo cargo, no modo como a *expertise* legislativa predominou na formação do colégio de líderes, retoma-se os exemplos citados na mesma seção de como José Sarney (PMDB/AP) e Marco Maciel (DEM/PE), ex-Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, ficaram de fora dos cargos de liderança.

Sabe-se que, mencionando os casos de descrédito quanto ao poder impositivo de lideranças no Senado, trabalhados tanto na introdução, quanto nos capítulos três e quatro, figuras como Eduardo Suplicy (PT/SP), Bernardo Cabral (DEM/AM), Roberto Requião (PMDB/PR), dentre outros, também foram liderados por figuras de menor projeção política que esses nomes de carreiras e trajetórias amplas, datadas de décadas anteriores aos seus mandatos. Todavia, José Sarney, para citar um exemplo, como descrito no capítulo três, presidiu o Senado Federal durante parte do período em estudo. Ao mesmo passo que isso incita estudar a distribuição de cargos na mesa diretora do Senado, bem como das Comissões permanentes, tonifica-se o argumento que estudar os líderes no Senado não se trata de examinar o poder decisório nos trâmites legislativos, mas sim observar como esse posto importante dentro da instituição serve como alicerce a distribuição de poder dentro da Casa.

Essa foi uma importante dedução da quarta parte da dissertação, junto de outros apontamentos que promoveram grande reflexão e suscitam outras investigações a respeito do Senado Federal: as carreiras mais profissionalizadas das mulheres; o contraste em relação à Câmara dos Deputados, onde na Casa da Federação os membros dos partidos de direita eram tão escolarizados quanto os de partidos de esquerda; e o modo como o PT se diferenciou no recrutamento em relação a todas as legendas, mesmo as do seu próprio segmento ideológico, trazendo ao Senado diversidade de gênero e trajetórias únicas, ligadas ao sindicalismo.

Ainda durante o capítulo quatro, foi estruturado um levantamento que mostrou como determinadas áreas de diplomações e profissões impactam no recrutamento de Senadores de determinada região, ao mesmo passo que a região pode ou não ser promotora de Senadores ligados a semelhantes áreas. Os profissionais de ‘Economia e Negócios’ no Sudeste, de ‘Ensino’ no Sul e os médicos do Norte, podem ou não ter se repetido em outras Legislaturas, abrindo espaço para averiguar os padrões encontrados. Ao mesmo tempo, esses dados foram parcialmente ao encontro e relativamente questionaram o senso comum a respeito da Casa da Federação, onde a primazia do diploma em Direito, mas o menor número de empresários (ao menos para as duas Legislaturas avaliadas), respectivamente, reforçam haver traços de uma diversificação no recrutamento dos Senadores.

Como recentemente citado nessa seção de considerações finais, ao mesmo passo que as regiões com mais estados demonstraram uma relativa diversificação em termos de trajetórias e extensão/formação das carreiras, bem como do *social background* dos Senadores eleitos, tratando das trajetórias, o sindicalismo foi tamanho relevante ao PT na época, que as exceções ao partido com histórico de participação sindical, posteriormente vieram a ser empresários antes

do mandato de Senador. Já as trajetórias tucanas, foram mais semelhantes às do DEM (partido de direita), em relação ao seu equivalente no centro da escala ideológica – PMDB.

Esse último, não apenas foi o partido durante os oito anos estudados com maior número de assentos no Senado e de vagas conquistadas para o período, mas também foi o partido com os Senadores mais experientes em cargos públicos. Junto dos peemedebistas, os integrantes do DEM tinham características em suas carreiras muito parecidas com o primeiro partido, de centro, legendas dominantes nas duas maiores regiões do Brasil – Norte e Nordeste, até mesmo quando avaliado o rol de Senadores que haviam exercido esse mesmo posto legislativo anteriormente aos mandatos em execução, também com os maiores conjuntos de ex-Prefeitos e ex-Governadores. Ambos os partidos, como descrito no capítulo anterior, com bancadas profissionalizadas e lideranças partidárias ainda mais experimentadas politicamente.

Em síntese, considerando como as pequenas legendas se assemelhavam a esses partidos, tanto no *social background*, quanto na experimentação política, reforça-se algo óbvio: por mais que esses elementos sejam de extrema importância para chegar ao Senado, uma diversidade de outros fatores durante o interstício entre a formação das carreiras e a chegada ao Senado, especialmente, o poder eleitoral dos grandes partidos, impactam na formação das legislaturas. Em sintonia com os estudos relatados no capítulo três, nota-se no capítulo quatro que os grandes partidos – com exceção do PT, não apenas detêm os grandes quadros da política brasileira, eles preferencialmente recrutam esses políticos de longevas carreiras numa relação mútua que reforça o poderio dos políticos e dos partidos. Assim, forma-se a elite política, mas mesmo as elites têm os seus ‘Maestros’, até a que compõe essa augusta instituição política brasileira, o Senado Federal.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006**. Revista Política Hoje, Recife, v. 20, n. 2, p. 550-580, 2011. Acesso em: 16 set. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2772>

BOHN, Simone. Mulheres e qualidade das candidaturas nas eleições para o Senado: Brasil e Estados Unidos em contraste. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008. Acesso em: 15 set. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180410>.

BOTTINELLI, Eduardo. **Las carreras políticas de los senadores en Uruguay: ¿cambios o continuidades ante el triunfo de la izquierda?**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 29-43, jun. 2008. Acesso em: 13 set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100004>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 5ª edição, 2002.

CERVI, Emerson Urizzi; COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. **Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 30, n. 1, p. 189-205, abr. 2015. Acesso em: 28 mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100011>

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. **Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico**. Opinião Pública, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, dez. 2014. Acesso em: 01 jun. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014203346>

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas e HEINZ, Flavio. **Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 24, n. 60, p. 47-68, dez. 2016. Acesso em: 19 set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246005>.

CORADINI, Odaci Luiz. **Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 109-122, fev. 2012. Acesso em: 12 mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000100008>

CORADINI, Odaci Luiz. **Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 28, p. 181-203, jun. 2007. Acesso em: 13 abr. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782007000100012>

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. **Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República**. Textos para discussão, Curitiba, n. 2, p. 1-28, abr. 2012. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2598

COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. **Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010)**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 14, p. 227-253, maio/ago. 2014. Acesso em: 16 set. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3458>

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. EdUSP: São Paulo, 1997.

FREIRE, André. **A profissionalização política dos deputados portugueses**. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 12, 2002. Acesso em: 08 ago. 2017. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1489.pdf

GAXIE, Daniel. **As lógicas do recrutamento político**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. Brasília, n. 8, p. 165-208, ago. 2012. Acesso em: 25 ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000200007>.

GROBA, Paula. **Criado em 1824, o Senado acompanhou momentos históricos do Brasil**. Rádio Senado, jan. 2013. Acesso em: 20 mar. 2016. Disponível em: www12.senado.gov.br/radio/1/noticia/criado-em-1824-o-senado-acompanhou-momentos-historicos-do-brasil

HERRERA, Javier Sánchez. **La élite parlamentaria de Canarias**. Revista de Sociología e Política, Curitiba, n. 23, p. 141-153, nov. 2004. Acesso em: 28 mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000200013>

HUITT, Ralph. **Democratic Party Leadership in the Senate**. The American Political Science Review, Washington, vol. 55, n. 2, p. 333-344, jun. 1961. Acesso em: 23 set. 2017. Disponível em: www.jstor.org/stable/1952244

LEMOS, Leany Barreiro de Sousa; RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008. Acesso em: 15 set. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180410>.

LLANOS, Mariana; SÁNCHEZ, Francisco. Conselho de anciãos? O Senado e seus parlamentares no Cone Sul. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008. Acesso em: 15 set. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180410>.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, p. 5-34, São Paulo, 1995. Acesso em: 20 out 2016. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm

MELLADO, María Virginia. **Socialización y formación de las élites políticas argentinas: itinerarios universitarios y aprendizajes**. Pro-Posições, Campinas, v. 26, n. 77, p. 163-185, ago. 2015. Acesso em: 13 set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507707>

MESSEMBERG, Débora. **A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 17-28, jun. 2008. Acesso em: 29 ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100003>.

MICHELS, Robert. **Os partidos políticos.** Senzala, São Paulo, 1970.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003. Acesso em 26 ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder.** Zahar Editores: Rio de Janeiro, 4ª edição, 1981.

MILLS, C. Wright. **Poder e política.** Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1965.

MIRANDA, Geralda Luiza de. **A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 201-225, out. 2010. Acesso em: 28 mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000300013>

NEIVA, Pedro Robson Pereira. **Coesão e disciplina partidária no Senado Federal.** Dados, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 289-318, 2011. Acesso em: 15 mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582011000200003>

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. **Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história.** Rev. Bras. Ciências Sociais, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 165-188, fev. 2014. Acesso em: 16 set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000100011>

NEIVA, Pedro Robson Pereira; SOARES, Márcia Miranda. **Senado brasileiro: casa federativa ou partidária?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, nº 81, p. 97-115, fev. 2013. Acesso em: 02 abr. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000100007>

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** Martins Fontes: São Paulo, 2005.

PEABODY, Robert. **Party Leadership Change in the United States House of Representatives.** The American Political Science Review, Washington, vol. 61, n. 3, set. 1967, p. 675-693. Acesso em: 23 set. 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1976087>

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. **Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa.** Sociologias, Porto Alegre, v. 11, n. 22, p. 280-313, jul/dez 2009. Acesso em: 13 abr. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000200011>

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. **Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006.** Dados, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, jun. 2009. Acesso em: 15 mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582009000200002>

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. **Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010.** Opinião Pública, Campinas, v. 20, n. 1, p. 49-66, abr. 2014. Acesso em: 12 mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762014000100003>

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. **Estimating ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005:** A reserach communication. Latin American Research Review, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246. Acesso em: 28 dez. 2017. Disponível em: ww.fgv.br/professor/cesar.zucco/files/PaperLARR2009.pdf

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira (INTERNET).** Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2009. Acesso em: 20 set. 2017. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=114>

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social.** Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100004>

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: O debate contemporâneo.** Vol. I, Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1961.

SENADO FEDERAL. **Arquivo S:** Nossa história é nosso maior patrimônio. Acesso em: 05 abr. 2016. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/arquivo-s>

SENADO FEDERAL. **Regimento Interno – Senado Federal.** Acesso em: 25 abr. 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISFCompilado.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4>

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.99). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 1999. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP1999

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.00). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2000. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2000>

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.01). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2001. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2001>

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.02). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2002. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2002>

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.03). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2003. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2003

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.04). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2004. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2004>

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.05). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2005. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2005>

SENADO FEDERAL. **Relatório da Presidência (Senado Federal e Congresso Nacional):** Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura (Período de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.06). Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2006. Acesso em: 18 set. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2006>

SILVA, Rafael Silveira e ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Ainda vale a pena legislar:** a atuação dos agenda holders no Congresso brasileiro. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 19-50, dez. 2013. Acesso em: 23 ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000400002>.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e Política:** duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2015.

OUTRAS REFERÊNCIAS

CPDOC. **Documentos de Arquivos Pessoais, entrevistas de História Oral e verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** FGV, Rio de Janeiro. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo

SENADO FEDERAL. **Senadores das Legislaturas anteriores.** Senado Federal, Brasília. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteriores>

APÊNDICES

APÊNDICE A - Lista de Senadores que assumiram mandato entre as 51ª e 52ª Legislaturas

UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO	UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO
AC	Marina Silva	PT	Titular	PA	Ademir Andrade	PSB	Titular
AC	Nabor Júnior	PMDB	Titular	PA	Jader Barbalho	PMDB	Titular
AC	Tião Viana	PT	Titular	PA	Luiz Otávio	PP	Titular
AC	Sibá Machado	PT	Suplente	PA	Ana Júlia Carepa	PT	Titular
AC	Geraldo Mesquita Júnior	PSB	Titular	PA	Duciomar Costa	PTB	Titular
AL	Renan Calheiros	PMDB	Titular	PA	Flexa Ribeiro	PSDB	Suplente
AL	Teotônio Vilela Filho	PSDB	Titular	PB	Ronaldo Cunha Lima	PMDB	Titular
AL	Heloísa Helena	PT	Titular	PB	Ney Suassuna	PMDB	Titular
AM	Bernardo Cabral	DEM	Titular	PB	Wellington Roberto	PMDB	Suplente
AM	Jefferson Péres	PDT	Titular	PB	Efraim Moraes	DEM	Titular
AM	Gilberto Mestrinho	PMDB	Titular	PB	José Maranhão	PMDB	Titular
AM	Arthur Virgílio	PSDB	Titular	PE	Carlos Wilson	PSDB	Titular
AP	Gilvam Borges	PMDB	Titular	PE	Roberto Freire	PPS	Titular
AP	José Sarney	PMDB	Titular	PE	José Jorge	DEM	Titular
AP	Sebastião Rocha	PT	Titular	PE	Marco Maciel	DEM	Titular
AP	João Capiberibe	PSB	Titular	PE	Sérgio Guerra	PSDB	Titular
AP	Papaléo Paes	PTB	Titular	PI	Freitas Neto	DEM	Titular
BA	Antonio Carlos Magalhães	DEM	Titular	PI	Hugo Napoleão	DEM	Titular
BA	Paulo Souto	DEM	Titular	PI	Alberto Silva	PMDB	Titular
BA	Waldeck Ornelas	DEM	Titular	PI	Benício Sampaio	PP	Suplente
BA	Djalma Bessa	DEM	Suplente	PI	Heráclito Fortes	DEM	Titular
BA	Rodolpho Tourinho	DEM	Suplente	PI	Mão Santa	PMDB	Titular
BA	César Borges	DEM	Titular	PR	Osmar Dias	PSDB	Titular
CE	Lúcio Alcântara	PSDB	Titular	PR	Roberto Requião	PMDB	Titular
CE	Sérgio Machado	PSDB	Titular	PR	Álvaro Dias	PSDB	Titular
CE	Luiz Pontes	PSDB	Titular	PR	Flávio Arns	PT	Titular
CE	Reginaldo Duarte	PSDB	Suplente	RJ	Artur da Távola	PSDB	Titular
CE	Patrícia Saboya Gomes	PPS	Titular	RJ	Roberto Saturnino	PSB	Titular
CE	Tasso Jereissati	PSDB	Titular	RJ	Geraldo Cândido	PT	Suplente

(continua)

APÊNDICE A - Lista de Senadores que assumiram mandato entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(continuação)

UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO	UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO
DF	Luiz Estevão	PMDB	Titular	RJ	Sérgio Cabral	PMDB	Titular
DF	José Roberto Arruda	PSDB	Titular	RJ	Marcelo Crivella	PR	Titular
DF	Lauro Campos	PT	Titular	RN	Geraldo Melo	PSDB	Titular
DF	Valmir Amaral	PMDB	Suplente	RN	José Agripino	DEM	Titular
DF	Lindberg Cury	DEM	Suplente	RN	Fernando Bezerra	PMDB	Titular
DF	Eurípedes Camargo	PT	Suplente	RN	Agnelo Alves	PMDB	Suplente
DF	Paulo Octávio	DEM	Titular	RN	Garibaldi Alves Filho	PMDB	Titular
DF	Cristovam Buarque	PT	Titular	RO	Ernandes Amorim	PP	Titular
ES	Gerson Camata	PMDB	Titular	RO	Amir Lando	PMDB	Titular
ES	Paulo Hartung	PSDB	Titular	RO	Moreira Mendes	DEM	Suplente
ES	Luzia Toledo	PSDB	Suplente	RO	Fernando Matusalém	PP	Suplente
ES	Ricardo Santos	PSDB	Suplente	RO	Fátima Cleide	PT	Titular
ES	Magno Malta	PR	Titular	RO	Valdir Raupp	PMDB	Titular
ES	João Batista Motta	PPS	Suplente	RR	Marluce Pinto	PMDB	Titular
GO	Íris Rezende	PMDB	Titular	RR	Romero Jucá	PSDB	Titular
GO	Mauro Miranda	PMDB	Titular	RR	Mozarildo Cavalcanti	PP	Titular
GO	Maguito Vilela	PMDB	Titular	RR	Augusto Botelho	PDT	Titular
GO	Demóstenes Torres	DEM	Titular	RS	Emília Fernandes	PDT	Titular
GO	Lúcia Vânia	PSDB	Titular	RS	José Fogaça	PMDB	Titular
MA	Edison Lobão	DEM	Titular	RS	Pedro Simon	PMDB	Titular
MA	João Alberto Souza	PMDB	Titular	RS	Paulo Paim	PT	Titular
MA	Bello Parga	DEM	Suplente	RS	Sérgio Zambiasi	PTB	Titular
MA	Roseana Sarney	DEM	Titular	SC	Casildo Maldaner	PMDB	Titular
MG	Francelino Pereira	DEM	Titular	SC	Jorge Bornhausen	DEM	Titular
MG	José Alencar	PMDB	Titular	SC	Geraldo Althoff	DEM	Suplente
MG	Arlindo Porto	PTB	Titular	SC	Ideli Salvatti	PT	Titular
MG	Aelton Freitas	PR	Suplente	SC	Leonel Pavan	PSDB	Titular
MG	Eduardo Azeredo	PSDB	Titular	SE	Antonio Carlos Valadares	PSB	Titular
MG	Hélio Costa	PMDB	Titular	SE	José Eduardo Dutra	PT	Titular
MG	Wellington Salgado	PMDB	Suplente	SE	Maria do Carmo Alves	DEM	Titular

(continua)

APÊNDICE A - Lista de Senadores que assumiram mandato entre as 51^a e 52^a Legislaturas

(conclusão)

UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO	UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO
MS	Lúdio Coelho	PSDB	Titular	SE	Almeida Lima	PDT	Titular
MS	Ramez Tebet	PMDB	Titular	SP	Romeu Tuma	DEM	Titular
MS	Juvêncio da Fonseca	PMDB	Titular	SP	Eduardo Suplicy	PT	Titular
MS	Delcídio Amaral	PT	Titular	SP	Pedro Piva	PSDB	Suplente
MT	Carlos Bezerra	PMDB	Titular	SP	Aloizio Mercadante	PT	Titular
MT	Jonas Pinheiro	DEM	Titular	TO	Carlos Patrocínio	DEM	Titular
MT	Antero Paes de Barros	PSDB	Titular	TO	Leomar Quintanilha	PP	Titular
MT	Serys Slhessarenko	PT	Titular	TO	Eduardo Siqueira Campos	DEM	Titular
				TO	João Ribeiro	DEM	Titular

Fonte: Senado Federal

OBS.: Senadores listados de acordo com os partidos que tomaram posse, não evidenciando mudanças de legendas ao longo do mandato

APÊNDICE B - Lista de Senadores por profissão e gênero que assumiram mandato entre as 51^a e 52^a Legislaturas

UF	SENADOR (A)	PROFISSÃO	GÊN
AC	Marina Silva	Professor Ensino Básico	F
AC	Nabor Júnior	Comerciante	M
AC	Tião Viana	Médico	M
AC	Sibá Machado	Geógrafo	M
AC	Geraldo Mesquita Júnior	Servidor Público	M
AL	Renan Calheiros	Advogado	M
AL	Teotônio Vilela Filho	Economista	M
AL	Heloísa Helena	Enfermeiro	F
AM	Bernardo Cabral	Advogado	M
AM	Jefferson Péres	Advogado	M
AM	Gilberto Mestrinho	Técnico em Contabilidade	M
AM	Arthur Virgílio	Diplomata	M
AP	Gilvam Borges	Sociólogo	M
AP	José Sarney	Escritor	M
AP	Sebastião Rocha	Médico	M
AP	João Capiberibe	Zootecnista	M
AP	Papaléo Paes	Médico	M
BA	Antonio Carlos Magalhães	Médico	M
BA	Djalma Bessa	Advogado	M
BA	Paulo Souto	Geólogo	M
BA	Waldeck Ornelas	Impreciso	M
BA	Rodolpho Tourinho	Economista	M
BA	César Borges	Engenheiro	M
CE	Lúcio Alcântara	Médico	M
CE	Sérgio Machado	Empresário	M
CE	Luiz Pontes	Empresário	M
CE	Reginaldo Duarte	Agropecuário	M
CE	Patrícia Saboya Gomes	Pedagogo	F
CE	Tasso Jereissati	Empresário	M
DF	Luiz Estevão	Empresário	M
DF	José Roberto Arruda	Engenheiro	M
DF	Lauro Campos	Professor Universitário	M
DF	Valmir Amaral	Empresário	M
DF	Lindberg Cury	Empresário	M
DF	Eurípedes Camargo	Impreciso	M
DF	Paulo Octávio	Empresário	M
DF	Cristovam Buarque	Professor Universitário	M

(continua)

APÊNDICE B - Lista de Senadores por profissão e gênero que assumiram mandato entre as 51^a e 52^a Legislaturas

(continuação)

UF	SENADOR (A)	PROFISSÃO	GÊN
ES	Gerson Camata	Economista	M
ES	Luzia Toledo	Advogado	F
ES	Paulo Hartung	Impreciso	M
ES	Ricardo Santos	Engenheiro	M
ES	Magno Malta	Pastor	M
ES	João Batista Motta	Advogado	M
GO	Íris Rezende	Advogado	M
GO	Mauro Miranda	Engenheiro	M
GO	Maguito Vilela	Advogado	M
GO	Demóstenes Torres	Promotor	M
GO	Lúcia Vânia	Jornalista	F
MA	Bello Parga	Bancário	M
MA	Edison Lobão	Advogado	M
MA	João Alberto Souza	Economista	M
MA	Roseana Sarney	Sociólogo	F
MG	Francelino Pereira	Advogado	M
MG	José Alencar	Empresário	M
MG	Arlindo Porto	Empresário	M
MG	Aelton Freitas	Engenheiro	M
MG	Eduardo Azeredo	Engenheiro	M
MG	Hélio Costa	Jornalista	M
MG	Wellington Salgado	Empresário	M
MS	Lúdio Coelho	Agropecuarista	M
MS	Ramez Tebet	Advogado	M
MS	Juvêncio da Fonseca	Advogado	M
MS	Delcídio Amaral	Engenheiro	M
MT	Carlos Bezerra	Advogado	M
MT	Jonas Pinheiro	Médico	M
MT	Antero Paes de Barros	Jornalista	M
MT	Serys Shlessarenko	Professor Universitário	F

(continua)

APÊNDICE B - Lista de Senadores por profissão e gênero que assumiram mandato entre as 51^a e 52^a Legislaturas

(continuação)

UF	SENADOR (A)	PROFISSÃO	GÊN
PA	Ademir Andrade	Administração Pública	M
PA	Jader Barbalho	Advogado	M
PA	Luiz Otávio	Empresário	M
PA	Ana Júlia Carepa	Arquiteto	F
PA	Duciomar Costa	Empresário	M
PA	Flexa Ribeiro	Engenheiro	M
PB	Ronaldo Cunha Lima	Advogado	M
PB	Wellington Roberto	Empresário	M
PB	Ney Suassuna	Empresário	M
PB	Efraim Morais	Engenheiro	M
PB	José Maranhão	Advogado	M
PE	Carlos Wilson	Impreciso	M
PE	Roberto Freire	Advogado	M
PE	José Jorge	Professor Universitário	M
PE	Marco Maciel	Advogado	M
PE	Sérgio Guerra	Pecuarista	M
PI	Freitas Neto	Impreciso	M
PI	Hugo Napoleão	Advogado	M
PI	Alberto Silva	Engenheiro	M
PI	Benício Sampaio	Médico	M
PI	Heráclito Fortes	Servidor Público	M
PI	Mão Santa	Médico	M
PR	Osmar Dias	Engenheiro	M
PR	Roberto Requião	Jornalista	M
PR	Álvaro Dias	Professor*	M
PR	Flávio Arns	Professor Universitário	M
RJ	Artur da Távola	Advogado	M
RJ	Geraldo Cândido	Impreciso	M
RJ	Roberto Saturnino	Engenheiro	M
RJ	Sérgio Cabral	Jornalista	M
RJ	Marcelo Crivella	Engenheiro	M
RN	Geraldo Melo	Pecuarista	M
RN	José Agripino	Engenheiro	M
RN	Fernando Bezerra	Engenheiro	M
RN	Agnelo Alves	Jornalista	M
RN	Garibaldi Alves Filho	Jornalista	M

(continua)

APÊNDICE B - Lista de Senadores por profissão e gênero que assumiram mandato entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(conclusão)

UF	SENADOR (A)	PROFISSÃO	GÊN
RO	Ernandes Amorim	Professor*	M
RO	Moreira Mendes	Advogado	M
RO	Amir Lando	Advogado	M
RO	Fernando Matusalém	Empresário	M
RO	Fátima Cleide	Servidor Público	F
RO	Valdir Raupp	Administrador	M
RR	Marluce Pinto	Empresário	F
RR	Romero Jucá	Economista	M
RR	Mozarildo Cavalcanti	Médico	M
RR	Augusto Botelho	Médico	M
RS	Emília Fernandes	Professor Ensino Básico	F
RS	José Fogaça	Professor Universitário	M
RS	Pedro Simon	Advogado	M
RS	Paulo Paim	Metalúrgico	M
RS	Sérgio Zambiasi	Radialista	M
SC	Casildo Maldaner	Advogado	M
SC	Geraldo Althoff	Médico	M
SC	Jorge Bornhausen	Advogado	M
SC	Ideli Salvatti	Professor Ensino Básico	F
SC	Leonel Pavan	Empresário	M
SE	Antonio Carlos Valadares	Advogado	M
SE	José Eduardo Dutra	Geólogo	M
SE	Maria do Carmo Alves	Advogado	F
SE	Almeida Lima	Advogado	M
SP	Pedro Piva	Advogado	M
SP	Romeu Tuma	Delegado	M
SP	Eduardo Suplicy	Economista	M
SP	Aloizio Mercadante	Economista	M
TO	Carlos Patrocínio	Médico	M
TO	Leomar Quintanilha	Agropecuarista	M
TO	Eduardo Siqueira Campos	Professor*	M
TO	João Ribeiro	Empresário	M

Fonte: Senado Federal

*Não especificado se o Senador era professor de nível básico ou universitário

APÊNDICE C – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segunda profissão

UF	SENADOR (A)	LEG	PROFISSÃO SECUNDÁRIA
AC	Marina Silva	PT	Agricultor
AC	Nabor Júnior	PMDB	Seringalista
AC	Tião Viana	PT	-
AC	Sibá Machado	PT	Agricultor
AC	Geraldo Mesquita Júnior	PSB	-
AL	Renan Calheiros	PMDB	-
AL	Teotônio Vilela Filho	PSDB	-
AL	Heloísa Helena	PT	-
AM	Bernardo Cabral	DEM	-
AM	Jefferson Péres	PDT	-
AM	Gilberto Mestrinho	PMDB	-
AM	Arthur Virgílio	PSDB	-
AP	Gilvam Borges	PMDB	-
AP	José Sarney	PMDB	Jornalista
AP	Sebastião Rocha	PT	-
AP	João Capiberibe	PSB	-
AP	Papaléo Paes	PTB	-
BA	Antonio Carlos Magalhães	DEM	Jornalista
BA	Djalma Bessa	DEM	Professor*
BA	Paulo Souto	DEM	-
BA	Waldeck Ornelas	DEM	-
BA	Rodolpho Tourinho	DEM	-
BA	César Borges	DEM	-
CE	Lúcio Alcântara	PSDB	Professor Universitário
CE	Sérgio Machado	PSDB	Economista
CE	Luiz Pontes	PSDB	-
CE	Reginaldo Duarte	PSDB	Empresário
CE	Patrícia Saboya Gomes	PPS	-
CE	Tasso Jereissati	PSDB	-
DF	Luiz Estevão	PMDB	-
DF	José Roberto Arruda	PSDB	-
DF	Lauro Campos	PT	-
DF	Valmir Amaral	PMDB	-
DF	Lindberg Cury	DEM	-
DF	Eurípedes Camargo	PT	-
DF	Paulo Octávio	DEM	-
DF	Cristovam Buarque	PT	-

(continua)

APÊNDICE C – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segunda profissão

(continuação)

UF	SENADOR (A)	LEG	PROFISSÃO SECUNDÁRIA
ES	Gerson Camata	PMDB	Jornalista
ES	Luzia Toledo	PSDB	-
ES	Paulo Hartung	PPS	-
ES	Ricardo Santos	PSDB	-
ES	Magno Malta	PR	-
ES	João Batista Motta	PPS	-
GO	Íris Rezende	PMDB	Agropecuária
GO	Mauro Miranda	PMDB	Agricultor
GO	Maguito Vilela	PMDB	-
GO	Demóstenes Torres	DEM	Professor*
GO	Lúcia Vânia	PSDB	-
MA	Bello Parga	DEM	-
MA	Edison Lobão	DEM	Jornalista
MA	João Alberto Souza	PMDB	-
MA	Roseana Sarney	DEM	-
MG	Francelino Pereira	DEM	Professor*
MG	José Alencar	PR	-
MG	Arlindo Porto	PTB	Contabilista
MG	Aelton Freitas	PR	-
MG	Eduardo Azeredo	PSDB	-
MG	Hélio Costa	PMDB	-
MG	Wellington Salgado	PMDB	Professor Ensino Básico
MS	Lúdio Coelho	PSDB	-
MS	Ramez Tebet	PMDB	-
MS	Juvêncio da Fonseca	PMDB	-
MS	Delcídio Amaral	PT	-
MT	Carlos Bezerra	PMDB	Empresário
MT	Jonas Pinheiro	DEM	-
MT	Antero Paes de Barros	PSDB	-
MT	Serys Shlessarenko	PT	-

(continua)

APÊNDICE C – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segunda profissão

(continuação)

UF	SENADOR (A)	LEG	PROFISSÃO SECUNDÁRIA
PA	Ademir Andrade	PSB	-
PA	Jader Barbalho	PMDB	-
PA	Luiz Otávio	PP	-
PA	Ana Júlia Carepa	PT	Bancário
PA	Duciomar Costa	PTB	-
PA	Flexa Ribeiro	PSDB	-
PB	Ronaldo Cunha Lima	PMDB	-
PB	Wellington Roberto	PMDB	-
PB	Ney Suassuna	PMDB	-
PB	Efraim Morais	DEM	Professor*
PB	José Maranhão	PMDB	Empresário
PE	Carlos Wilson	PSDB	-
PE	Roberto Freire	PPS	-
PE	José Jorge	DEM	-
PE	Marco Maciel	DEM	Professor Universitário
PE	Sérgio Guerra	PSDB	-
PI	Freitas Neto	DEM	-
PI	Hugo Napoleão	DEM	Professor Universitário
PI	Alberto Silva	PMDB	Professor Universitário
PI	Benício Sampaio	PP	-
PI	Heráclito Fortes	DEM	-
PI	Mão Santa	PMDB	-
PR	Osmar Dias	PSDB	-
PR	Roberto Requião	PMDB	Advogado
PR	Álvaro Dias	PSDB	-
PR	Flávio Arns	PT	-
RJ	Artur da Távola	PSDB	Professor Universitário
RJ	Geraldo Cândido	PT	-
RJ	Roberto Saturnino	PSB	Economista
RJ	Sérgio Cabral	PMDB	-
RJ	Marcelo Crivella	PR	-
RN	Geraldo Melo	PSDB	-
RN	José Agripino	DEM	-
RN	Fernando Bezerra	PMDB	-
RN	Agnelo Alves	PMDB	-
RN	Garibaldi Alves Filho	PMDB	-

(continua)

APÊNDICE C – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segunda profissão

(conclusão)

UF	SENADOR (A)	LEG	PROFISSÃO SECUNDÁRIA
RO	Ernandes Amorim	PP	-
RO	Moreira Mendes	DEM	-
RO	Amir Lando	PMDB	-
RO	Fernando Matusalém	PP	-
RO	Fátima Cleide	PT	-
RO	Valdir Raupp	PMDB	Agricultor
RR	Marluce Pinto	PMDB	-
RR	Romero Jucá	PSDB	-
RR	Mozarildo Cavalcanti	PPS	Professor Universitário
RR	Augusto Botelho	PDT	-
RS	Emília Fernandes	PDT	-
RS	José Fogaça	PMDB	Advogado
RS	Pedro Simon	PMDB	Professor Universitário
RS	Paulo Paim	PT	-
RS	Sérgio Zambiasi	PTB	-
SC	Casildo Maldaner	PMDB	-
SC	Geraldo Althoff	DEM	Professor*
SC	Jorge Bornhausen	DEM	-
SC	Ideli Salvatti	PT	-
SC	Leonel Pavan	PSDB	-
SE	Antonio Carlos Valadares	PSB	-
SE	José Eduardo Dutra	PT	-
SE	Maria do Carmo Alves	DEM	-
SE	Almeida Lima	PDT	-
SP	Pedro Piva	PSDB	-
SP	Romeu Tuma	DEM	-
SP	Eduardo Suplicy	PT	Professor Universitário
SP	Aloizio Mercadante	PT	Professor Universitário
TO	Carlos Patrocínio	PTB	Pecuarista
TO	Leomar Quintanilha	PP	Bancário
TO	Eduardo Siqueira Campos	DEM	-
TO	João Ribeiro	PR	-

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE D – Lista de profissões declaradas e suas respectivas categorias de divisão

PROFISSÃO	CATEGORIA	PROFISSÃO	CATEGORIA
Agropecuário	Agricultura, pecuária e afins	Engenheiro	Engenharias
Pecuarista	Agricultura, pecuária e afins	Pedagogo	Ensino
Zootecnista	Agricultura, pecuária e afins	Professor Ensino Básico	Ensino
Geógrafo	Ciências Naturais	Professor Universitário	Ensino
Geólogo	Ciências Naturais	Professor*	Ensino
Sociólogo	Ciências Sociais	Advogado	Jurídica
Jornalista	Comunicação	Promotor	Jurídica
Radialista	Comunicação	Arquiteto	Outros
Administração Pública	Diplomacia e Serviço Público	Delegado	Outros
Diplomata	Diplomacia e Serviço Público	Escritor	Outros
Servidor Público	Diplomacia e Serviço Público	Metalúrgico	Outros
Administrador	Economia e Negócios	Pastor	Outros
Bancário	Economia e Negócios	Enfermeiro	Saúde
Comerciante	Economia e Negócios	Médico	Saúde
Economista	Economia e Negócios	Técnico em Contabilidade	Técnica
Empresário	Economia e Negócios	Impreciso	-

Fonte: Senado Federal

*A divisão foi de elaboração própria, para melhor transcorrer a análise

APÊNDICE E - Lista de diplomações declaradas e suas respectivas categorias de divisão

DIPLOMA	CATEGORIA	DIPLOMA	CATEGORIA
Agronomia	Agricultura, pecuária e afins	Engenharia Agrícola	Engenharias
Medicina Veterinária	Agricultura, pecuária e afins	Engenharia Agrônômica	Engenharias
Agropecuária	Agricultura, pecuária e afins	Pedagogia	Ensino
Física	Ciências Naturais	Educação Física	Ensino
Geologia	Ciências Naturais	Letras	Ensino
Geografia	Ciências Naturais	Ensino Médio	Ensino Médio
História	Ciências Sociais	Direito	Jurídica
Sociologia	Ciências Sociais	Ciências Jurídicas e Sociais	Jurídica
Ciências Sociais	Ciências Sociais	Arquitetura	Outros
Comunicação	Comunicação	Ciências e Artes	Outros
Jornalismo	Comunicação	Teologia	Outros
Jornalismo	Comunicação	Medicina	Saúde
Economia	Economia e Negócios	Enfermagem	Saúde
Administração de Empresas	Economia e Negócios	Técnico em Contabilidade	Técnica
Ciências Econômicas	Economia e Negócios	Técnico em Mecânica	Técnica
Administração	Economia e Negócios	Técnico em Contabilidade Pública	Técnica
Engenharia Civil	Engenharias	Técnico em Gerência Empresarial	Técnica
Engenharia	Engenharias	Impeciso	-
Engenharia Mecânica	Engenharias	Incompleto	-
Engenharia Elétrica	Engenharias	Diversos	-

Fonte: Senado Federal

*A divisão foi de elaboração própria, para melhor transcorrer a análise

APÊNDICE F – Lista de Senadores por diplomação escolar que assumiram mandatos entre as 51ª e 52ª Legislaturas

UF	SENADOR (A)	DIPLOMA
AC	Marina Silva	História
AC	Tião Viana	Medicina
AC	Nabor Júnior	Impeciso
AC	Sibá Machado	Geografia
AC	Geraldo Mesquita Júnior	Direito
AL	Heloísa Helena	Enfermagem
AL	Renan Calheiros	Direito
AL	Teotônio Vilela Filho	Economia
AM	Jefferson Péres	Direito
AM	Arthur Virgílio	Direito
AM	Bernardo Cabral	Direito
AM	Gilberto Mestrinho	Técnico em Contabilidade Pública
AP	João Capiberibe	Engenharia Agrícola
AP	Gilvam Borges	Sociologia
AP	José Sarney	Direito
AP	Sebastião Rocha	Medicina
AP	Papaléo Paes	Medicina
BA	Antonio Carlos Magalhães	Medicina
BA	Djalma Bessa	Ciências Jurídicas e Sociais
BA	Paulo Souto	Geologia
BA	Waldeck Ornelas	Direito
BA	Rodolpho Tourinho	Ciências Econômicas
BA	César Borges	Engenharia Civil
CE	Sérgio Machado	Administração
CE	Lúcio Alcântara	Medicina
CE	Luiz Pontes	Impeciso
CE	Reginaldo Duarte	Ensino Médio
CE	Patrícia Saboya Gomes	Pedagogia
CE	Tasso Jereissati	Administração de Empresas
DF	José Roberto Arruda	Engenharia Elétrica
DF	Luiz Estevão	Impeciso
DF	Lauro Campos	Ciências Jurídicas e Sociais
DF	Valmir Amaral	Ciências Econômicas
DF	Lindberg Cury	Direito
DF	Eurípedes Camargo	Ensino Médio
DF	Paulo Octávio	Direito
DF	Cristovam Buarque	Engenharia Mecânica

(continua)

APÊNDICE F – Lista de Senadores por diplomação escolar que assumiram mandatos entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(continuação)

UF	SENADOR (A)	DIPLOMA
ES	Paulo Hartung	Ciências Econômicas
ES	Gerson Camata	Ciências Econômicas
ES	Luzia Toledo	Direito
ES	Ricardo Santos	Engenharia Agrônômica
ES	Magno Malta	Teologia
ES	João Batista Motta	Direito
GO	Íris Rezende	Direito
GO	Mauro Miranda	Engenharia Civil
GO	Maguito Vilela	Direito
GO	Demóstenes Torres	Direito
GO	Lúcia Vânia	Comunicação
MA	Bello Parga	Técnico em Contabilidade
MA	Edison Lobão	Direito
MA	João Alberto Souza	Economia
MA	Roseana Sarney	Ciências Sociais
MG	José Alencar	Impeciso
MG	Arlindo Porto	Administração de Empresas
MG	Francelino Pereira	Direito
MG	Aelton Freitas	Agronomia
MG	Eduardo Azeredo	Engenharia Mecânica
MG	Hélio Costa	Ciências e Artes
MG	Wellington Salgado	Pedagogia
MS	Delcídio Amaral	Engenharia Elétrica
MS	Lúdio Coelho	Agropecuária
MS	Ramez Tebet	Direito
MS	Juvêncio da Fonseca	Direito
MT	Carlos Bezerra	Direito
MT	Jonas Pinheiro	Medicina Veterinária
MT	Antero Paes de Barros	Ensino Médio
MT	Serys Shessarenko	Ciências Jurídicas e Sociais
PA	Ademir Andrade	Engenharia Civil
PA	Jader Barbalho	Direito
PA	Luiz Otávio	Administração de Empresas
PA	Ana Júlia Carepa	Arquitetura
PA	Duciomar Costa	Direito
PA	Flexa Ribeiro	Engenharia Civil
PB	Efraim Morais	Engenharia Civil
PB	Ney Suassuna	Administração
PB	Ronaldo Cunha Lima	Direito
PB	Wellington Roberto	Impeciso

(continua)

APÊNDICE F – Lista de Senadores por diplomação escolar que assumiram mandatos entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(continuação)

UF	SENADOR (A)	DIPLOMA
PB	José Maranhão	Direito
PE	José Jorge	Diversos
PE	Sérgio Guerra	Economia
PE	Carlos Wilson	Incompleto
PE	Roberto Freire	Direito
PE	Marco Maciel	Direito
PI	Hugo Napoleão	Direito
PI	Freitas Neto	Economia
PI	Alberto Silva	Engenharia
PI	Benício Sampaio	Impeciso
PI	Heráclito Fortes	Direito
PI	Mão Santa	Medicina
PR	Osmar Dias	Engenharia Agrônômica
PR	Roberto Requião	Jornalismo
PR	Álvaro Dias	História
PR	Flávio Arns	Diversos
RJ	Artur da Távola	Direito
RJ	Roberto Saturnino	Engenharia
RJ	Marcelo Crivella	Engenharia Civil
RJ	Geraldo Cândido	Técnico em Mecânica
RJ	Sérgio Cabral	Jornalismo
RN	Fernando Bezerra	Engenharia Civil
RN	Geraldo Melo	Impeciso
RN	José Agripino	Engenharia
RN	Agnelo Alves	Impeciso
RN	Garibaldi Alves Filho	Direito
RO	Ernandes Amorim	Educação Física
RO	Moreira Mendes	Direito
RO	Amir Lando	Direito
RO	Fernando Matusalém	Impeciso
RO	Fátima Cleide	Letras
RO	Valdir Raupp	Administração de Empresas
RR	Mozarildo Cavalcanti	Medicina
RR	Marluce Pinto	Técnico em Gerência Empresarial
RR	Romero Jucá	Economia
RR	Augusto Botelho	Medicina
RS	Emília Fernandes	Diversos
RS	José Fogaça	Letras
RS	Pedro Simon	Direito
RS	Paulo Paim	Ensino Médio

(continua)

APÊNDICE F – Lista de Senadores por diplomação escolar que assumiram mandatos entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(conclusão)

UF	SENADOR (A)	DIPLOMA
RS	Sérgio Zambiasi	Ensino Médio
SC	Ideli Salvatti	Física
SC	Casildo Maldaner	Direito
SC	Geraldo Althoff	Medicina
SC	Jorge Bornhausen	Direito
SC	Leonel Pavan	Técnico em Contabilidade
SE	José Eduardo Dutra	Geologia
SE	Antonio Carlos Valadares	Direito
SE	Maria do Carmo Alves	Direito
SE	Almeida Lima	Direito
SP	Aloizio Mercadante	Economia
SP	Pedro Piva	Direito
SP	Romeu Tuma	Direito
SP	Eduardo Suplicy	Economia
TO	Carlos Patrocínio	Medicina
TO	Leomar Quintanilha	Direito
TO	João Ribeiro	Ensino Médio
TO	Eduardo Siqueira Campos	Pedagogia

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE G – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segundo diploma

UF	SENADOR (A)	LEG	SEGUNDO DIPLOMA
AC	Geraldo Mesquita Júnior	PSB	-
AC	Marina Silva	PT	Direito
AC	Nabor Júnior	PMDB	-
AC	Sibá Machado	PT	Técnico em Contabilidade
AC	Tião Viana	PT	-
AL	Heloísa Helena	PT	Ciências Contábeis
AL	Renan Calheiros	PMDB	-
AL	Teotônio Vilela Filho	PSDB	Diversos
AM	Arthur Virgílio	PSDB	-
AM	Bernardo Cabral	DEM	-
AM	Gilberto Mestrinho	PMDB	-
AM	Jefferson Péres	PDT	-
AP	Gilvam Borges	PMDB	-
AP	João Capiberibe	PSB	-
AP	José Sarney	PMDB	-
AP	Papaléo Paes	PTB	-
AP	Sebastião Rocha	PT	-
BA	Antonio Carlos Magalhães	DEM	-
BA	César Borges	DEM	Medicina Tropical
BA	Djalma Bessa	DEM	Ciências Políticas e Econômicas
BA	Paulo Souto	DEM	-
BA	Rodolpho Tourinho	DEM	-
BA	Waldeck Ornelas	DEM	-
CE	Lúcio Alcântara	PSDB	Diversos
CE	Luiz Pontes	PSDB	-
CE	Patrícia Saboya Gomes	PPS	-
CE	Reginaldo Duarte	PSDB	Cirurgia da Cabeça e Pescoço
CE	Sérgio Machado	PSDB	-
CE	Tasso Jereissati	PSDB	Diversos
DF	Cristovam Buarque	PT	-
DF	Eurípedes Camargo	PT	-
DF	José Roberto Arruda	PSDB	-
DF	Lauro Campos	PT	Diversos
DF	Lindberg Cury	DEM	-
DF	Luiz Estevão	PMDB	Economia Internacional
DF	Paulo Octávio	DEM	-
DF	Valmir Amaral	PMDB	-

(continua)

APÊNDICE G – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segundo diploma

(continuação)

UF	SENADOR (A)	LEG	SEGUNDO DIPLOMA
ES	Gerson Camata	PMDB	-
ES	João Batista Motta	PPS	-
ES	Luzia Toledo	PSDB	-
ES	Magno Malta	PR	-
ES	Paulo Hartung	PPS	Especialização de Tabules
ES	Ricardo Santos	PSDB	-
GO	Demóstenes Torres	DEM	-
GO	Íris Rezende	PMDB	-
GO	Lúcia Vânia	PSDB	-
GO	Maguito Vilela	PMDB	Nova Constituição Federal
GO	Mauro Miranda	PMDB	-
MA	Bello Parga	DEM	-
MA	Edison Lobão	DEM	Diversos
MA	João Alberto Souza	PMDB	-
MA	Roseana Sarney	DEM	Pediatria
MG	Aelton Freitas	PR	Metodologia e Técnicas em Ciências Sociais
MG	Arlindo Porto	PTB	-
MG	Eduardo Azeredo	PSDB	-
MG	Francelino Pereira	DEM	-
MG	Hélio Costa	PMDB	-
MG	José Alencar	PR	-
MG	Wellington Salgado	PMDB	-
MS	Delcídio Amaral	PT	-
MS	Juvêncio da Fonseca	PMDB	-
MS	Lúdio Coelho	PSDB	-
MS	Ramez Tebet	PMDB	-
MT	Antero Paes de Barros	PSDB	Diversos
MT	Carlos Bezerra	PMDB	Geografia e História
MT	Jonas Pinheiro	DEM	-
MT	Serys Shessarenko	PT	-

(continua)

APÊNDICE G – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segundo diploma

(continuação)

UF	SENADOR (A)	LEG	SEGUNDO DIPLOMA
PA	Ademir Andrade	PSB	-
PA	Ana Júlia Carepa	PT	Diplomacia
PA	Duciomar Costa	PTB	-
PA	Flexa Ribeiro	PSDB	-
PA	Jader Barbalho	PMDB	-
PA	Luiz Otávio	PP	-
PB	Efraim Morais	DEM	-
PB	José Maranhão	PMDB	-
PB	Ney Suassuna	PMDB	-
PB	Ronaldo Cunha Lima	PMDB	Altos Estudos Internacionais
PB	Wellington Roberto	PMDB	-
PE	Carlos Wilson	PSDB	Economia e Adm. de Empresas
PE	José Jorge	DEM	-
PE	Marco Maciel	DEM	-
PE	Roberto Freire	PPS	Engenharia Econômica
PE	Sérgio Guerra	PSDB	-
PI	Alberto Silva	PMDB	-
PI	Benício Sampaio	PP	-
PI	Freitas Neto	DEM	Diversos
PI	Heráclito Fortes	DEM	Engenharia Econômica
PI	Hugo Napoleão	DEM	-
PI	Mão Santa	PMDB	Diversos
PR	Álvaro Dias	PSDB	-
PR	Flávio Arns	PT	-
PR	Osmar Dias	PSDB	Eng. Econômica e Adm. de Negócios
PR	Roberto Requião	PMDB	-
RJ	Artur da Távola	PSDB	-
RJ	Geraldo Cândido	PT	-
RJ	Marcelo Crivella	PR	-
RJ	Roberto Saturnino	PSB	Ciências Jurídicas e Sociais
RJ	Sérgio Cabral	PMDB	Diversos
RN	Agnelo Alves	PMDB	-
RN	Fernando Bezerra	PMDB	Diversos
RN	Garibaldi Alves Filho	PMDB	-
RN	Geraldo Melo	PSDB	-
RN	José Agripino	DEM	Diversos

(continua)

APÊNDICE G – Lista de Senadores das 51ª e 52ª Legislaturas, por partido, que declararam segundo diploma

(conclusão)

UF	SENADOR (A)	LEG	SEGUNDO DIPLOMA
RO	Amir Lando	PMDB	Administração de Empresas
RO	Ernandes Amorim	PP	Técnico em Transações Imobiliárias
RO	Fátima Cleide	PT	-
RO	Fernando Matusalém	PP	Direito do Trabalho
RO	Moreira Mendes	DEM	-
RO	Valdir Raupp	PMDB	-
RR	Augusto Botelho	PDT	Diversos
RR	Marluce Pinto	PMDB	Educação
RR	Mozarildo Cavalcanti	PPS	-
RR	Romero Jucá	PSDB	Diversos
RS	Emília Fernandes	PDT	-
RS	José Fogaça	PMDB	-
RS	Paulo Paim	PT	-
RS	Pedro Simon	PMDB	-
RS	Sérgio Zambiasi	PTB	Química
SC	Casildo Maldaner	PMDB	-
SC	Geraldo Althoff	DEM	Diversos
SC	Ideli Salvatti	PT	Diversos
SC	Jorge Bornhausen	DEM	-
SC	Leonel Pavan	PSDB	-
SE	Almeida Lima	PDT	Diversos
SE	Antonio Carlos Valadares	PSB	Diversos
SE	José Eduardo Dutra	PT	-
SE	Maria do Carmo Alves	DEM	-
SP	Aloizio Mercadante	PT	Epidemiologia e Planejamento em Saúde Pública
SP	Eduardo Suplicy	PT	Diversos
SP	Pedro Piva	PSDB	-
SP	Romeu Tuma	DEM	-
TO	Carlos Patrocínio	PTB	Geociências
TO	Eduardo Siqueira Campos	DEM	Diversos
TO	João Ribeiro	PR	-
TO	Leomar Quintanilha	PP	-

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE H – Divisões e classificações dos aspectos das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

DIVISÃO/CLASSIFICAÇÃO*	ASPECTOS
Agricultura, pecuária e afins	Cargos em associações e movimentos rurais
Assessoria Política	Cargos de assessoramento político em ministérios, secretarias, autarquias e empresas públicas
Comunicação	Apresentação de programas em rádio e TV ou colunas em revistas e jornais impressos
Diplomacia e Serviço Público	Cargos em divisões públicas não classificados como autarquias ou empresas públicas
Diversos	Mais de um aspecto relevante na trajetória política
Economia e Negócios	Associações comerciais, entidades bancárias, dentre outros
Engenharias	Associações voltadas ao ramo da engenharia e da construção
Ensino	Agremiações de docentes, estudantes e cargos indiretos na administração pública voltados para o meio educacional
Jurídica	Cargos como procurador do estado ou município, dentre outros
Médica	Associações médicas ou atuação voluntária no ramo da saúde pública
Movimentos Sociais e Religiosos	Quaisquer movimentos de distintas naturezas voltados a solidariedade e/ou melhorias sociais
Outros	Não enquadrados em quaisquer outras categorias
Saúde	Associações do ramo da saúde (exceto médicas) ou atuação voluntária no ramo da saúde pública (exceto médicos)
Sindical	Associações e agremiações sindicais
-	Não há biografia do Senador ou essa não aponta aspectos de sua trajetória antes de assumir cargos públicos

Fonte: Senado Federal

*A divisão foi de elaboração própria, para melhor transcorrer a análise

APÊNDICE I – Lista de Senadores por posição na bancada, gênero e situação de mandato entre as 51ª e 52ª Legislaturas

UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO	GÊN	POSICÃO
AC	Marina Silva	PT	Titular	F	Líder da Oposição
AC	Nabor Júnior	PMDB	Titular	M	Integrante
AC	Tião Viana	PT	Titular	M	Líder
AC	Sibá Machado	PT	Suplente	M	Integrante
AC	Geraldo Mesquita Júnior	PSB	Titular	M	Integrante
AL	Renan Calheiros	PMDB	Titular	M	Líder
AL	Teotônio Vilela Filho	PSDB	Titular	M	Integrante
AL	Helóisa Helena ⁽¹⁾	PT	Titular	F	Líder da Oposição
AM	Bernardo Cabral	DEM	Titular	M	Integrante
AM	Jefferson Péres	PDT	Titular	M	Líder
AM	Gilberto Mestrinho	PMDB	Titular	M	Integrante
AM	Arthur Virgílio	PSDB	Titular	M	Líder
AP	Gilvam Borges	PMDB	Titular	M	Integrante
AP	José Sarney	PMDB	Titular	M	Integrante
AP	Sebastião Rocha	PT	Titular	M	Integrante
AP	João Capiberibe	PSB	Titular	M	Líder
AP	Papaléo Paes	PTB	Titular	M	Integrante
BA	Antonio Carlos Magalhães	DEM	Titular	M	Integrante
BA	Djalma Bessa	DEM	Suplente	M	Integrante
BA	Paulo Souto	DEM	Titular	M	Integrante
BA	Waldeck Ornelas	DEM	Titular	M	Integrante
BA	Rodolpho Tourinho	DEM	Suplente	M	Integrante
BA	César Borges	DEM	Titular	M	Integrante
CE	Lúcio Alcântara	PSDB	Titular	M	Integrante
CE	Sérgio Machado	PSDB	Titular	M	Líder
CE	Luiz Pontes	PSDB	Titular	M	Integrante
CE	Reginaldo Duarte	PSDB	Suplente	M	Integrante
CE	Patrícia Saboya Gomes	PPS	Titular	F	Integrante
CE	Tasso Jereissati	PSDB	Titular	M	Integrante
DF	Luiz Estevão	PMDB	Titular	M	Integrante
DF	José Roberto Arruda	PSDB	Titular	M	Líder do Governo
DF	Lauro Campos	PT	Titular	M	Integrante
DF	Valmir Amaral	PMDB	Suplente	M	Integrante
DF	Lindberg Cury	DEM	Suplente	M	Integrante
DF	Eurípedes Camargo	PT	Suplente	M	Integrante
DF	Paulo Octávio	DEM	Titular	M	Integrante
DF	Cristovam Buarque	PT	Titular	M	Integrante

(continua)

APÊNDICE I – Lista de Senadores por posição na bancada, gênero e situação de mandato entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(continuação)

UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO	GÊN	POSIÇÃO
ES	Gerson Camata	PMDB	Titular	M	Integrante
ES	Luzia Toledo	PSDB	Suplente	F	Integrante
ES	Paulo Hartung*	PPS	Titular	M	Líder
ES	Ricardo Santos	PSDB	Suplente	M	Integrante
ES	Magno Malta	PR	Titular	M	Integrante
ES	João Batista Motta	PPS	Suplente	M	Integrante
GO	Íris Rezende	PMDB	Titular	M	Integrante
GO	Mauro Miranda	PMDB	Titular	M	Integrante
GO	Maguito Vilela	PMDB	Titular	M	Integrante
GO	Demóstenes Torres	DEM	Titular	M	Integrante
GO	Lúcia Vânia	PSDB	Titular	F	Integrante
MA	Bello Parga	DEM	Suplente	M	Integrante
MA	Edison Lobão	DEM	Titular	M	Integrante
MA	João Alberto Souza	PMDB	Titular	M	Integrante
MA	Roseana Sarney	DEM	Titular	F	Integrante
MG	Francelino Pereira	DEM	Titular	M	Integrante
MG	José Alencar**	PR	Titular	M	Líder
MG	Arlindo Porto	PTB	Titular	M	Líder
MG	Aelton Freitas	PR	Suplente	M	Integrante
MG	Eduardo Azeredo	PSDB	Titular	M	Integrante
MG	Hélio Costa	PMDB	Titular	M	Integrante
MG	Wellington Salgado	PMDB	Suplente	M	Integrante
MS	Lúdio Coelho	PSDB	Titular	M	Integrante
MS	Ramez Tebet	PMDB	Titular	M	Integrante
MS	Juvêncio da Fonseca	PMDB	Titular	M	Integrante
MS	Delcídio Amaral	PT	Titular	M	Líder
MT	Carlos Bezerra	PMDB	Titular	M	Integrante
MT	Jonas Pinheiro	DEM	Titular	M	Integrante
MT	Antero Paes de Barros	PSDB	Titular	M	Integrante
MT	Serys Shhessarenko	PT	Titular	F	Integrante

(continua)

APÊNDICE I – Lista de Senadores por posição na bancada, gênero e situação de mandato entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(continuação)

UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO	GÊN	POSIÇÃO
PA	Ademir Andrade	PSB	Titular	M	Líder
PA	Jader Barbalho	PMDB	Titular	M	Líder
PA	Luiz Otávio	PP	Titular	M	Integrante
PA	Ana Júlia Carepa	PT	Titular	F	Integrante
PA	Duciomar Costa	PTB	Titular	M	Integrante
PA	Flexa Ribeiro	PSDB	Suplente	M	Integrante
PB	Ronaldo Cunha Lima	PMDB	Titular	M	Integrante
PB	Wellington Roberto	PMDB	Suplente	M	Integrante
PB	Ney Suassuna	PMDB	Titular	M	Líder
PB	Efraim Morais	DEM	Titular	M	Líder da Minoria
PB	José Maranhão	PMDB	Titular	M	Integrante
PE	Carlos Wilson	PSDB	Titular	M	Integrante
PE	Roberto Freire	PPS	Titular	M	Integrante
PE	José Jorge	DEM	Titular	M	Líder da Minoria
PE	Marco Maciel	DEM	Titular	M	Integrante
PE	Sérgio Guerra	PSDB	Titular	M	Líder da Minoria
PI	Freitas Neto	DEM	Titular	M	Integrante
PI	Hugo Napoleão	DEM	Titular	M	Líder
PI	Alberto Silva	PMDB	Titular	M	Integrante
PI	Benício Sampaio	PP	Suplente	M	Integrante
PI	Heráclito Fortes	DEM	Titular	M	Integrante
PI	Mão Santa	PMDB	Titular	M	Integrante
PR	Osmar Dias	PSDB	Titular	M	Líder
PR	Roberto Requião	PMDB	Titular	M	Integrante
PR	Álvaro Dias	PSDB	Titular	M	Integrante
PR	Flávio Arns	PT	Titular	M	Integrante
RJ	Artur da Távola	PSDB	Titular	M	Líder do Governo
RJ	Geraldo Cândido	PT	Suplente	M	Integrante
RJ	Roberto Saturnino	PSB	Titular	M	Líder
RJ	Sérgio Cabral	PMDB	Titular	M	Integrante
RJ	Marcelo Crivella	PR	Titular	M	Líder
RN	Geraldo Melo	PSDB	Titular	M	Líder
RN	José Agripino	DEM	Titular	M	Líder
RN	Fernando Bezerra	PMDB	Titular	M	Líder do Governo
RN	Agnelo Alves	PMDB	Suplente	M	Integrante
RN	Garibaldi Alves Filho	PMDB	Titular	M	Integrante

(continua)

APÊNDICE I – Lista de Senadores por posição na bancada, gênero e situação de mandato entre as 51ª e 52ª Legislaturas

(conclusão)

UF	SENADOR (A)	LEG	SITUAÇÃO	GÊN	POSIÇÃO
RO	Ernandes Amorim	PP	Titular	M	Integrante
RO	Moreira Mendes	DEM	Suplente	M	Integrante
RO	Amir Lando	PMDB	Titular	M	Integrante
RO	Fernando Matusalém	PP	Suplente	M	Integrante
RO	Fátima Cleide	PT	Titular	F	Integrante
RO	Valdir Raupp	PMDB	Titular	M	Integrante
RR	Marluce Pinto	PMDB	Titular	F	Integrante
RR	Romero Jucá	PSDB	Titular	M	Integrante
RR	Mozarildo Cavalcanti *** ⁽²⁾	PPS	Titular	M	Líder
RR	Augusto Botelho	PDT	Titular	M	Integrante
RS	Emília Fernandes	PDT	Titular	F	Integrante
RS	José Fogaça	PMDB	Titular	M	Integrante
RS	Pedro Simon	PMDB	Titular	M	Integrante
RS	Paulo Paim	PT	Titular	M	Integrante
RS	Sérgio Zambiasi	PTB	Titular	M	Integrante
SC	Casildo Maldaner	PMDB	Titular	M	Integrante
SC	Geraldo Althoff	DEM	Suplente	M	Integrante
SC	Jorge Bornhausen	DEM	Titular	M	Integrante
SC	Ideli Salvatti	PT	Titular	F	Líder
SC	Leonel Pavan	PSDB	Titular	M	Integrante
SE	Antonio Carlos Valadares	PSB	Titular	M	Líder
SE	José Eduardo Dutra	PT	Titular	M	Líder da Oposição
SE	Maria do Carmo Alves	DEM	Titular	F	Integrante
SE	Almeida Lima	PDT	Titular	M	Integrante
SP	Pedro Piva	PSDB	Suplente	M	Integrante
SP	Romeu Tuma	DEM	Titular	M	Integrante
SP	Eduardo Suplicy	PT	Titular	M	Integrante
SP	Aloizio Mercadante	PT	Titular	M	Líder do Governo
TO	Carlos Patrocínio****	PTB	Titular	M	Líder
TO	Leomar Quintanilha	PP	Titular	M	Líder
TO	Eduardo Siqueira Campos	DEM	Titular	M	Integrante
TO	João Ribeiro*****	PR	Titular	M	Líder

Fonte: Senado Federal

OBS.: Senadores listados de acordo com os partidos que tomaram posse ou o partido que vieram a exercer liderança ao mudar de legenda ao longo do mandato

*Migrou do PSDB para o PPS e assumiu a liderança desse.

**Migrou do PMDB para o PR e assumiu a liderança desse.

***Migrou do PP para o PPS e assumiu a liderança desse.

****Migrou do DEM para o PTB e assumiu a liderança desse.

*****Migrou do DEM para o PR e assumiu a liderança desse.

(1) Posteriormente, migrou para o PSOL e também assumiu a liderança desse.

(2) Posteriormente, migrou para o PTB e também assumiu a liderança desse.

APÊNDICE J – Lista de Senadores que mudaram de partido ao longo de seus respectivos mandatos

<i>PARTIDO E POSIÇÃO ORIGINAL</i>					<i>MUDANÇA E NOVA POSIÇÃO NA BANCADA</i>			
ANO	UF	SENADOR (A)	LEG	POSIÇÃO	ANO	SENADOR (A)	LEG	POSIÇÃO
1999	AP	Sebastião Rocha	PT	Integrante	2000	Sebastião Rocha	PDT	Integrante
1999	ES	Paulo Hartung	PSDB	Integrante	2000	Paulo Hartung	PPS	Líder
1999	MS	Juvêncio da Fonseca	PMDB	Integrante	2000	Juvêncio da Fonseca	DEM	Integrante
1999	PA	Luiz Otávio	PP	Integrante	2000	Luiz Otávio	S/P	Integrante
1999	PE	Carlos Wilson	PSDB	Integrante	2000	Carlos Wilson	PPS	Integrante
1999	RR	Mozarildo Cavalcanti	PP	Integrante	2000	Mozarildo Cavalcanti	DEM	Integrante
2001	CE	Sérgio Machado	PSDB	Líder	2002	Sérgio Machado	PMDB	Integrante
2001	DF	Lauro Campos	PT	Integrante	2002	Lauro Campos	PDT	Integrante
2001	MG	José Alencar	PMDB	Integrante	2002	José Alencar	PR	Líder
2001	MS	Juvêncio da Fonseca	DEM	Integrante	2002	Juvêncio da Fonseca	PMDB	Integrante
2001	PA	Luiz Otávio	S/P	Integrante	2002	Luiz Otávio	PP	Integrante
2001	PE	Carlos Wilson	PPS	Integrante	2002	Carlos Wilson	PTB	Integrante
2001	PI	Freitas Neto	DEM	Integrante	2002	Freitas Neto	PSDB	Integrante
2001	PR	Osmar Dias	PSDB	Integrante	2002	Osmar Dias	PDT	Integrante
2001	PR	Álvaro Dias	PSDB	Integrante	2002	Álvaro Dias	PDT	Integrante
2001	RN	Fernando Bezerra	PMDB	Integrante	2002	Fernando Bezerra	PTB	Integrante
2001	RS	Emília Fernandes	PDT	Integrante	2002	Emília Fernandes	PT	Integrante
2001	RS	José Fogaça	PMDB	Integrante	2002	José Fogaça	PPS	Integrante
2001	TO	Carlos Patrocínio	DEM	Integrante	2002	Carlos Patrocínio	PTB	Líder
2001	TO	Leomar Quintanilha	PP	Líder	2002	Leomar Quintanilha	DEM	Integrante
2001	TO	Eduardo Siqueira Campos	DEM	Integrante	2002	Eduardo Siqueira Campos	PSDB	Integrante
2002	PA	Luiz Otávio	PP	Integrante	2003	Luiz Otávio	PMDB	Integrante
2002	RJ	Roberto Saturnino	PSB	Integrante	2003	Roberto Saturnino	PT	Integrante

(continua)

APÊNDICE J – Lista de Senadores que mudaram de partido ao longo de seus respectivos mandatos
(conclusão)

<i>PARTIDO E POSIÇÃO ORIGINAL</i>					<i>MUDANÇA E NOVA POSIÇÃO NA BANCADA</i>			
ANO	UF	SENADOR (A)	LEG	POSIÇÃO	ANO	SENADOR (A)	LEG	POSIÇÃO
2002	RR	Mozarildo Cavalcanti	DEM	Integrante	2003	Mozarildo Cavalcanti	PPS	Líder
2003	AL	Heloísa Helena	PT	Integrante	2004	Heloísa Helena	S/P	Integrante
2003	AP	Papaléo Paes	PTB	Integrante	2004	Papaléo Paes	PMDB	Integrante
2003	ES	João Batista Motta	PPS	Integrante	2004	João Batista Motta	PMDB	Integrante
2003	MS	Juvêncio da Fonseca	PMDB	Integrante	2004	Juvêncio da Fonseca	PDT	Integrante
2003	PR	Álvaro Dias	PDT	Integrante	2004	Álvaro Dias	PSDB	Integrante
2003	RR	Romero Jucá	PSDB	Integrante	2004	Romero Jucá	PMDB	Integrante
2003	TO	Leomar Quintanilha	DEM	Integrante	2004	Leomar Quintanilha	PMDB	Integrante
2004	AC	Geraldo Mesquita Júnior	PSB	Integrante	2005	Geraldo Mesquita Júnior	S/P	Integrante
2004	AL	Heloísa Helena	S/P	Integrante	2005	Heloísa Helena	PSOL	Integrante
2004	RR	Mozarildo Cavalcanti	PPS	Líder	2005	Mozarildo Cavalcanti	PTB	Integrante
2004	SE	Almeida Lima	PDT	Integrante	2005	Almeida Lima	PSDB	Integrante
2005	AP	Papaléo Paes	PMDB	Integrante	2006	Papaléo Paes	PSDB	Integrante
2005	CE	Patrícia Saboya Gomes	PPS	Integrante	2006	Patrícia Saboya Gomes	PSB	Integrante
2005	DF	Valmir Amaral	PMDB	Integrante	2006	Valmir Amaral	PTB	Integrante
2005	DF	Cristovam Buarque	PT	Integrante	2006	Cristovam Buarque	PDT	Integrante
2005	ES	João Batista Motta	PMDB	Integrante	2006	João Batista Motta	PSDB	Integrante
2005	MS	Juvêncio da Fonseca	PDT	Integrante	2006	Juvêncio da Fonseca	PSDB	Integrante
2005	RJ	Marcelo Crivella	PR	Líder	2006	Marcelo Crivella	PRB	Líder
2005	SE	Almeida Lima	PSDB	Integrante	2006	Almeida Lima	PMDB	Integrante
2005	TO	João Ribeiro	DEM	Integrante	2006	João Ribeiro	PR	Líder
2005	TO	Leomar Quintanilha	PMDB	Integrante	2006	Leomar Quintanilha	PCdoB	Integrante

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE K – Lista de líderes partidários, do Governo e dos blocos de ‘Oposição’, ‘Minoria’ e ‘Apoio ao Governo’ entre 1999 e 2006

ANO	SENADOR (A)	LEG	POSIÇÃO
<i>LÍDERES PARTIDÁRIOS - 51ª LEGISLATURA</i>			
1999	Sérgio Machado	PSDB	Líder
1999	Arlindo Porto	PTB	Líder
1999	Jader Barbalho	PMDB	Líder
1999	Hugo Napoleão	DEM	Líder
1999	Leomar Quintanilha	PP	Líder
2000	Sérgio Machado	PSDB	Líder
2000	Paulo Hartung	PPS	Líder
2000	Arlindo Porto	PTB	Líder
2000	Jader Barbalho	PMDB	Líder
2000	Hugo Napoleão	DEM	Líder
2000	Roberto Saturnino	PSB	Líder
2000	Leomar Quintanilha	PP	Líder
2001	Renan Calheiros	PMDB	Líder
2001	Sérgio Machado	PSDB	Líder
2001	Paulo Hartung	PPS	Líder
2001	Arlindo Porto	PTB	Líder
2001	Ademir Andrade	PSB	Líder
2001	Hugo Napoleão	DEM	Líder
2001	Leomar Quintanilha	PP	Líder
2002	Renan Calheiros	PMDB	Líder
2002	Paulo Hartung	PPS	Líder
2002	José Alencar	PR	Líder
2002	Ademir Andrade	PSB	Líder
2002	Geraldo Melo	PSDB	Líder
2002	José Agripino	DEM	Líder
2002	Carlos Patrocínio	PTB	Líder

(continua)

APÊNDICE K – Lista de líderes partidários, do Governo e dos blocos de ‘Oposição’, ‘Minoria’ e ‘Apoio ao Governo’ entre 1999 e 2006

(continuação)

ANO	SENADOR (A)	LEG	POSIÇÃO
<i>LÍDERES PARTIDÁRIOS - 52ª LEGISLATURA</i>			
2003	Renan Calheiros	PMDB	Líder
2003	Arthur Virgílio	PSDB	Líder
2003	Jefferson Péres	PDT	Líder
2003	José Agripino	DEM	Líder
2003	Mozarildo Cavalcanti	PPS	Líder
2004	Renan Calheiros	PMDB	Líder
2004	Jefferson Péres	PDT	Líder
2004	Mozarildo Cavalcanti	PPS	Líder
2005	Arthur Virgílio	PSDB	Líder
2005	João Capiberibe	PSB	Líder
2005	Ney Suassuna	PMDB	Líder
2005	Osmar Dias	PDT	Líder
2005	Marcelo Crivella	PR	Líder
2005	José Agripino	DEM	Líder
2006	Heloísa Helena	PSOL	Líder
2006	Arthur Virgílio	PSDB	Líder
2006	Ney Suassuna	PMDB	Líder
2006	Osmar Dias	PDT	Líder
2006	Marcelo Crivella	PRB	Líder
2006	José Agripino	DEM	Líder
2006	Mozarildo Cavalcanti	PTB	Líder
2006	Antonio Carlos Valadares	PSB	Líder
2006	João Ribeiro	PR	Líder

(continua)

APÊNDICE K – Lista de líderes partidários, do Governo e dos blocos de ‘Oposição’, ‘Minoria’ e ‘Apoio ao Governo’ entre 1999 e 2006
(conclusão)

ANO	SENADOR (A)	LEG	POSIÇÃO
<i>LÍDERES DA OPOSIÇÃO (1999-2002)</i>			
1999	Marina Silva	PT	Líder da Oposição
2000	Helóisa Helena	PT	Líder da Oposição
2001	José Eduardo Dutra	PT	Líder da Oposição
2002	José Eduardo Dutra	PT	Líder da Oposição
<i>LÍDERES DO GOVERNO (1999-2006)</i>			
1999	Fernando Bezerra	PMDB	Líder do Governo
2000	José Roberto Arruda	PSDB	Líder do Governo
2001	José Roberto Arruda	PSDB	Líder do Governo
2002	Artur da Távola	PSDB	Líder do Governo
2003	Aloizio Mercadante	PT	Líder do Governo
2004	Aloizio Mercadante	PT	Líder do Governo
2005	Aloizio Mercadante	PT	Líder do Governo
2006	Aloizio Mercadante	PT	Líder do Governo
<i>LÍDERES DA MINORIA (2004-2006)</i>			
2004	Efraim Morais	DEM	Líder da Minoria
2005	Sérgio Guerra	PSDB	Líder da Minoria
2006	José Jorge	DEM	Líder da Minoria
<i>LÍDERES DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (2003-2006)</i>			
2003	Tião Viana	PT	Líder do Bloco de Apoio ao Governo
2004	Ideli Salvatti	PT	Líder do Bloco de Apoio ao Governo
2005	Delcídio Amaral	PT	Líder do Bloco de Apoio ao Governo
2006	Delcídio Amaral	PT	Líder do Bloco de Apoio ao Governo

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE L – Aspectos das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

SENADOR (A)	JUDICIÁRIO	SINDICATO
Marina Silva	Não	Diversos
Tião Viana	Não	Não
Nabor Júnior	Impreciso	Impreciso
Sibá Machado	Não	Rural
Geraldo Mesquita Júnior	Não	Não
Heloísa Helena	Não	Impreciso
Renan Calheiros	Não	Não
Teotônio Vilela Filho	Não	Não
Jefferson Péres	Sim	Não
Arthur Virgílio	Não	Não
Bernardo Cabral	Sim	Não
Gilberto Mestrinho	Não	Não
João Capiberibe	Não	Não
Gilvam Borges	Não	Não
José Sarney	Sim	Não
Sebastião Rocha	Não	Não
Papaléo Paes	Não	Não
Antonio Carlos Magalhães	Não	Não
Djalma Bessa	Sim	Não
Paulo Souto	Não	Não
Waldeck Ornelas	Não	Não
Rodolpho Tourinho	Não	Não
César Borges	Não	Não
Sérgio Machado	Não	Não
Lúcio Alcântara	Não	Não
Luiz Pontes	Não	Não
Reginaldo Duarte	Impreciso	Impreciso
Patrícia Saboya Gomes	Não	Não
Tasso Jereissati	Não	Não
José Roberto Arruda	Não	Não
Luiz Estevão	Não	Não
Lauro Campos	Não	Não
Valmir Amaral	Impreciso	Impreciso
Lindberg Cury	Impreciso	Impreciso
Eurípedes Camargo	Impreciso	Impreciso
Paulo Octávio	Não	Não
Cristovam Buarque	Não	Não

(continua)

APÊNDICE L – Aspectos das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	JUDICIÁRIO	SINDICATO
Paulo Hartung	Não	Não
Gerson Camata	Não	Não
Luzia Toledo	Não	Impreciso
Ricardo Santos	Não	Não
Magno Malta	Não	Não
João Batista Motta	Não	Não
Íris Rezende	Não	Não
Mauro Miranda	Não	Não
Maguito Vilela	Não	Não
Demóstenes Torres	Sim	Não
Lúcia Vânia	Não	Não
Bello Parga	Não	Não
Edison Lobão	Não	Não
João Alberto Souza	Não	Não
Roseana Sarney	Não	Não
José Alencar	Não	Não
Arlindo Porto	Não	Rural
Francelino Pereira	Não	Não
Aelton Freitas	Não	Não
Eduardo Azeredo	Não	Não
Hélio Costa	Não	Não
Wellington Salgado	Não	Não
Delcídio Amaral	Não	Não
Lúdio Coelho	Não	Não
Ramez Tebet	Sim	Não
Juvêncio da Fonseca	Não	Não
Carlos Bezerra	Não	Não
Jonas Pinheiro	Não	Não
Antero Paes de Barros	Não	Não
Serys Shessarenko	Não	Não
Ademir Andrade	Não	Não
Jader Barbalho	Não	Não
Luiz Otávio	Não	Não
Ana Júlia Carepa	Não	Não
Duciomar Costa	Não	Não
Flexa Ribeiro	Não	Empresarial
Efraim Moraes	Não	Não
Ney Suassuna	Não	Não
Ronaldo Cunha Lima	Não	Não

(continua)

APÊNDICE L – Aspectos das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	JUDICIÁRIO	SINDICATO
Wellington Roberto	Não	Não
José Maranhão	Não	Não
José Jorge	Não	Não
Sérgio Guerra	Não	Não
Carlos Wilson	Não	Não
Roberto Freire	Não	Não
Marco Maciel	Não	Não
Hugo Napoleão	Não	Não
Freitas Neto	Não	Não
Alberto Silva	Não	Não
Benício Sampaio	Impreciso	Impreciso
Heráclito Fortes	Não	Não
Mão Santa	Não	Não
Osmar Dias	Não	Não
Roberto Requião	Não	Não
Álvaro Dias	Não	Não
Flávio Arns	Não	Não
Artur da Távola	Não	Não
Roberto Saturnino	Não	Não
Marcelo Crivella	Não	Não
Geraldo Cândido	Não	Diversos
Sérgio Cabral	Não	Não
Fernando Bezerra	Não	Não
Geraldo Melo	Não	Não
José Agripino	Não	Não
Agnelo Alves	Não	Não
Garibaldi Alves Filho	Não	Não
Ernandes Amorim	Não	Não
Moreira Mendes	Não	Não
Amir Lando	Não	Não
Fernando Matusalém	Impreciso	Impreciso
Fátima Cleide	Não	Professores
Valdir Raupp	Não	Não
Mozarildo Cavalcanti	Não	Não
Marluce Pinto	Não	Não
Romero Jucá	Não	Não
Augusto Botelho	Não	Não

(continua)

APÊNDICE L – Aspectos das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(conclusão)

SENADOR (A)	JUDICIÁRIO	SINDICATO
Emília Fernandes	Não	Professores
José Fogaça	Não	Não
Pedro Simon	Não	Não
Paulo Paim	Não	Diversos
Sérgio Zambiasi	Não	Não
Ideli Salvatti	Não	Professores
Casildo Maldaner	Não	Não
Geraldo Althoff	Não	Não
Jorge Bornhausen	Não	Não
Leonel Pavan	Não	Não
José Eduardo Dutra	Não	Diversos
Antonio Carlos Valadares	Não	Não
Maria do Carmo Alves	Não	Não
Almeida Lima	Não	Não
Aloizio Mercadante	Não	Não
Pedro Piva	Não	Não
Romeu Tuma	Não	Não
Eduardo Suplicy	Não	Não
Carlos Patrocínio	Não	Não
Leomar Quintanilha	Não	Não
João Ribeiro	Não	Garimpeiros
Eduardo Siqueira Campos	Não	Não

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE M – Aspectos das trajetórias políticas (outros postos) dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

SENADOR (A)	OUTROS
Marina Silva	Não
Tião Viana	Sociedade Brasileira de Medicina Tropical
Nabor Júnior	Impreciso
Sibá Machado	Presidente da CUT do AC
Geraldo Mesquita Júnior	Vários cargos de assessoria no Senado e no Governo do AC
Heloísa Helena	Não
Renan Calheiros	Petroquisa
Teotônio Vilela Filho	Não
Jefferson Péres	Não
Arthur Virgílio	Vários cargos no Itamaraty
Bernardo Cabral	Não
Gilberto Mestrinho	Não
João Capiberibe	Participação de movimento de assistência social da igreja católica
Gilvam Borges	Não
José Sarney	Não
Sebastião Rocha	Não
Papaléo Paes	Diretor de hospital no AP
Antonio Carlos Magalhães	Fundação Baiana de Estudos Econômicos e Sociais
Djalma Bessa	Não
Paulo Souto	Não
Waldeck Ornelas	Cargos de assessoria e direção no estado da BA
Rodolpho Tourinho	Não
César Borges	Diretor e presidente de associações comerciais, e assessor de secretário estadual na BA
Sérgio Machado	Centro Industrial do Ceará
Lúcio Alcântara	Cruz Vermelha
Luiz Pontes	Não
Reginaldo Duarte	Impreciso
Patrícia Saboya Gomes	Atuou em projetos sociais voltados a educação de jovens e crianças no CE
Tasso Jereissati	Presidente do Centro Industrial do Ceará
José Roberto Arruda	Não
Luiz Estevão	Não
Lauro Campos	Não
Valmir Amaral	Impreciso
Lindberg Cury	Impreciso
Eurípedes Camargo	Impreciso

(continua)

APÊNDICE M – Aspectos das trajetórias políticas (outros postos) dos Senadores empossados entre 1999 E 2006
(continuação)

SENADOR (A)	OUTROS
Paulo Octávio	Cargos em associações imobiliárias e automobilísticas
Cristovam Buarque	Assessor de gabinete em Ministérios e reitor da UnB
Paulo Hartung	Não
Gerson Camata	Não
Luzia Toledo	Impreciso
Ricardo Santos	Não
Magno Malta	Não
João Batista Motta	Não
Íris Rezende	Não
Mauro Miranda	Departamento de Estradas de Rodagem GO
Maguito Vilela	Não
Demóstenes Torres	Procurador-geral da Justiça em GO e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil
Lúcia Vânia	Ligada a movimentos sociais em GO
Bello Parga	Banco do Estado do Maranhão + Companhia de Desenvolvimento Mineral do Maranhão.
Edison Lobão	Assessor em cargos na esfera federal e estadual
João Alberto Souza	Não
Roseana Sarney	Cargos de assessoria no MA e em Brasília
José Alencar	Vários cargos em associações industriais
Arlindo Porto	Associação Comercial e Industrial
Francelino Pereira	Assessor em cargos na esfera federal e estadual
Aelton Freitas	Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Vale do Rio Grande e da EMATER-MG
Eduardo Azeredo	Vários cargos de diretoria em companhias de processamentos de dados em MG
Hélio Costa	Apresentador de TV
Wellington Salgado	Proprietário de retransmissoras de TV e presidente de associações comerciais e educacionais
Delcídio Amaral	Vários cargos de diretoria em empresas e associações ligadas ao ramo da energia
Lúdio Coelho	Banco Agrícola de Dourados
Ramez Tebet	Não
Juvêncio da Fonseca	Não
Carlos Bezerra	Não
Jonas Pinheiro	Diversos cargos voltados a pesquisa e fomento rural
Antero Paes de Barros	Centrais Elétricas Matogrossenses
Serys Slhessarenko	Não
Ademir Andrade	Não
Jader Barbalho	Não
Luiz Otávio	Não
Ana Júlia Carepa	Diretora do Instituto dos Arquitetos do Brasil e representante do PA no Conselho Nacional dos Funcionários do BB

(continua)

APÊNDICE M – Aspectos das trajetórias políticas (outros postos) dos Senadores empossados entre 1999 E 2006
(continuação)

SENADOR (A)	OUTROS
Duciomar Costa	Não
Flexa Ribeiro	Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará
Efraim Morais	Diretor da Suplan PB
Ney Suassuna	Assessor em cargos na esfera federal
Ronaldo Cunha Lima	Não
Wellington Roberto	Não
José Maranhão	Não
José Jorge	Não
Sérgio Guerra	Diretor do departamento de economia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
Carlos Wilson	Assessor em cargos na esfera federal
Roberto Freire	Cooperativa Integral de Reforma Agrária
Marco Maciel	Presidente da União dos Estudantes de Pernambuco e assessor de governo
Hugo Napoleão	Não
Freitas Neto	Empresa de Águas e Esgotos do Piauí
Alberto Silva	Vários cargos em associações do ramo industrial e da construção civil
Benício Sampaio	Não
Heráclito Fortes	Vários cargos de assessoria em Brasília e no PI
Mão Santa	Presidente do Conselho da Associação de Prefeitos do PI
Osmar Dias	Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná
Roberto Requião	Atuação em diversos movimentos sociais
Álvaro Dias	Não
Flávio Arns	Diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do PR
Artur da Távola	Diretor de jornais, revistas e órgãos de imprensa
Roberto Saturnino	Cargos de diretoria em estatais
Marcelo Crivella	Pastor ligado a movimentos sociais evangélicos
Geraldo Cândido	Associação dos Funcionários do Metrô
Sérgio Cabral	Vários cargos de assessoria política
Fernando Bezerra	Diversos cargos em associações industriais
Geraldo Melo	Associações comerciais e de negócios
José Agripino	Cargos em associações industriais
Agnelo Alves	Não
Garibaldi Alves Filho	Não
Ernandes Amorim	Não
Moreira Mendes	Procurador da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Amir Lando	Atuação em diversos movimentos rurais
Fernando Matusalém	Não
Fátima Cleide	Vários cargos em agremiações sindicais
Valdir Raupp	Diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia e coordenador local da campanha de Collor em 1989

(continua)

APÊNDICE M – Aspectos das trajetórias políticas (outros postos) dos Senadores empossados entre 1999 E 2006
(conclusão)

SENADOR (A)	OUTROS
Mozarildo Cavalcanti	Presidente do CRM e diretor de hospitais no estado
Marluce Pinto	Programa Nacional do Voluntariado
Romero Jucá	Assessor e diretor em cargos burocráticos estaduais e federais
Augusto Botelho	Não
Emília Fernandes	Não
José Fogaça	Apresentador de TV e comentarista no rádio
Pedro Simon	Não
Paulo Paim	Cargos em associações de metalúrgicos e trabalhadores industriais no RS
Sérgio Zambiasi	Não
Ideli Salvatti	Atuou nas Comunidades Eclesiais de Base e várias associações e sindicatos de educadores
Casildo Maldaner	Não
Geraldo Althoff	Não
Jorge Bornhausen	Embaixador do Brasil em Portugal e presidente do banco estadual de SC
Leonel Pavan	Não
José Eduardo Dutra	Diretor da Associação dos Geólogos
Antonio Carlos Valadares	Não
Maria do Carmo Alves	Não
Almeida Lima	Atuou no DCE da UFSE
Aloizio Mercadante	Cargos em movimentos docentes em SP
Pedro Piva	Não
Romeu Tuma	Diretor da PF, vice-presidente da Interpol, diretor e assessor de órgãos investigativos no estado de SP
Eduardo Suplicy	Editor e redator em jornais e revistas no estado de SP
Carlos Patrocínio	Cargos ligados a entidades hospitalares, previdência e associações médicas em GO
Leomar Quintanilha	Presidente da Federação Tocantinense de Futebol
João Ribeiro	Segundo-tesoureiro da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada PA
Eduardo Siqueira Campos	Não

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE N – Aspectos e características das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

SENADOR (A)	MAIS INFORMAÇÕES	ASPECTOS DA TRAJETÓRIA
Marina Silva	Trabalhos paroquiais	Movimentos Sociais e Religiosos
Tião Viana	Médico Voluntário	Médica
Nabor Júnior	-	-
Sibá Machado	Grupos religiosos católicos	Movimentos Sociais e Religiosos
Geraldo Mesquita Júnior	-	-
Heloísa Helena	Movimento Estudantil	Ensino
Renan Calheiros	Movimento Estudantil	Ensino
Teotônio Vilela Filho	-	-
Jefferson Péres	-	-
Arthur Virgílio	-	-
Bernardo Cabral	-	-
Gilberto Mestrinho	-	-
João Capiberibe	Movimento Estudantil	Ensino
Gilvam Borges	-	-
José Sarney	Imortal da ABL	-
Sebastião Rocha	-	-
Papaléo Paes	-	-
Antonio Carlos Magalhães	Movimento Estudantil	Ensino
Djalma Bessa	Locutor de Rádio	Comunicação
Paulo Souto	-	-
Waldeck Ornelas	-	-
Rodolpho Tourinho	-	-
César Borges	-	-
Sérgio Machado	-	-
Lúcio Alcântara	Academia Cearense de Letras	Outros
Luiz Pontes	-	-
Reginaldo Duarte	-	-
Patrícia Saboya Gomes	Movimento Estudantil	Ensino
Tasso Jereissati	Movimento Estudantil	Ensino
José Roberto Arruda	-	-
Luiz Estevão	-	-
Lauro Campos	-	-
Valmir Amaral	-	-
Lindberg Cury	-	-
Eurípedes Camargo	-	-
Paulo Octávio	-	-
Cristovam Buarque	Movimento Estudantil	Ensino
Paulo Hartung	Movimento Estudantil	Ensino

(continuação)

APÊNDICE N – Aspectos e características das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	MAIS INFORMAÇÕES	ASPECTOS DA TRAJETÓRIA
Gerson Camata	Radialista	Comunicação
Luzia Toledo	-	-
Ricardo Santos	-	-
Magno Malta	-	-
João Batista Motta	-	-
Íris Rezende	-	-
Mauro Miranda	-	-
Maguito Vilela	-	-
Demóstenes Torres	-	-
Lúcia Vânia	-	-
Bello Parga	-	-
Edison Lobão	-	-
João Alberto Souza	-	-
Roseana Sarney	-	-
José Alencar	-	-
Arlindo Porto	Lions Clubs International	Movimentos Sociais e Religiosos
Francelino Pereira	Movimento Estudantil	Ensino
Aelton Freitas	-	-
Eduardo Azeredo	Movimento Estudantil	Ensino
Hélio Costa	Radialista	Comunicação
Wellington Salgado	-	-
Delcídio Amaral	-	-
Lúdio Coelho	-	-
Ramez Tebet	-	-
Juvêncio da Fonseca	-	-
Carlos Bezerra	Movimento Estudantil	Ensino
Jonas Pinheiro	-	-
Antero Paes de Barros	-	-
Serys Slhessarenko	-	-
Ademir Andrade	Projeto Rondon	Movimentos Sociais e Religiosos
Jader Barbalho	-	-
Luiz Otávio	-	-
Ana Júlia Carepa	-	-
Duciomar Costa	-	-
Flexa Ribeiro	-	-
Efraim Moraes	-	-
Ney Suassuna	-	-
Ronaldo Cunha Lima	-	-

(continua)

APÊNDICE N – Aspectos e características das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	MAIS INFORMAÇÕES	ASPECTOS DA TRAJETÓRIA
Wellington Roberto	-	-
José Maranhão	-	-
José Jorge	-	-
Sérgio Guerra	-	-
Carlos Wilson	-	-
Roberto Freire	-	-
Marco Maciel	Movimento Estudantil	Ensino
Hugo Napoleão	-	-
Freitas Neto	-	-
Alberto Silva	-	-
Benício Sampaio	-	-
Heráclito Fortes	-	-
Mão Santa	-	-
Osmar Dias	-	-
Roberto Requião	Movimento Estudantil	Ensino
Álvaro Dias	-	-
Flávio Arns	-	-
Artur da Távola	Movimento Estudantil	Ensino
Roberto Saturnino	-	-
Marcelo Crivella	-	-
Geraldo Cândido	-	-
Sérgio Cabral	Movimento Estudantil	Ensino
Fernando Bezerra	Movimento Estudantil	Ensino
Geraldo Melo	-	-
José Agripino	-	-
Agnelo Alves	-	-
Garibaldi Alves Filho	-	-
Ernandes Amorim	-	-
Moreira Mendes	-	-
Amir Lando	-	-
Fernando Matusalém	-	-
Fátima Cleide	-	-
Valdir Raupp	-	-
Mozarildo Cavalcanti	-	-
Marluce Pinto	-	-
Romero Jucá	Projeto Rondon	Movimentos Sociais e Religiosos
Augusto Botelho	-	-
Emília Fernandes	-	-

(continua)

APÊNDICE N – Aspectos e características das trajetórias políticas dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(conclusão)

SENADOR (A)	MAIS INFORMAÇÕES	ASPECTOS DA TRAJETÓRIA
José Fogaça	Movimento Estudantil	Ensino
Pedro Simon	Movimento Estudantil	Ensino
Paulo Paim	Movimento Estudantil	Ensino
Sérgio Zambiasi	-	-
Ideli Salvatti	Movimento Estudantil	Ensino
Casildo Maldaner	-	-
Geraldo Althoff	-	-
Jorge Bornhausen	-	-
Leonel Pavan	-	-
José Eduardo Dutra	Movimento Estudantil	Ensino
Antonio Carlos Valadares	-	-
Maria do Carmo Alves	-	-
Almeida Lima	Projeto Rondon	Movimentos Sociais e Religiosos
Aloizio Mercadante	Movimento Estudantil	Ensino
Pedro Piva	-	-
Romeu Tuma	-	-
Eduardo Suplicy	Movimento Estudantil	Ensino
Carlos Patrocínio	Movimento Estudantil	Ensino
Leomar Quintanilha	-	-
João Ribeiro	-	-
Eduardo Siqueira Campos	-	-

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE O – Histórico de mandatos executivos, legislativos e mandatos totais (soma) dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

SENADOR (A)	MANDATOS EXEC.	MANDATOS LEG.	MANDATOS
Marina Silva	0	2	2
Tião Viana	0	0	0
Nabor Júnior	1	6	7
Sibá Machado	0	0	0
Geraldo Mesquita Júnior	0	0	0
Heloísa Helena	1	1	2
Renan Calheiros	0	3	3
Teotônio Vilela Filho	0	1	1
Jefferson Péres	0	2	2
Arthur Virgílio	1	4	5
Bernardo Cabral	0	3	3
Gilberto Mestrinho	4	1	5
João Capiberibe	3	0	3
Gilvam Borges	0	1	1
José Sarney	2	5	7
Sebastião Rocha	0	1	1
Papaléo Paes	1	0	1
Antonio Carlos Magalhães	4	4	8
Djalma Bessa	0	8	8
Paulo Souto	2	0	2
Waldeck Ornelas	0	2	2
Rodolpho Tourinho	0	0	0
César Borges	2	2	4
Sérgio Machado	0	1	1
Lúcio Alcântara	2	2	4
Luiz Pontes	0	4	4
Reginaldo Duarte	0	0	0
Patrícia Saboya Gomes	0	2	2
Tasso Jereissati	3	0	3
José Roberto Arruda	0	0	0
Luiz Estevão	0	1	1
Lauro Campos	0	0	0
Valmir Amaral	0	0	0
Lindberg Cury	0	0	0
Eurípedes Camargo	0	2	2
Paulo Octávio	0	2	2
Cristovam Buarque	1	0	1

(continua)

APÊNDICE O – Histórico de mandatos executivos, legislativos e mandatos totais (soma) dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	MANDATOS EXEC.	MANDATOS LEG.	MANDATOS
Paulo Hartung	1	3	4
Gerson Camata	1	5	6
Luzia Toledo	1	2	3
Ricardo Santos	0	0	0
Magno Malta	0	3	3
João Batista Motta	2	1	3
Íris Rezende	3	2	5
Mauro Miranda	0	2	2
Maguito Vilela	2	3	5
Demóstenes Torres	0	0	0
Lúcia Vânia	0	3	3
Bello Parga	0	2	2
Edison Lobão	1	3	4
João Alberto Souza	3	4	7
Roseana Sarney	2	1	3
José Alencar	0	0	0
Arlindo Porto	2	0	2
Francelino Pereira	1	5	6
Aelton Freitas	1	0	1
Eduardo Azeredo	3	0	3
Hélio Costa	0	2	2
Wellington Salgado	0	0	0
Delcídio Amaral	0	0	0
Lúdio Coelho	2	0	2
Ramez Tebet	3	1	4
Juvêncio da Fonseca	2	1	3
Carlos Bezerra	3	2	5
Jonas Pinheiro	0	3	3
Antero Paes de Barros	0	2	2
Serys Shessarenko	0	3	3
Ademir Andrade	0	3	3
Jader Barbalho	2	4	6
Luiz Otávio	0	2	2
Ana Júlia Carepa	1	3	4
Duciomar Costa	0	4	4
Flexa Ribeiro	0	0	0
Efraim Morais	0	5	5

(continua)

APÊNDICE O – Histórico de mandatos executivos, legislativos e mandatos totais (soma) dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	MANDATOS EXEC.	MANDATOS LEG.	MANDATOS
Ney Suassuna	0	1	1
Ronaldo Cunha Lima	3	3	6
Wellington Roberto	0	0	0
José Maranhão	3	7	10
José Jorge	0	4	4
Sérgio Guerra	0	5	5
Carlos Wilson	2	3	5
Roberto Freire	0	5	5
Marco Maciel	3	5	8
Hugo Napoleão	1	3	4
Freitas Neto	2	3	5
Alberto Silva	4	3	7
Benício Sampaio	0	0	0
Heráclito Fortes	1	5	6
Mão Santa	3	1	4
Osmar Dias	0	0	0
Roberto Requião	2	1	3
Álvaro Dias	1	5	6
Flávio Arns	0	3	3
Artur da Távola	0	4	4
Roberto Saturnino	1	4	5
Marcelo Crivella	0	0	0
Geraldo Cândido	0	0	0
Sérgio Cabral	0	3	3
Fernando Bezerra	0	1	1
Geraldo Melo	2	0	2
José Agripino	3	1	4
Agnelo Alves	1	0	1
Garibaldi Alves Filho	3	5	8
Ernandes Amorim	1	2	3
Moreira Mendes	0	0	0
Amir Lando	0	2	2
Fernando Matusalém	0	0	0
Fátima Cleide	0	0	0
Valdir Raupp	3	1	4
Mozarildo Cavalcanti	0	2	2
Marluce Pinto	0	2	2
Romero Jucá	1	0	1

(continua)

APÊNDICE O – Histórico de mandatos executivos, legislativos e mandatos totais (soma) dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(conclusão)

SENADOR (A)	MANDATOS EXEC.	MANDATOS LEG.	MANDATOS
Augusto Botelho	0	0	0
Emília Fernandes	0	3	3
José Fogaça	0	3	3
Pedro Simon	1	7	8
Paulo Paim	0	4	4
Sérgio Zambiasi	0	4	4
Ideli Salvatti	0	2	2
Casildo Maldaner	2	4	6
Geraldo Althoff	0	1	1
Jorge Bornhausen	2	1	3
Leonel Pavan	3	2	5
José Eduardo Dutra	0	0	0
Antonio Carlos Valadares	3	3	6
Maria do Carmo Alves	0	0	0
Almeida Lima	2	2	4
Aloizio Mercadante	0	2	2
Pedro Piva	0	0	0
Romeu Tuma	0	0	0
Eduardo Suplicy	0	4	4
Carlos Patrocínio	0	1	1
Leomar Quintanilha	0	2	2
João Ribeiro	1	4	5
Eduardo Siqueira Campos	1	2	3

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE P – Histórico de mandatos executivos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

SENADOR (A)	PREF.	VicePPREF	GOVERNO	ViceGOV	PRESIDENTE	VicePRES
Marina Silva	0	0	0	0	0	0
Tião Viana	0	0	0	0	0	0
Nabor Júnior	0	0	1	0	0	0
Sibá Machado	0	0	0	0	0	0
Geraldo Mesquita Júnior	0	0	0	0	0	0
Heloísa Helena	0	1	0	0	0	0
Renan Calheiros	0	0	0	0	0	0
Teotônio Vilela Filho	0	0	0	0	0	0
Jefferson Péres	0	0	0	0	0	0
Arthur Virgílio	1	0	0	0	0	0
Bernardo Cabral	0	0	0	0	0	0
Gilberto Mestrinho	1	0	3	0	0	0
João Capiberibe	1	0	2	0	0	0
Gilvam Borges	0	0	0	0	0	0
José Sarney	0	0	1	0	1	0
Sebastião Rocha	0	0	0	0	0	0
Papaléo Paes	1	0	0	0	0	0
Antonio Carlos Magalhães	1	0	3	0	0	0
Djalma Bessa	0	0	0	0	0	0
Paulo Souto	0	0	1	1	0	0
Waldeck Ornelas	0	0	0	0	0	0
Rodolpho Tourinho	0	0	0	0	0	0
César Borges	0	0	1	1	0	0
Sérgio Machado	0	0	0	0	0	0
Lúcio Alcântara	1	0	0	1	0	0
Luiz Pontes	0	0	0	0	0	0
Reginaldo Duarte	0	0	0	0	0	0
Patrícia Saboya Gomes	0	0	0	0	0	0
Tasso Jereissati	0	0	3	0	0	0
José Roberto Arruda	0	0	0	0	0	0
Luiz Estevão	0	0	0	0	0	0
Lauro Campos	0	0	0	0	0	0
Valmir Amaral	0	0	0	0	0	0
Lindberg Cury	0	0	0	0	0	0
Eurípedes Camargo	0	0	0	0	0	0
Paulo Octávio	0	0	0	0	0	0
Cristovam Buarque	0	0	1	0	0	0

(continua)

APÊNDICE P – Histórico de mandatos executivos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	PREF.	VicePPREF	GOVERNO	ViceGOV	PRESIDENTE	VicePRES
Paulo Hartung	1	0	0	0	0	0
Gerson Camata	0	0	1	0	0	0
Luzia Toledo	0	1	0	0	0	0
Ricardo Santos	0	0	0	0	0	0
Magno Malta	0	0	0	0	0	0
João Batista Motta	2	0	0	0	0	0
Íris Rezende	1	0	2	0	0	0
Mauro Miranda	0	0	0	0	0	0
Maguito Vilela	0	0	1	1	0	0
Demóstenes Torres	0	0	0	0	0	0
Lúcia Vânia	0	0	0	0	0	0
Bello Parga	0	0	0	0	0	0
Edison Lobão	0	0	1	0	0	0
João Alberto Souza	1	0	1	1	0	0
Roseana Sarney	0	0	2	0	0	0
José Alencar	0	0	0	0	0	0
Arlindo Porto	1	0	0	1	0	0
Francelino Pereira	0	0	1	0	0	0
Aelton Freitas	1	0	0	0	0	0
Eduardo Azeredo	1	1	1	0	0	0
Hélio Costa	0	0	0	0	0	0
Wellington Salgado	0	0	0	0	0	0
Delcídio Amaral	0	0	0	0	0	0
Lúdio Coelho	2	0	0	0	0	0
Ramez Tebet	1	0	1	1	0	0
Juvêncio da Fonseca	2	0	0	0	0	0
Carlos Bezerra	2	0	1	0	0	0
Jonas Pinheiro	0	0	0	0	0	0
Antero Paes de Barros	0	0	0	0	0	0
Serys Shessarenko	0	0	0	0	0	0
Ademir Andrade	0	0	0	0	0	0
Jader Barbalho	0	0	2	0	0	0
Luiz Otávio	0	0	0	0	0	0
Ana Júlia Carepa	0	1	0	0	0	0
Duciomar Costa	0	0	0	0	0	0
Flexa Ribeiro	0	0	0	0	0	0
Efraim Morais	0	0	0	0	0	0
Ney Suassuna	0	0	0	0	0	0

(continua)

APÊNDICE P – Histórico de mandatos executivos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	PREF.	VicePPREF	GOVERNO	ViceGOV	PRESIDENTE	VicePRES
Ronaldo Cunha Lima	2	0	1	0	0	0
Wellington Roberto	0	0	0	0	0	0
José Maranhão	0	0	2	1	0	0
José Jorge	0	0	0	0	0	0
Sérgio Guerra	0	0	0	0	0	0
Carlos Wilson	0	0	1	1	0	0
Roberto Freire	0	0	0	0	0	0
Marco Maciel	0	0	1	0	0	2
Hugo Napoleão	0	0	1	0	0	0
Freitas Neto	1	0	1	0	0	0
Alberto Silva	2	0	2	0	0	0
Benício Sampaio	0	0	0	0	0	0
Heráclito Fortes	1	0	0	0	0	0
Mão Santa	1	0	2	0	0	0
Osmar Dias	0	0	0	0	0	0
Roberto Requião	1	0	1	0	0	0
Álvaro Dias	0	0	1	0	0	0
Flávio Arns	0	0	0	0	0	0
Artur da Távola	0	0	0	0	0	0
Roberto Saturnino	1	0	0	0	0	0
Marcelo Crivella	0	0	0	0	0	0
Geraldo Cândido	0	0	0	0	0	0
Sérgio Cabral	0	0	0	0	0	0
Fernando Bezerra	0	0	0	0	0	0
Geraldo Melo	0	0	1	1	0	0
José Agripino	1	0	2	0	0	0
Agnelo Alves	1	0	0	0	0	0
Garibaldi Alves Filho	1	0	2	0	0	0
Ernandes Amorim	1	0	0	0	0	0
Moreira Mendes	0	0	0	0	0	0
Amir Lando	0	0	0	0	0	0
Fernando Matusalém	0	0	0	0	0	0
Fátima Cleide	0	0	0	0	0	0
Valdir Raupp	2	0	1	0	0	0
Mozarildo Cavalcanti	0	0	0	0	0	0
Marluce Pinto	0	0	0	0	0	0
Romero Jucá	0	0	1	0	0	0
Augusto Botelho	0	0	0	0	0	0

(continua)

APÊNDICE P – Histórico de mandatos executivos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006
(conclusão)

SENADOR (A)	PREF.	VicePPREF	GOVERNO	ViceGOV	PRESIDENTE	VicePRES
Emília Fernandes	0	0	0	0	0	0
José Fogaça	0	0	0	0	0	0
Pedro Simon	0	0	1	0	0	0
Paulo Paim	0	0	0	0	0	0
Sérgio Zambiasi	0	0	0	0	0	0
Ideli Salvatti	0	0	0	0	0	0
Casildo Maldaner	0	0	1	1	0	0
Geraldo Althoff	0	0	0	0	0	0
Jorge Bornhausen	0	0	1	1	0	0
Leonel Pavan	3	0	0	0	0	0
José Eduardo Dutra	0	0	0	0	0	0
Antonio Carlos Valadares	1	0	1	1	0	0
Maria do Carmo Alves	0	0	0	0	0	0
Almeida Lima	1	1	0	0	0	0
Aloizio Mercadante	0	0	0	0	0	0
Pedro Piva	0	0	0	0	0	0
Romeu Tuma	0	0	0	0	0	0
Eduardo Suplicy	0	0	0	0	0	0
Carlos Patrocínio	0	0	0	0	0	0
Leomar Quintanilha	0	0	0	0	0	0
João Ribeiro	1	0	0	0	0	0
Eduardo Siqueira Campos	1	0	0	0	0	0

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE Q – Histórico de mandatos legislativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

SENADOR (A)	VEREADOR	DepEST	DepFED	SENADOR
Marina Silva	1	1	0	0
Tião Viana	0	0	0	0
Nabor Júnior	0	3	2	1
Sibá Machado	0	0	0	0
Geraldo Mesquita Júnior	0	0	0	0
Heloísa Helena	0	1	0	0
Renan Calheiros	0	1	2	0
Teotônio Vilela Filho	0	0	0	1
Jefferson Péres	2	0	0	0
Arthur Virgílio	0	0	4	0
Bernardo Cabral	0	1	2	0
Gilberto Mestrinho	0	0	1	0
João Capiberibe	0	0	0	0
Gilvam Borges	0	0	1	0
José Sarney	0	0	3	2
Sebastião Rocha	0	1	0	0
Papaléo Paes	0	0	0	0
Antonio Carlos Magalhães	0	1	3	0
Djalma Bessa	0	4	4	0
Paulo Souto	0	0	0	0
Waldeck Ornelas	0	0	2	0
Rodolpho Tourinho	0	0	0	0
César Borges	0	2	0	0
Sérgio Machado	0	0	1	0
Lúcio Alcântara	0	0	2	0
Luiz Pontes	0	2	2	0
Reginaldo Duarte	0	0	0	0
Patrícia Saboya Gomes	1	1	0	0
Tasso Jereissati	0	0	0	0
José Roberto Arruda	0	0	0	0
Luiz Estevão	0	1	0	0
Lauro Campos	0	0	0	0
Valmir Amaral	0	0	0	0
Lindberg Cury	0	0	0	0
Eurípedes Camargo	0	2	0	0
Paulo Octávio	0	0	2	0

(continua)

APÊNDICE Q – Histórico de mandatos legislativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	VEREADOR	DepEST	DepFED	SENADOR
Cristovam Buarque	0	0	0	0
Paulo Hartung	0	2	1	0
Gerson Camata	1	1	2	1
Luzia Toledo	2	0	0	0
Ricardo Santos	0	0	0	0
Magno Malta	1	1	1	0
João Batista Motta	0	0	1	0
Íris Rezende	1	1	0	0
Mauro Miranda	0	0	2	0
Maguito Vilela	1	1	1	0
Demóstenes Torres	0	0	0	0
Lúcia Vânia	0	0	3	0
Bello Parga	0	0	0	2
Edison Lobão	0	0	2	1
João Alberto Souza	0	1	3	0
Roseana Sarney	0	0	1	0
José Alencar	0	0	0	0
Arlindo Porto	0	0	0	0
Francelino Pereira	1	0	4	0
Aelton Freitas	0	0	0	0
Eduardo Azeredo	0	0	0	0
Hélio Costa	0	0	2	0
Wellington Salgado	0	0	0	0
Delcídio Amaral	0	0	0	0
Lúdio Coelho	0	0	0	0
Ramez Tebet	0	1	0	0
Juvêncio da Fonseca	1	0	0	0
Carlos Bezerra	0	1	1	0
Jonas Pinheiro	0	0	3	0
Antero Paes de Barros	1	0	1	0
Serys Slhessarenko	0	3	0	0
Ademir Andrade	0	1	2	0
Jader Barbalho	1	1	2	0
Luiz Otávio	1	1	0	0
Ana Júlia Carepa	2	0	1	0
Duciomar Costa	2	2	0	0
Flexa Ribeiro	0	0	0	0
Efraim Morais	0	2	3	0
Ney Suassuna	0	0	0	1

(continua)

APÊNDICE Q – Histórico de mandatos legislativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	VEREADOR	DepEST	DepFED	SENADOR
Ronaldo Cunha Lima	1	2	0	0
Wellington Roberto	0	0	0	0
José Maranhão	0	4	3	0
José Jorge	0	0	4	0
Sérgio Guerra	0	2	3	0
Carlos Wilson	0	0	3	0
Roberto Freire	0	1	4	0
Marco Maciel	0	1	2	2
Hugo Napoleão	0	0	2	1
Freitas Neto	0	2	1	0
Alberto Silva	0	1	1	1
Benício Sampaio	0	0	0	0
Heráclito Fortes	0	0	5	0
Mão Santa	0	1	0	0
Osmar Dias	0	0	0	0
Roberto Requião	0	1	0	0
Álvaro Dias	1	1	2	1
Flávio Arns	0	0	3	0
Artur da Távola	0	2	2	0
Roberto Saturnino	1	0	1	2
Marcelo Crivella	0	0	0	0
Geraldo Cândido	0	0	0	0
Sérgio Cabral	0	3	0	0
Fernando Bezerra	0	0	0	1
Geraldo Melo	0	0	0	0
José Agripino	0	0	0	1
Agnelo Alves	0	0	0	0
Garibaldi Alves Filho	0	4	0	1
Ernandes Amorim	0	2	0	0
Moreira Mendes	0	0	0	0
Amir Lando	0	1	0	1
Fernando Matusalém	0	0	0	0
Fátima Cleide	0	0	0	0
Valdir Raupp	1	0	0	0
Mozarildo Cavalcanti	0	0	2	0
Marluce Pinto	0	0	1	1
Romero Jucá	0	0	0	0
Augusto Botelho	0	0	0	0
Emília Fernandes	3	0	0	0

(continua)

APÊNDICE Q – Histórico de mandatos legislativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(conclusão)

SENADOR (A)	VEREADOR	DepEST	DepFED	SENADOR
José Fogaça	0	1	1	1
Pedro Simon	1	4	0	2
Paulo Paim	0	0	4	0
Sérgio Zambiasi	0	4	0	0
Ideli Salvatti	0	2	0	0
Casildo Maldaner	1	2	1	0
Geraldo Althoff	1	0	0	0
Jorge Bornhausen	0	0	0	1
Leonel Pavan	1	0	1	0
José Eduardo Dutra	0	0	0	0
Antonio Carlos Valadares	0	2	1	0
Maria do Carmo Alves	0	0	0	0
Almeida Lima	0	2	0	0
Aloizio Mercadante	0	0	2	0
Pedro Piva	0	0	0	0
Romeu Tuma	0	0	0	0
Eduardo Suplicy	1	1	1	1
Carlos Patrocínio	0	0	0	1
Leomar Quintanilha	0	0	2	0
João Ribeiro	1	1	2	0
Eduardo Siqueira Campos	0	0	2	0

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE R – Histórico de mandatos nomeativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

SENADOR (A)	Sec. MUN	Sec. EST	Sec. FED	MIN.	MAND. NOM.	AUTARQUIA	ESTATAL
Marina Silva	0	0	0	0	0	Não	Não
Tião Viana	0	0	0	0	0	Não	Não
Nabor Júnior	0	0	0	0	0	Não	Não
Sibá Machado	0	1	0	0	1	Não	Não
Geraldo Mesquita Júnior	0	1	0	0	1	Não	Não
Heloísa Helena	0	0	0	0	0	Não	Não
Renan Calheiros	0	1	0	0	1	Não	Não
Teotônio Vilela Filho	0	0	0	0	0	Não	Não
Jefferson Péres	0	0	0	0	0	Não	Não
Arthur Virgílio	0	0	1	0	1	Não	Não
Bernardo Cabral	0	1	0	1	2	Não	Não
Gilberto Mestrinho	0	0	0	0	0	Não	Não
João Capiberibe	0	2	0	0	2	Não	Não
Gilvam Borges	0	0	0	0	0	Não	Não
José Sarney	0	0	0	0	0	Não	Não
Sebastião Rocha	0	0	0	0	0	Não	Não
Papaléo Paes	0	1	0	0	1	Não	Não
Antonio Magalhães	0	0	0	1	1	Não	Eletróbrás
Djalma Bessa	0	0	0	0	0	Não	Não
Paulo Souto	0	3	1	0	4	Sudene	Não
Waldeck Ornelas	0	2	0	0	2	Não	Não
Rodolpho Tourinho	0	2	0	1	3	Não	Não
César Borges	0	1	0	0	1	Não	Não
Sérgio Machado	0	1	0	0	1	Não	Não
Lúcio Alcântara	1	3	0	0	4	Não	Não
Luiz Pontes	0	0	0	0	0	Não	Não

(continua)

APÊNDICE R – Histórico de mandatos nomeativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	Sec. MUN	Sec. EST	Sec. FED	MIN.	MAND. NOM.	AUTARQUIA	ESTATAL
Reginaldo Duarte	0	0	0	0	0	Não	Não
Patrícia Saboya Gomes	0	0	0	0	0	Não	Não
Tasso Jereissati	0	0	0	0	0	Não	Não
José Arruda	0	3	1	0	4	CEB	Novacap
Luiz Estevão	0	0	0	0	0	Não	Não
Lauro Campos	0	0	0	0	0	Não	Não
Valmir Amaral	0	0	0	0	0	Não	Não
Lindberg Cury	0	0	0	0	0	Não	Não
Eurípedes Camargo	0	0	0	0	0	Não	Não
Paulo Octávio	0	0	0	0	0	Não	Não
Cristovam Buarque	0	0	0	0	0	Não	Não
Paulo Hartung	0	0	0	0	0	Não	BNDES
Gerson Camata	0	0	0	0	0	Não	Não
Luzia Toledo	0	0	0	0	0	Não	Não
Ricardo Santos	0	4	1	0	5	Não	Não
Magno Malta	0	0	0	0	0	Não	Não
João Batista Motta	0	0	0	0	0	Não	Não
Íris Rezende	0	0	0	1	1	Não	Não
Mauro Miranda	0	0	0	0	0	Não	Não
Maguito Vilela	0	0	0	0	0	Não	Não
Demóstenes Torres	0	1	0	0	1	Não	Não
Lúcia Vânia	0	0	1	0	1	Não	Não
Bello Parga	0	0	0	0	0	Não	BNB
Edison Lobão	0	0	0	0	0	Não	Não
João Souza	0	1	0	0	1	Não	Não
Roseana Sarney	0	0	0	0	0	Não	Não
José Alencar	0	0	0	0	0	Não	Não
Arlindo Porto	0	1	0	0	1	Não	Não
Francelino Pereira	0	0	0	0	0	Não	BB

(continua)

APÊNDICE R – Histórico de mandatos nomeativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	Sec. MUN	Sec. EST	Sec. FED	MIN.	MAND. NOM.	AUTARQUIA	ESTATAL
Aelton Freitas	0	0	0	0	0	Não	Não
Eduardo Azeredo	0	0	0	0	0	Não	Não
Hélio Costa	0	0	0	0	0	Não	Não
Wellington Salgado	0	0	0	0	0	Não	Não
Delcídio Amaral	0	1	1	1	3	Não	EletroNorte
Lúdio Coelho	0	0	0	0	0	Não	Não
Ramez Tebet	0	1	0	0	1	Sudeco	Não
Juvêncio da Fonseca	0	0	0	0	0	Não	Não
Carlos Bezerra	0	0	0	0	0	Não	Não
Jonas Pinheiro	0	0	0	0	0	Supra	Não
Antero Barros	0	2	0	0	2	Não	Não
Serys Shlessarenko	1	1	0	0	2	Não	Não
Ademir Andrade	0	0	0	0	0	Não	Não
Jader Barbalho	0	0	0	2	2	Incra	Não
Luiz Otávio	0	1	0	0	1	Não	Não
Ana Júlia Carepa	0	0	0	0	0	Não	Não
Duciomar Costa	0	0	0	0	0	Não	Não
Flexa Ribeiro	0	0	0	0	0	Não	Não
Efraim Moraes	0	0	0	0	0	Não	Não
Ney Suassuna	0	0	0	0	0	Não	Não
Ronaldo Lima	0	0	0	0	0	Não	Não
Wellington Roberto	0	0	0	0	0	Não	Não
José Maranhão	0	1	0	0	0	Não	Não
José Jorge	0	4	0	0	4	Não	Não
Sérgio Guerra	0	2	0	0	2	Não	Não
Carlos Wilson	0	0	1	0	1	Não	Não
Roberto Freire	0	0	0	0	0	Não	Não
Marco Maciel	0	0	0	2	2	Não	Não
Hugo Napoleão	0	0	0	2	2	Não	Não

(continua)

APÊNDICE R – Histórico de mandatos nomeativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006

(continuação)

SENADOR (A)	Sec. MUN	Sec. EST	Sec. FED	MIN.	MAND. NOM.	AUTARQUIA	ESTATAL
Freitas Neto	0	1	0	0	1	Não	Não
Alberto Silva	0	0	0	0	0	Não	Não
Benício Sampaio	0	0	0	0	0	Não	Não
Heráclito Fortes	0	0	0	0	0	Não	Não
Mão Santa	1	0	0	0	1	Não	Não
Osmar Dias	0	2	0	0	2	Não	Não
Roberto Requião	0	1	0	0	1	Não	Não
Álvaro Dias	0	0	0	0	0	Não	Não
Flávio Arns	0	0	0	0	0	Não	Não
Artur da Távola	0	0	0	0	0	Não	Não
Roberto Saturnino	0	0	0	0	0	Não	Não
Marcelo Crivella	0	0	0	0	0	Não	Não
Geraldo Cândido	0	0	0	0	0	Não	Não
Sérgio Cabral	0	0	0	0	0	Não	Não
Fernando Bezerra	0	0	0	0	0	Não	Não
Geraldo Melo	0	1	0	0	1	Sudene	Não
José Agripino	0	0	0	0	0	Não	Não
Agnelo Alves	0	0	0	0	0	Não	Não
Garibaldi Filho	0	0	0	0	0	Não	Não
Ernandes Amorim	0	0	0	0	0	Não	Não
Moreira Mendes	0	1	0	0	1	Não	Não
Amir Lando	0	0	0	0	0	Incra	EMATER
Fernando Matusalém	0	0	0	0	0	Não	Não
Fátima Cleide	0	0	0	0	0	Não	Não
Valdir Raupp	0	0	0	0	0	Não	Não
Mozarildo Cavalcanti	0	1	0	0	1	Não	Não
Marluce Pinto	0	0	0	0	0	Não	Não
Romero Jucá	0	0	2	0	2	Não	Conab

(continua)

APÊNDICE R – Histórico de mandatos nomeativos dos Senadores empossados entre 1999 e 2006
(conclusão)

SENADOR (A)	Sec. MUN	Sec. EST	Sec. FED	MIN.	MAND. NOM.	AUTARQUIA	ESTATAL
Augusto Botelho	0	1	0	0	1	Não	Não
Emília Fernandes	0	0	0	0	0	Não	Não
José Fogaça	0	0	0	0	0	Não	Não
Pedro Simon	0	0	0	1	1	Não	Não
Paulo Paim	0	0	0	0	0	Não	Não
Sérgio Zambiasi	0	0	0	0	0	Não	Não
Ideli Salvatti	0	0	0	0	0	Não	Não
Casildo Maldaner	0	0	0	0	0	Não	Não
Geraldo Althoff	0	0	0	0	0	Não	Não
Jorge Bornhausen	0	0	1	1	2	Não	Não
Leonel Pavan	0	0	0	0	0	Não	Não
José Eduardo Dutra	0	0	0	0	0	Não	Não
Antonio Carlos Valadares	0	1	0	0	1	Não	Não
Maria do Carmo Alves	0	0	0	0	0	Não	Não
Almeida Lima	0	0	0	0	1	Não	Emurb-SE
Aloizio Mercadante	0	0	0	0	0	Não	Não
Pedro Piva	0	0	0	0	0	Não	Não
Romeu Tuma	0	0	0	0	0	Polícia Federal	Não
Eduardo Suplicy	0	0	0	0	0	Não	Não
Carlos Patrocínio	0	0	0	0	0	Não	Não
Leomar Quintanilha	0	1	0	0	1	Não	Não
João Ribeiro	0	3	0	0	3	Não	Não
Eduardo Siqueira Campos	0	0	0	0	0	Não	Não

Fonte: Senado Federal

APÊNDICE S – Lista de posições nas bancadas por área de formação prévia ao mandato – 1999-2006

	DE	PDT	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSDB	PT	PTB	TOTAL
<i>Integrantes não líderes</i>											
Sem formação	-	1	4	2	-	-	-	2	1	-	10
Agricultura, pecuária e	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	3
Ciências Naturais	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Ciências Sociais	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	3
Comunicação	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	3
Economia e Negócios	2	-	4	1	-	-	-	3	1	-	11
Engenharias	1	-	2	-	-	-	-	3	1	-	7
Ensino	1	-	2	1	1	-	-	-	1	-	6
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	5
Jurídica	14	1	12	-	2	-	1	2	2	1	35
Outros	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	3
Saúde	2	1	1	-	-	-	-	1	1	1	7
Técnica	1	-	2	-	-	-	-	1	1	-	5
TOTAL	24	3	31	4	3	2	1	17	12	3	100
<i>Líderes partidários</i>											
Sem formação	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2
Economia e Negócios	-	-	1	-	1	-	-	1	-	1	4
Engenharias	1	1	-	-	-	1	3	-	-	-	6
Ensino Médio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Jurídica	1	1	2	1	-	-	1	1	-	-	7
Saúde	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
TOTAL	2	2	3	1	2	3	4	3	-	2	22
<i>Líderes da Minoria</i>											
	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Economia e Negócios	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Engenharias	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
<i>Líderes da Oposição</i>											
Ciências Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
<i>Líderes do Bloco de Apoio ao Governo</i>											
Ciências Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Engenharias	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
<i>Líderes do Governo</i>											
Economia e Negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Engenharias	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2
Jurídica	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL	-	-	1	-	-	-	-	2	1	-	4
TOTAL	28	5	35	5	5	5	5	23	19	5	135

Fonte: Senado Federal



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br